

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Associativismo e preservação identitária: o caso
da ilha do Pico, nos Açores**

Emanuel Garcia da Silveira

Dissertação de mestrado orientada pelo
Prof. Doutor Luís Manuel Costa Moreno

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo
Especialidade em Desenvolvimento Regional e Local

2018

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Associativismo e preservação identitária: o caso
da ilha do Pico, nos Açores**

Emanuel Garcia da Silveira

Dissertação de mestrado orientada pelo
Prof. Doutor Luís Manuel Costa Moreno

Júri:

Presidente: Professor Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Professora Doutora Patrícia Maria Alves Pedro Fonseca Rêgo, da Universidade de Évora;
- Professor Doutor Luís Manuel Costa Moreno, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

2018

Agradecimentos

A realização deste trabalho foi, por um lado, um desafio na minha vida académica, mas, por outro, constitui-se como um marco na minha vida pessoal pelo facto de realmente compreender o que é ser açoriano e valorizar acima de tudo esta identidade que faz parte do meu ser. Por este facto, agradeço ao instituto de Geografia e Ordenamento do Território por permitir concretizar esta etapa da minha vida.

Agradeço ao professor Luís Moreno pelo seu conhecimento e esforço em procurar fazer-me levar avante a concretização deste trabalho.

Faço um grande agradecimento a todos os responsáveis dos grupos, e às respetivas associações culturais, não só pelo seu contributo, que sem o mesmo não seria possível concretizar este trabalho, mas também pela sua envolvimento e espírito de sacrifício em dar continuidade a este sentimento de pertença e identidade de ser açoriano.

Agradeço à Camara Municipal da Madalena, em especial à Vice-Presidente Catarina Manito e ao Vereador Mário Silva pela disponibilidade em contribuir com o seu conhecimento na realização deste trabalho.

Agradeço à professora Isabel Aroeira pelos seus pontos de vista e pela sua disponibilidade em ajudar neste trabalho.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial ao Diogo Garcia, pelo seu apoio e ‘casmurrice’ nos momentos de desmotivação e impasse; à Daniela Rosa, pela sua amizade, carinho e pelo texto expressivo do sentimento de “ser açoriano” e ao Miguel Neves por todo o apoio disponibilizado em Lisboa e pela sua amizade genuína.

Agradeço aos meus pais e irmão pelo seu apoio incondicional no meu crescimento pessoal e académico.

Agradeço à minha avó por ser a minha razão para escrever este trabalho.

Por ti, para ti, avó

Resumo

A exploração académica dos conceitos de associativismo e identidade, na perspetiva de aplicabilidade ao planeamento, confere ao desenvolvimento da atual dissertação um envolvimento em questões referentes ao estado atual do desenvolvimento e organização das atividades culturais na ilha do Pico, com foco nas Associações Culturais e Recreativas do Concelho da Madalena. Esta abordagem prefigura o associativismo enquanto elemento espacial (do território) e que socialmente traduz o envolvimento da comunidade local, no pressuposto de um processo de mentalização adequado aos objetivos do planeamento e gestão do território. Ao mesmo tempo, o trabalho pretende contribuir para o pensamento crítico e envolvimento académico no estudo de questões relacionadas com as redes sociais, implicando o uso adequado de teorias, metodologias e técnicas de planeamento territorial que permita uma orientação para a compreensão das dinâmicas culturais em territórios insulares e correspondente intervenção estratégica nesse domínio.

Em termos de aplicação, torna-se fundamental compreender o estado atual do desenvolvimento e organização das atividades culturais e recreativas na ilha do Pico, questionando se estas procuram contribuir para a preservação da identidade açoriana, centrando-se em perspetivas de planeamento e gestão do território ligadas à dimensão cultural.

A implicação dos estratos mais jovens da população será alvo de particular atenção, na medida do entendimento da relevância a dar ao potencial de realização da cidadania ativa e crítica, de base associativa, para uma certa resiliência identitária que faça da cultura – apropriada e criticamente adaptada pelos jovens – um fator de durável coesão social.

Para este efeito, o estudo em questão começa por explorar o estado da arte quanto a relações entre aspetos como identidade e associativismo, bem como uma compreensão do universo de estudo, nomeadamente as associações culturais e recreativas sediadas no município da Madalena do Pico, utilizando bibliografia de diferentes áreas das ciências sociais, com contributos que se distinguem e se complementam. Através deste enquadramento teórico, prosseguiremos com a investigação de base empírica, sempre com a preocupação de ligar teoria e empiria, no processo de resposta às questões de investigação.

Palavras Chave:

Associativismo Cultural; Identidade Açoriana; Identidade Cultural; Planeamento; Preservação.

Abstract

The academic exploration of the concepts of associativism and identity, from the perspective of the applicability to planning, confers to the development of the current dissertation an involvement in questions regarding the current state of development and organization of cultural activities in the Pico island, with focus on the Cultural and Recreational Associations in the Municipality of Madalena. This approach prefigures the associativism as a spatial element (of the territory) that socially portrays the involvement of the local community, in the assumption of a process of mentalization towards the objectives of planning and management of the territory. At the same time, this work intends to contribute to critical thinking and academic involvement in the study of issues related to social networks, implying the appropriate use of theories, methodologies and techniques of territorial planning that allow a guiding light for the understanding of cultural dynamics in island territories and corresponding strategic intervention in this field.

In terms of application, we understand that it is fundamental to understand the current state of development and organization of cultural and recreational activities in Pico Island, focusing on the contribution of its cultural and recreational associations (ACR's) to this situation and to the planning and management of the territory linked to the cultural dimension.

The implication of the younger strata of the population will be given particular attention, insofar as they understand the relevance of the potential for the realization of active and critical citizenship, with an associative basis for a certain identity resilience that makes culture - appropriated and critically adjusted by young people - a factor of lasting social cohesion.

To this end, the study in question begins by exploring the state of the art in relation to aspects such as identity and associativism as well as an understanding of the universe of study, namely the cultural and recreational associations based in the municipality of Madalena do Pico, using bibliography of different areas of the social sciences, with contributions that are distinguished and complement each other. Through this theoretical framework, we will continue with empirical research, always with the concern of linking it with theory, in the process of answering research questions.

Keywords

Cultural Associativism; Azorean Identity; Cultural Identity; Planning; Preservation.

Índice Geral

	Pág.
Índices de Quadros e Figuras	vi
Lista de Abreviaturas e Siglas	vii
1. Introdução	1
1.1. Enquadramento geral	1
1.2. Questões de partida e motivações	3
1.3. Objetivos	4
1.4. Metodologias	5
2. Identidade e Associativismo na Gestão do Território: um ‘estado da arte’	7
2.1. Aspetos introdutórios do associativismo	7
2.2. Evolução histórica do associativismo português	8
2.3. A Identidade	9
2.3.1. Contextualidade da identidade individual	10
2.3.2. Contextualidade da identidade coletiva	11
2.3.3. Associativismo e identidade em contexto de planeamento	12
3. Revalorização da identidade açoriana	16
3.1. Associativismo e identidade açoriana / picarota	19
4. Estudo de caso do concelho da Madalena do Pico	23
4.1. Aplicação metodológica	26
4.1.1. Aspetos de enquadramento conceptual	30
4.2. Âmbito do trabalho de campo	33
4.2.1. Associações culturais e recreativas	33
4.2.2. Condições operacionais do estudo	35
4.2.2.1. Associação cultural secular	38
4.2.2.2. Associação cultural moderna	39
4.2.2.3. Atores Públicos	39
4.2.3. Processo de apuramento metodológico	41
4.3. Associativismo cultural e recreativo no concelho da madalena: resultados	50
4.3.1. Associações culturais e recreativas (geral)	51
4.3.2. Associações culturais e recreativas (estudo de pormenor)	55
4.3.3. Atores públicos	68
5. Conclusões	80
Bibliografia	85
ANEXOS	89

Índices de Quadros e Figuras

Quadros	Pág.
Quadro 1 - Desastres com causas naturais ocorridos na Ilha do Pico	18
Quadro 2 - Hipóteses caracterizadoras do papel das ACR	29
Quadro 3 - De que modo as ACR do Pico implicam os mais jovens na preservação da identidade cultural?	30
Quadro 4 - Características de estudo qualitativo	32
Quadro 5 - Definição do perfil dos atores com interesse para entrevistar	36
Quadro 6 - Relevância dos atores públicos para o estudo	37
Quadro 7 - Características do método qualitativo de observação	41
Quadro 8 - Características do método qualitativo de observação	43
Quadro 9 - Associações culturais e respetivos responsáveis	
Quadro 10 - Entidades públicas e respetivos responsáveis no município da Madalena	49

Figuras	Pág.
Figura 1 - Modelo representativo da identidade	11
Figura 2 - Valores de identidade coletiva	13
Figura 3 - Processo e planeamento da Câmara Municipal de Évora	15
Figura 4 - Localização do arquipélago dos Açores	16
Figura 5 - Manuel Serpa na sala/biblioteca de sua casa	21
Figura 6 - Delimitação administrativa do município da Madalena	23
Figura 7 - Carta de ocupação do solo da ilha do Pico	24
Figura 8 - Evolução demográfica do concelho da Madalena	25
Figura 9 - Esquematização de investigação	27
Figura 10 - Síntese das entrevistas exploratórias	28
Figura 11 - Universo associativo cultural e recreativo da Ilha do Pico	34
Figura 12 - Participação em atividades no Grupo Folclórico das Bandeiras	44
Figura 13 - Observação de atividades: MiratecArts	44
Figura 14 - Observação atividades: Sociedade Filarmónica “Lira Madalense”	44
Figura 15 - Conexão de identidade e a comunidade local do concelho da Madalena	45
Figura 16 - Interação das ACR face à identidade cultural açoriana	46
Figura 17 - Fases das entrevistas dos atores culturais	47
Figura 18 - Processo de implementação da metodologia	48
Figura 19 - Esquema genérico da produção artística	58

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACR – Associação Cultural e Recreativa / Associações Culturais e Recreativas

ADLIP – Associação de Desenvolvimento Local da Ilha do Pico

CFAM – Centro de Formação Artística da Madalena

CMM – Câmara Municipal da Madalena

CPCCRD – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto

EBSM – Escola Básica e Secundária da Madalena

RAA – Região Autónoma dos Açores

SFLM – Sociedade Filarmónica “Lira Madalense”

SREC – Secretaria Regional da Educação e Cultura

1. Introdução

1.1. Enquadramento geral

Através do presente trabalho propomo-nos analisar o associativismo cultural e recreativo enquanto elemento promotor de identidade através das atividades desenvolvidas junto das comunidades locais, em especial com os jovens. A abordagem do tema aplica-se ao caso açoriano da ilha do Pico, pertencente ao arquipélago dos Açores, com uma motivação especial devida à forte característica da sua comunidade em lidar com a insularidade, em permanente ajustamento da cultura, e respetivas tradições, criadas – e algumas delas ainda preservadas – desde o tempo do povoamento destas terras insulares.

A abordagem deste trabalho não se prende a uma explanação sistemática daquilo que trata a cultura e tradição açoriana nem da sua história desde os primórdios do povoamento da região. Crê-se sim, recorrer à atualidade associativa cultural e recreativa (que pode prescindir de uma contextualização histórico-cultural no presente estudo) para uma compreensão do território e das suas dinâmicas de associativismo com enfoque cultural. Assim, a partir deste trabalho procura-se contribuir para a consciencialização sobre o estado atual do desenvolvimento académico e científico dos estudos culturais e da sua influência nas comunidades locais, na perspetiva da implicação das dinâmicas culturais locais na exploração das temáticas do ordenamento, gestão e planeamento territorial.

Por outro lado, reconhece-se que a cultura e as artes são instrumentos poderosos para a promoção da coesão e inclusão de comunidades, como também são entendidos como fatores relevantes para a competitividade e valorização dos territórios.

Em primeiro lugar, é suposto que qualquer planeador deva considerar a importância dos espaços e territórios para as comunidades fixadas nestes, procurando não só compreender o contexto físico e material, mas também o contexto social e cultural, realçando a importância de um ambiente de interação entre os dois contextos, de natureza e cultura, bem como entre as comunidades, os territórios e os seus espaços ou lugares, sendo estes fundamentais para estudar e repensar a modernidade. É neste sentido que alguns geógrafos como Scivoletto (1983), Bonnemaïson (2005) ou Storper (1997) apontam a necessidade de compreender e distinguir o território como um espaço geográfico socialmente construído que, em vez de dever ser visto apenas de uma perspetiva top-down, centrando-se na ótica do estado – ou, também neste caso, servindo sobretudo os interesses do governo regional e administração local –,

deverá também integrar uma perspetiva bottom-up de análise e reflexão, que permita entender o contexto da identidade e das diferenças culturais, nos lugares, assim como as perspetivas de mudança contidas nas dinâmicas em curso.

Tibor Navracsics, comissário europeu responsável pela Educação, Cultura, Juventude e Desporto, a propósito do arranque das celebrações do Ano Europeu do Património Cultural 2018, salientou que “o património cultural não é apenas composto por literatura, arte e objetos, mas também pelas competências aprendidas, as histórias contadas, os alimentos que consumimos e os filmes que vemos. Precisamos de preservar e apreciar o nosso património cultural para as gerações futuras”¹. Um objetivo implícito nesta mensagem será o de alcançar um público tão vasto quanto possível, em particular as crianças e os jovens, as comunidades locais e as pessoas que raramente valorizam a cultura, a fim de se promover um sentimento comum de apropriação e de sensibilização para a importância social e económica do património cultural.

É através desta ideia que se contextualiza a nossa preocupação com a região dos Açores, mais especificamente com o estudo de caso do município da Madalena, na ilha do Pico. Relevamos não só o carácter de insularidade em relação ao restante território nacional, mas também, através da própria distinção entre as nove ilhas do arquipélago, cada uma delas com singularidades próprias (biofísicas, humanas e sociais, económicas e culturais).

Estas singularidades, constituídas por vários elementos caracterizadores, mantiveram-se intactas, no essencial, através das tradições e costumes das pessoas que tiveram ao longo da história um papel crucial na sobrevivência da identidade açoriana, tanto nos períodos de maiores fluxos migratórios – existentes em maior escala entre os séculos XIX e XX, ocorrendo conseqüentemente uma transnacionalização do açoriano, da sua cultura e dos seus costumes e tradições – como também no próprio território regional através da realização de atividades ou festividades, na sua maior parte religiosas, por irmandades ou associações na sua maior parte recreativas e culturais, como são exemplo as Sociedades Filarmónicas.

O debruçar sobre este tema provém essencialmente do facto de ele ser relevante, em termos académicos, enquanto elemento de compreensão, transformação e preservação dos espaços e das suas comunidades, especialmente tratando-se de um universo de estudo – Açores – com características que realçam a importância do conceito do associativismo, que por sua vez é apresentado por alguns atores e

¹ https://ec.europa.eu/portugal/EuropeForCulture_pt, acedido em 7-12-2017.

autores como um “escudo protetor” contra vários efeitos negativos ligados à atual sociedade consumista e globalizada (Rofstentscher, 2000; Vieira, 2001).

A exploração académica dos conceitos de associativismo e identidade confere ao desenvolvimento da atual dissertação um envolvimento em questões referentes ao estado atual do desenvolvimento e organização das atividades culturais na ilha do Pico.

1.2. Questões de Partida e Motivações

A idealização do presente estudo resultou da confrontação pessoal com o facto de ser estudante deslocado de uma região insular (Região Autónoma dos Açores), rica não só nos atributos de natureza e paisagem, mas principalmente em termos de cultura e tradições. Possuindo a naturalidade e alguma vivência nas ilhas, foi possível ao autor confrontar os factos e a realidade do valor e identidade açoriana, não só devido aos vários períodos de ausência da região, mas também pela própria integração em atividades locais de âmbito cultural e recreativo (ACR). É neste enquadramento que, em contexto de frequência do Mestrado de Gestão do Território e Urbanismo e com o interesse pelas questões de planeamento e gestão do território, surgiram interrogações relativamente à continuidade destas ACR. Por um lado, ao notar, em alguns casos, o completo desinteresse por parte dos jovens quanto a essa continuidade; por outro lado, ao considerar a possibilidade de existir um contributo por parte dessas entidades de âmbito cultural e recreativo, visto serem um elemento crucial na sustentação social e cultural de uma comunidade.

Além de se pretender dar a conhecer estas ACR no concelho à comunidade académica e ao público em geral, procura-se também evidenciar a importância dessas na comunidade local através da sua capacidade e do seu potencial de serem elementos a considerar nas medidas de planeamento territorial / social / cultural no município. Neste contexto, colocou-se a seguinte questão: qual o papel das associações culturais e recreativas (ACR), sediadas na ilha do Pico, na preservação da identidade açoriana?

Por outro lado, considerando a contextualidade da questão, considerou-se que seria pertinente a integração de conhecimento adicional e complementar, procurando também obter resposta a uma sub-questão: de que modo as ACR do Pico implicam os mais jovens na preservação da identidade cultural? Ou seja, estamos a pressupor que, ao falarmos de associativismo, se contempla como de interesse social e público a

preservação da identidade através de uma consciencialização das gerações futuras, implicando os jovens no processo associativo por via do trabalho das ACR.

1.3. Objetivos

1. Inventariar o universo associativo cultural e recreativo sediado no concelho da Madalena;
2. Compreender o papel das ACR no processo de preservação da identidade local [de que modo contribuem para tal, promovendo e divulgando iniciativas...];
3. Realçar a importância do elemento identitário no processo de planeamento e gestão do território;
4. Identificar a dimensão tradicional para uma melhor compreensão das dinâmicas existentes em pequenas comunidades/territórios (insulares?);
5. Reconhecer o grau de importância da interligação entre o poder local e as associações culturais/recreativas;
6. Identificar tanto possíveis constrangimentos como condições de relativo sucesso para a participação ativa ou passiva dos jovens nas atividades culturais desenvolvidas pelas associações / grupos;
7. Analisar o contributo dos jovens, em ambiente associativo, para a preservação e/ou valorização da identidade local.

O desenvolvimento do presente trabalho pretende mais do que a mera abordagem distanciada do tema da preservação da identidade através do associativismo cultural e recreativo. Procura igualmente contribuir para sensibilizar as comunidades locais, em especial as açorianas, para a importância da preservação não só do património material, mas também do património imaterial, pois este mais facilmente se dissipa ao longo do tempo, privando as nossas gerações futuras deste bem pertencente a todos.

Nada existe fora da história, ou seja, alheio ao contexto do passado. Não podemos, por mais que isso custe face a determinadas opções, ignorar o estudo da dimensão diacrónica das culturas. E é, sem dúvida, à cultura popular que, entre todas, nos temos revelado menos propensos a fazer a história, e muito menos quanto a interligar com as questões atuais em termos de desenvolvimento / preservação.

Não se pode afirmar que os especialistas ignoram estas questões. Mas tendo as mesmas sido, por muitos deles, menos consideradas, não admira que aos olhos dos que não são especialistas a cultura popular ainda surja por vezes como algo sem origem nem evolução, sem sentido histórico.

Nesta linha de pensamento, contamos que o recurso ao papel de estudante se ligue ao de investigador, mas dando também seguimento ao de planeador ou mediador em processos de tomada de decisão, procurando considerar a sustentabilidade do universo associativo de âmbito cultural e recreativo e favorecer o recurso a adequados instrumentos, processos e decisões.

1.4. Metodologias

Não obstante as motivações indicadas, importa referir que, para a elaboração da presente dissertação, os métodos de investigação utilizados foram construídos de forma a não adulterar a informação ou conhecimento a obter através do universo de estudo, ou seja, foram elaborados de modo a não interferir nas respostas das pessoas contactadas. Foi todavia necessário estruturar o processo metodológico de forma a ser o mais eficiente de acordo com os recursos pessoais, incluindo a disponibilidade de tempo.

Nestas condições, sendo de interesse pessoal e académico alcançar os objetivos traçados neste presente trabalho, definiram-se desde o início quatro fases que permitissem construir uma análise e compreensão válida do presente tema de trabalho, nomeadamente:

1. Reconhecimento do universo de estudo;
2. Implementação dos instrumentos metodológicos;
3. Análise e interpretação dos resultados obtidos;
4. Elaboração de conclusões e recomendações para futuras intervenções e a sugestão da possibilidade de desenvolvimento de outros estudos.

De acordo com esta organização do presente trabalho, no âmbito do segundo ponto referente aos instrumentos metodológicos privilegiaram-se entrevistas semiestruturadas, por permitirem flexibilidade em gerir o decorrer da entrevista, como por exemplo através da alteração da ordem das questões consoante o discurso do entrevistado, e, também, devido ao facto de tornar possível colocar questões adicionais, caso houvesse necessidade de esmiuçar determinado assunto e caso fosse necessário reajustar aspetos da entrevista face a possíveis reatividades / oposições do entrevistado.

Recorreu-se à utilização de guião, apresentando as questões aos entrevistados somente aquando do momento da realização da entrevista, com o propósito de obter informações o mais genuínas possíveis, livres de qualquer tipo de influência exterior /

de terceiros. Procurou-se assim propiciar uma análise e compreensão do impacto e do valor das questões nos entrevistados, através de elementos muitas vezes não captados através da gravação de áudio (reações, movimentos, olhares).

Naturalmente que o resultado destas entrevistas contou também com um enriquecimento de conhecimento de contexto, obtido pelas observações e diálogos aquando das deslocações ao terreno, ao longo do processo entre agendamento e concretização das entrevistas. Quer fosse para a realização das entrevistas, ou para presenciar algumas das atividades desenvolvidas pelas ACR, isto sucedeu através de conversações com elementos diretamente ligados às ACR ou com participantes com conhecimento de causa das atividades a serem realizadas (participantes assíduos, residentes locais, etc).

Em termos bibliográficos, foi efetuado um levantamento de informação principalmente na Biblioteca Municipal da Madalena, Biblioteca do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da ULisboa, na Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Faculdade de Letras da ULisboa, Biblioteca do Museu das Lajes de Pico, contando também com algum acesso aos arquivos existentes nas Casas do Povo das Bandeiras e da Criação Velha.

Com esta orientação metodológica, o presente trabalho pretende configurar-se como percurso de compreensão das redes culturais e da sua gestão, focando-se tanto quanto possível nos atores que viabilizam uma interpretação e um conhecimento territorial e organizacional inerente ao papel das ACR junto das comunidades, e em particular junto dos jovens. Trata-se de contemplar a presumível intergeracionalidade induzida pelos grupos associativos, no âmbito da dimensão imaterial referente à identidade açoriana.

Assim, a captação de informação relevante para a elaboração do presente trabalho prende-se à vontade de atender aos interesses culturais e, desse modo, ao desenvolvimento associativo visando a valorização do instrumento identitário, ou seja, vendo este como uma ferramenta e não como um marco histórico estagnado na escala temporal, intocável e oponente à resiliência dentro dos atuais paradigmas da sociedade contemporânea.

2. Identidade e Associativismo na Gestão do Território: um ‘estado da arte’

2.1. Aspetos introdutórios do associativismo

A importância do associativismo por si só não nos traz nada de novo quando se procura defini-lo enquanto conceito, pois apesar das suas diversas variações, em sentido lato, o termo associativismo define-se por “movimento organizado ou prática de associação de grupos sociais, nomeadamente de grupos laborais ou sectoriais” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008). Esse é o sentido dado pela própria constituição portuguesa, quando consagra o direito de liberdade de associação, no artigo 46.º da Constituição da República Portuguesa (Miranda, Medeiros & Ferreira, 2005).

Muitas das referências do conceito de associação procuram aludir ao lado imaterial e/ou ao relacionamento com o território e com as comunidades locais aí presentes. De facto, é através das associações livres, que para Tocqueville estavam na base da participação cívica (Viegas, 2014), que se se percebe como a comunidade funciona, quais os seus problemas e complexidades económicas e sociais e quais as possíveis formas de os problemas serem resolvidos.

Por outro lado, é o movimento associativo que permite reforçar as relações sociais e contribuir para a integração dos indivíduos na comunidade local, permitindo ainda a afirmação da identidade de um determinado território, por exemplo através das atividades de lazer, culturais e recreativas desenvolvidas por grupos associativos, nomeadamente as filarmónicas, grupos folclóricos, do futebol, entre outros (Pedro-Rêgo, 1993).

Por outras palavras, Carlos Marques (2015) coloca o conceito de associação como a materialização da cultura e das tradições das comunidades, como forma de resposta endógena às necessidades das populações, até onde as entidades públicas não têm recursos e/ou meios de resposta, tendo os associados o objetivo de se adaptarem e, assim, contribuírem para o desenvolvimento de uma determinada comunidade e de um território.

Para Rasteiro, Silva e Luzia (2015 p. 75) “uma associação é uma organização de cidadãos que atuam a vários níveis da sociedade, sendo um meio de exercer a cidadania, através da adesão ou filiação em qualquer movimento organizativo, em três bases essenciais que são democracia, a liberdade e a solidariedade, estando na base do seu funcionamento a equidade entre elementos com os mesmos direitos e deveres”.

Noutro sentido, Carina Tavares (2011) expõe que “apesar do termo associativismo ter influências de outros conceitos como o mutualismo, sindicalismo e cooperações, a sua evolução, até aos tempos mais recentes da sociedade contemporânea, associa-se cada vez mais às causas culturais e recreativas por influência da participação das camadas mais jovens das comunidades locais, criando novas dinâmicas e aplicabilidades da identidade e respetiva cultura. Este rejuvenescimento das camadas associativas pressupõe uma continuidade do associativismo e cooperação visando o agrupamento de vários interesses em comum, com impacto em várias estruturas da sociedade e, acima de tudo, em alguns casos, dependendo do género de atividade desenvolvido, uma continuidade e preservação daqueles que são os valores, tradições e costumes dos locais onde estas entidades se instalam.

Viegas (1986) lembra também, por outro lado, que são as associações culturais populares que materializam os espaços privilegiados de uso e transformação dos códigos e símbolos gerados nas condições materiais de existência das diversas camadas populares, mas que podem ser colocados em causa pelo individualismo, assim como por algumas culturas, ideologias e tecnologias atuais que favorecem a falta de comunicação, de relações pessoais e de sentimentos comunitários e grupais.

O mesmo autor vê o conceito de associação para além da compreensão do termo como um conjunto de pessoas que, através da união de interesses e necessidades comuns, criam espaços ou grupos de participação coletiva. Isto é, as associações prevalecem também igualmente como espaços de atividades culturais, recreativas ou mesmo desportivas, que acima de tudo fazem transparecer uma identidade do território e das suas pessoas, notando que muitas dessas mesmas associações têm, por exemplo, o próprio nome da terra, da freguesia, do município, ou até mesmo se identificam através de um determinado elemento que caracteriza culturalmente as pessoas associadas. Exemplo disso é o associativismo desportivo, que se torna, na maioria dos casos, como um dos principais símbolos do território, realçando-se até o paralelismo com o próprio simbolismo da nação (farda, hino e bandeira). Este, por sua vez, acaba por transparecer nas atividades / projetos de carácter cultural – ranchos folclóricos, filarmónicas (Gaspar *et al.*, 1982).

2.2. Evolução Histórica do Associativismo Português

A nível nacional, o associativismo constrói-se a partir século XIX e no contexto da 1.^a República, em continuidade de algumas das tradições que perduraram ao longo da Idade Média através das Confrarias, Irmandades e Misericórdias, tendo-se modificado e afirmado a partir deste período devido ao legado decorrente das tradições

organizacionais de natureza comercial ou artesanal. É assim que assume cada vez mais um carácter interventivo no âmbito social e pessoal através do incremento de atividades e programas de índole cultural, social e educativa, antevendo aquilo que atualmente se entende como animação sociocultural, valorizadora das identidades (Rasteiro, Silva e Luzia, 2015).

Em acréscimo, Ribeiro (2009, p. 80) faz notar que “no período imediatamente a seguir à queda do Estado Novo, com a revolução de 25 de Abril de 1974, surge o maior surto de associativismo em Portugal, tendo então sido fundadas (...) 28,3% das associações que em 2007 se encontravam filiadas na CPCCRD e se durante o Estado Novo a liberdade de expressão e de associação eram cerceadas e a formação de organizações populares era fortemente vigiada e condicionada, já os anos que imediatamente se seguiram à revolução de Abril são marcados por uma elevada participação dos cidadãos no espaço público, culminando não só com o aparecimento de um elevado número de organismos associativos, mas também numa maior diversificação da própria natureza e objetivos desses mesmos organismos”.

Fernandes (2003) ainda reforça que, desde então, são múltiplas as mudanças que ocorreram ao nível do associativismo². Tratou-se de um crescimento acelerado do número de associações, da diversificação das necessidades e interesses que são objeto da criação de novas associações e ainda ao nível da organização e funcionamento das associações para possibilitar a intersubjetividade e a participação. Desta forma, Viegas (2014) constata que o que parece existir cada vez mais é um envolvimento associativo não continuado, mas pontual e de acordo com os objetivos pragmáticos dos cidadãos. Este tipo de envolvimento é característico das novas classes médias com maiores índices de instrução, ligadas às profissões liberais e maiores níveis de rendimentos. Ora, são exatamente esses segmentos sociais que se envolvem mais em associações que expressam os novos movimentos sociais e que contribuem para o debate na esfera pública.

2.3. A identidade

Que sítio é este? Quem são estas pessoas? Quem sou eu neste meio?

É pertinente serem colocadas, numa primeira abordagem, questões básicas sobre o local em que nós estamos, os sentimentos que obtemos através da nossa presença física nesse preciso lugar, como também a(s) relação(s) que obtemos com os outros,

² Não consideramos aqui a abordagem do associativismo em meio rural, no âmbito europeu e nacional, ligado a diferenciadas condições culturais e de desenvolvimento, exploradas por diferentes autores (Moreno, 1994; Halhead, 2006; Moreno, 2007).

que faz muitas das vezes questionar a nossa própria perspectiva de identidade. Recorrendo a experiências pessoais, nomeadamente situações que remetem para algumas das viagens realizadas entre diferentes lugares, surgem reflexões sobre o sentido de pertença, matéria de abundantes contributos em diferentes ciências sociais, como adiante se trata.

Várias concepções de identidade provêm do facto de procurarmos conceber uma ideia sobre quem somos em relação a todo o meio que nos envolve e com o qual nós nos relacionamos, ou seja, acabamos por criar perspectivas pessoais sobre a nossa própria personalidade, resultando na compreensão e interligação de redes identitárias que permitem a criação da denominada identidade coletiva (Cerulo, 1997).

Contudo, a perspetivação do termo identidade não se relaciona somente com o “meu ser para com terceiros”, mas sim, também, com o próprio meio ou território. De uma forma ou de outra, torna-se num fator de influências em relação à identidade pessoal, em termos individuais e, conseqüentemente, em termos coletivos que se resume ao conceito de identidade social. Este determina-se como um elemento que integra a personalidade de cada indivíduo e que se transforma ou, em muitas das situações, esta adapta-se consoante o meio em que este mesmo indivíduo se envolve (Karl Mannheim, 1952). Trata-se de procurar novas experiências, aprendizagens ou somente se estabelecer no confronto de si em relação aos restantes membros que pertencem ao meio de integração ou, por outras palavras, ao(s) grupo(s) social (ais) ao(s) qual (quais) o indivíduo se associa e respetivamente integra. Tajfel (2004) recorre a esta caracterização da contextualização do conceito de identidade, que resulta na concretização do sentimento de pertença a um determinado grupo social. Este pode ser uma determinada classe social, grupo desportivo ou até mesmo a respetiva família, como fonte de confiança e orgulho para a própria pessoa. Isto é, existe a ligação de pertença e de confronto para com o contexto social e o(s) seu(s) respetivo(s) território(s).

2.3.1. Contextualidade da Identidade Individual

Numa perspetiva de análise social consonante com as concepções previamente apresentadas, é recorrente partir da perspetiva do plano mais concreto e imediato, nomeadamente a nossa identidade, aquilo que enquanto seres humanos delimitamos como sendo o que nos distingue de todos. A isto, Erikson (1959) define como identidade pessoal, criada através da recolha dos vários papéis sociais que determinada pessoa terá desempenhado ao longo da sua vida, criando assim também

a denominada identidade social ou cultural, acabando por se intersectar com outros elementos mais complexos da sociedade, nomeadamente a classe social ou étnica.

Contudo, a percepção criada em redor do ser identitário compreende a necessidade de focar que a identidade começa a formar-se através do sentido físico ou biológico de nós próprios, mas complementa-se depois através de tudo aquilo que é adquirido através de ideias, ideologias e formas de ver os outros seres e o mundo em geral. Ou seja, a nossa identidade é um elemento que se constrói e evolui socialmente, sendo que a forma e o lugar onde nós nascemos refere-se somente a uma efémera parte de nós (Critical Media Project, 2017).



Figura 1 - Modelo Representativo da Identidade (Fonte: Mannheim, 1952)

De uma forma concisa, a nossa identidade é maioritariamente formada e modificada consoante a nossa experiência de vida, da forma como somos tratados socialmente, de quem nos tornamos amigos, o tipo de educação, onde nós vivemos e as respetivas oportunidades e desvantagens que temos ao viver num determinado espaço ou território (Mannheim, 1952).

2.3.2. Contextualidade da Identidade Coletiva

Recorrendo aos elementos caracterizadores da identidade individual, apresentados no ponto anterior, Tajfel (1979) argumenta que os grupos desempenham um papel fulcral na influência que a identidade pessoal / individual tem na construção na sociedade.

Sobre a identidade coletiva, Forsyth (2010, pp. 500-507) acrescenta a existência de um conjunto de características que, de uma forma geral, descrevem a organização que define a estrutura dos grupos, nomeadamente através:

- Da **interação** que existe através da comunicação verbal ou não verbal criadas através de ações realizadas por membros do grupo que se relacionam ou integram emocionalmente para com o grupo, tanto através de ações positivas como de negativas.
- Dos **objetivos** traçados pelo grupo, sejam eles emocionais, profissionais, académicos ou meramente pessoais.
- Da **interdependência** de relacionamento com outras pessoas através dos comportamentos, decisões, pensamentos, sentimentos e experiências que acabam condicionados ou determinados por inteiro ou em parte por terceiros. Porém, é normal considerar que em alguns grupos as pessoas são mais dependentes que noutros como, por exemplo, numa equipa de futebol, que acaba por ter uma maior interdependência em relação a um grupo de amigos que pretende realizar uma sessão de cinema.

Numa visão holística, um grupo acaba por ter sempre melhor desempenho do que se for feita uma individualização, mas somente quando o grupo possui uma estrutura organizada (Forsyth, 2010). É a existência de uma estrutura organizada, através de normas, tarefas e relações que permitem a formação e permanência de um grupo ao longo do tempo, que a acaba por ser um dos pilares mais importantes de sustentação de um grupo. Isto pelo facto de que, devido a situações externas ao grupo ou mesmo por falha dos membros para com as expectativas fixadas de acordo com os papéis e tarefas a serem cumpridas, os próprios membros podem acabar por rejeitar e abandonar esse mesmo grupo.

2.3.3. Associativismo e identidade em contexto de planeamento

Apesar das conceptualizações formuladas por nomes como Tajfel & Turner (1986) ou Mannheim (1952) relativamente à objetivação clara do ser identitário, podemos defender que o “nosso ser identitário” só pode ser devidamente delimitado por nós próprios, ou seja, são situações pessoais, experiências com as nossas famílias, amigos, grupos, e entidades que definem e delimitam o nosso ser no presente e futuro, que consequentemente levam à construção dos denominados espaços sociais através da criação de grupos ou coletividades no território, seja este urbano ou rural.

Neste sentido, a denominada identidade territorial surge através da conjugação de todas as experiências e perspetivas, tanto individuais como coletivas, consequência da relação dos vários valores representados através da figura 2. É através de psicólogos sociais como Harold M. Proshansky, Abbe K. Fabian e Robert Kaminoff (1983) que se afirma que esta identidade se constrói através da relação com a sociedade. Será, por exemplo, através de condições como a “açorianidade”, uma insularidade criada com os vários acontecimentos históricos ocorridos ao longo da história (imigração e emigração, fenómenos naturais, etc.), geradores de experiências individuais, através das quais são construídas as personalidades. Cria-se assim um sentimento de pertença, produzindo o denominado conceito de identidade territorial, sendo este pertinente para o estudo de caso do concelho da Madalena.

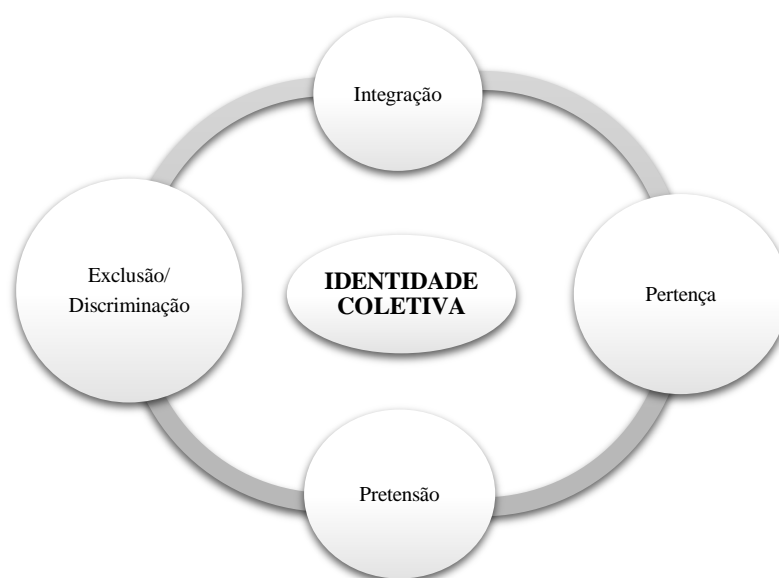


Figura 2 - Valores de identidade coletiva (Fonte: Ferro *et al.*, 2015)

Neste trabalho procura-se referenciar associações de carácter cultural e recreativo como filarmónicas ou grupos folclóricos. Instituições deste tipo são elementos simbólicos do povo que se realçam com a sua presença e/ou reanimam tradições populares (Pedro-Rêgo, 1993). Outra forma mais peculiar de rever a representatividade dos conceitos de associativismo e identidade no território é, por exemplo, através do Carnaval organizado pelas comunidades locais, em especial nas escolas, onde existem os desfiles com a participação dos jovens estudantes. Consoante o local, demonstra-se através destes eventos o contraste entre a criatividade e a própria identidade e tradição em que estes se realizam (Ferro *et al.*, 2015).

É através destas instituições e destas atividades culturais e recreativas representadas no território que se nota o real impacto e importância das mesmas no território,

enquanto elementos promotores de identidade local. É neste sentido que Albino (1997) afirma que a identidade local deve ser vista como “um recurso para o desenvolvimento”, pelo que as estratégias de desenvolvimento deveriam basear-se no aproveitamento da tipicidade ancestral para encorajar uma evolução diferenciadora que possa conduzir ao reforço da inovação local. O mesmo autor refere ainda que a identidade deve ser considerada como elemento chave no processo de planeamento pois desempenha um papel capaz de influenciar todo um processo de valorização do território e melhoramento da qualidade de vida no mesmo.

É através da identidade que se cria uma maior integração e sentimento de pertença por parte da população, o que facilita o estabelecimento de cenários para uma utilização mais eficiente dos recursos e do território, o que, consequentemente, reforça as condições de pertença e de fixação das populações.

É desta forma que Roca e Mourão (2003) afirmam, em contexto da temática de competitividade local, que é essencial considerar a identidade local pois esta assume-se como um trunfo nas políticas de desenvolvimento local e regional no seio da Europa das regiões.

Ou seja, um lugar ou um espaço humanizado acaba por ser uma componente da identidade de uma pessoa através das experiências, conhecimentos e sentimentos vividos nesse meio. Desta forma, cria-se o consenso de que o conceito de identidade se estrutura através do contexto social e territorial. Por essa razão, os grupos sociais geram identidades, estando elas associadas ou vinculadas a uma cultura (incluindo religião ou outro elemento imaterial da sociedade), determinando uma porção de um espaço geográfico, seja ele à escala nacional, regional ou local.

No entanto, não sendo de interesse aprofundar as questões de desenvolvimento local neste trabalho, importa somente realçar que, na opinião de Roca e Mourão (2003), seria irresponsável investir na "competitividade" das localidades e regiões sem considerar uma avaliação e conhecimento em profundidade do carácter complexo e mutável da sua identidade territorial.

No que se refere ao presente trabalho de dissertação, a intenção de abordagem dos conceitos de associativismo e identidade referem-se essencialmente aos aspetos implicados na gestão do território e no seu planeamento.

É assim que, através de Jorge Silva (1996), a consideração para a existência de um reforço dos valores de identidade ou pertença territorial acaba por estar diretamente ligado à forma de alcançar uma gestão e planeamento urbano presumivelmente mais

eficiente (Fig. 3), resultando numa fixação estruturada e coesa da população de um determinado lugar do território.

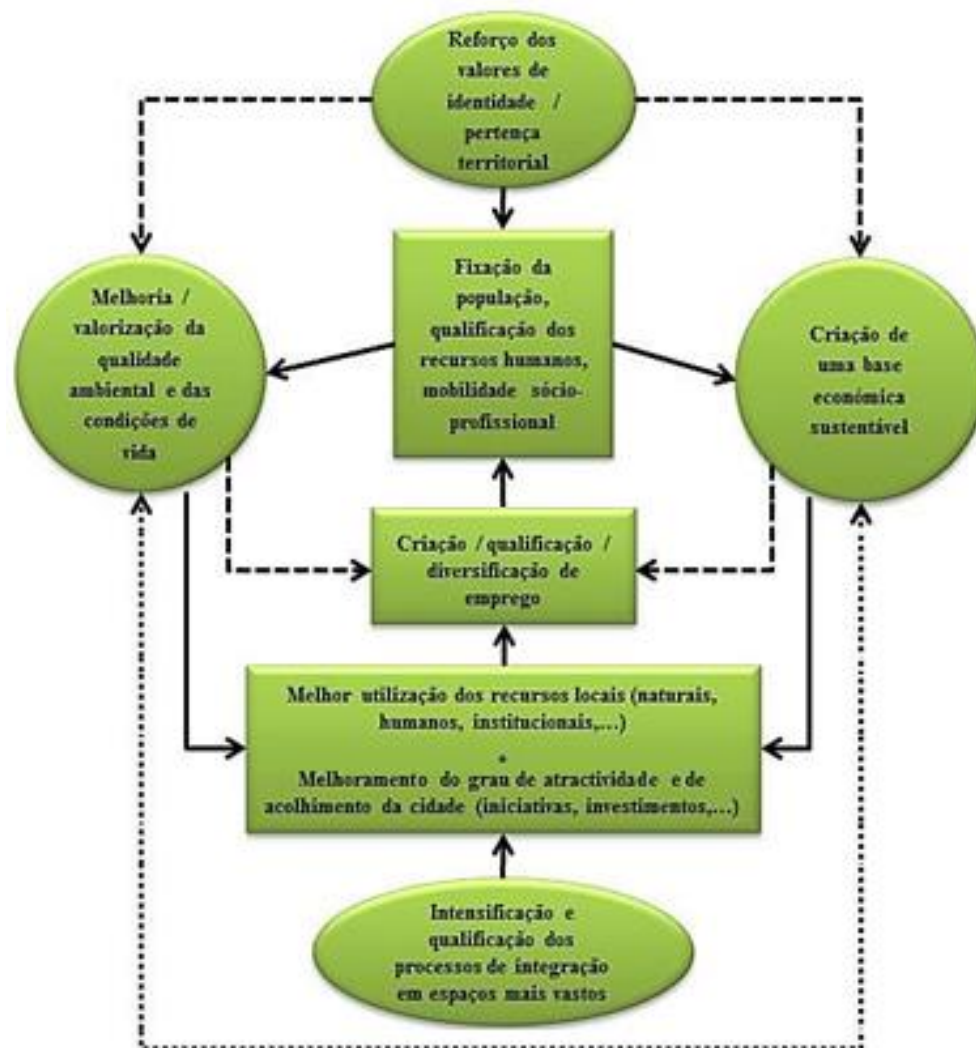


Figura 3 – Processo de Planeamento da Câmara Municipal de Évora
(Fonte: adaptado de Silva, 1996)

Por outro lado, também, de forma indireta, acaba por contribuir para a criação de uma base económica sustentável e, essencialmente, contribui para a melhoria ou valorização das condições de vida e da qualidade ambiental.

3. Revalorização da Identidade Açoriana

Os Açores, constituídos por um arquipélago de 9 ilhas, distribuídas por 3 grupos (Oriental, Central e Ocidental) encontra-se repleto de uma grande diversidade de natureza e cultura, representando-se muitas vezes por expressões como “um paraíso isolado que continua perdido na natureza a preservar e a redescobrir” (Garcia, 2011, p. 18).

A considerar a história do povo açoriano, José Dias (2011) divide a mesma em quatro fases. Entre os séculos XV e XVI iniciou-se a estruturação da sociedade; entre os séculos XVII e XVIII verificou-se a consolidação da sociedade açoriana. No século XIX foi dada especial atenção à procura de rumos após a sua estruturação; por fim, o século XX é particularmente marcado pela influência da autonomia conferida quanto à governação das ilhas (Região Autónoma dos Açores e autarquias locais).

A natural divisão em nove parcelas de origem vulcânica (ilhas de idades diferentes), agrupadas em três conjuntos de natureza conceptual (fig. 3), com clima temperado marítimo, com intensa pluviosidade, humidade elevada e ventos fortes, sentidos especialmente em época de Inverno, com povoamento feito por vários povos, de variadas proveniências geográficas (norte, centro e sul de Portugal, famílias flamengas, mouriscos e cristãos novos), são fatores que cavaram um fosso que, pensamos, ainda não foi completamente superado.

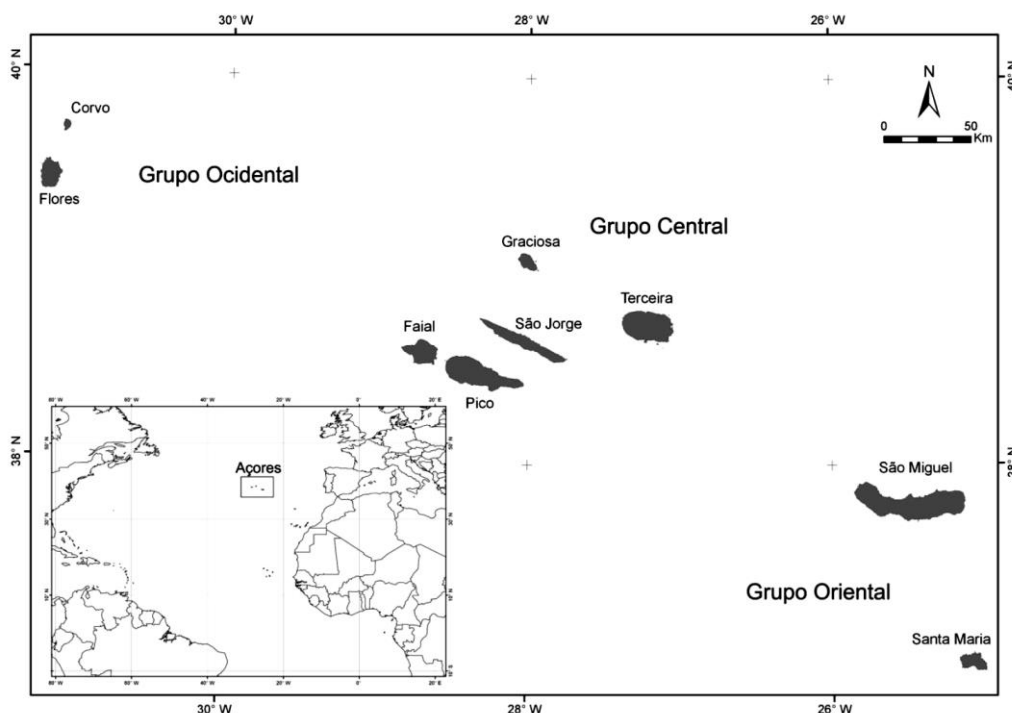


Figura 4 – Localização do Arquipélago dos Açores (Fonte: Dias, 2008)

São ilhas culturalmente caracterizadas por misticidade e pelas lendas que embarcam os seus habitantes e visitantes em histórias dos que antes aqui estiveram e por aqui passaram. Marcadas principalmente pela falta de respostas ou explicação sobre os acontecimentos, serviram as ‘histórias divinas’ para dar às pessoas um sentido sobre o sucedido, conseguindo-se assim até, muitas das vezes, que este fosse contraponto válido à própria realidade passada.

Muito do povoamento açoriano ocorreu em dependência com os acontecimentos sucedidos no espaço continental português, mas essencialmente, de acordo com a pouca documentação existente, ocorreu a partir de 1439 com o povoamento de grupos de flamengos para a ilha do Faial, tendo daí irradiado para as ilhas das Flores e do Pico, bastante visível através dos sobrenomes ainda existentes como Silveiras, Dutra, Brum e Goulart. Muitos eram oriundos de Portugal e seriam, quanto muito, da baixa nobreza que consigo arrastavam criados e cultivadores a fim de que estes pudessem produzir alimentos suficientes para o sustento de todos e proporcionar excedentes que permitissem rendimentos e melhores condições a todos os que tinham ficado no continente.

A população que maioritariamente se fixou na região não era letrada ou ilustre. A instrução deveu-se sobretudo aos sacerdotes que mais tarde chegaram a estas terras, pertencentes à Ordem de Cristo e, mais tarde, de São Francisco (franciscanos). No entanto, refira-se que a insularidade não foi um fator regressivo ou mesmo paralisante da riqueza cultural da região. No caso açoriano, é possível defender que algum isolamento cultural foi mesmo um agente de defesa e até de estímulo, na medida em que o mesmo poderá ter sido propício à meditação, ao estudo e à melhor adaptação ao meio.

Para efeitos do presente estudo, a escolha efetuada da ilha do Pico, ou “ilha montanha”, ou ainda “ilha negra”, podia ser justificada apenas através do excerto de Raúl Brandão que aqui se apresenta...

“A outra coisa que exerce aqui uma verdadeira fascinação é o Pico – tão longe que a luz o trespassa, tão perto que quer entrar por todas as portas dentro. Na verdade, parece um efeito mágico de luz, um fantasma posto aí de propósito para nos iludir e mais nada. Toma todas as cores: agora está violeta, logo está rubro. A cada momento uma nova transformação. Todo o céu doirado e o Pico roxo. Tarde, e a lua enorme a nascer por trás daquele paredão imenso que chega ao céu. É majestoso e magnético. Está ali presente como um vagalhão que vai desabar sobre o Faial. Esta noite é um sonho: o cone muito nítido emerge de nuvens brancas que o rodeiam e parecem elevá-lo num triunfo ao céu. Às vezes, de Inverno, a neve brilha lá no alto com reflexos de jóias, outras são as nuvens que lhe dão formas extraordinárias. Se eu vivesse aqui, queria uma casa e uma cama onde só visse o Pico. Ele enchia-me a vida.”

Brandão, R. (2014). As ilhas desconhecidas. Edições Vercial.

Esta ilha caracteriza-se por ter uma área de 433 km², de constituição vulcânica, sendo dominada pela sua extraordinária montanha de 2.351 metros de altitude, mostrando um revoltado manto negro pontilhado de verde. Foi no sopé desta montanha, junto com as outras partes baixas do litoral, que se fixou o início do povoamento; aí as melhores terras foram exploradas para a cultura de legumes, tubérculos, árvores de fruto e cereais. Mas, como Mónica Goulart (2009) descreve na sua pesquisa, na ilha do Pico procurava-se, até metade do século XX, não viver mas sim sobreviver aos vários infortúnios naturais que ocorreram desde o século XVIII (Quadro 1).

Quadro 1 – Desastres com causas naturais ocorridos na ilha do Pico

Período	Descrição de Ocorrência
1713 - 1714	Mau ano agrícola, fome e peste. Ciclone Tropical, No Pico, o povo teve de recorrer a comer “socas e raízes” para sobreviver. Epidemia de peste provocou alguns milhares de mortos; no Pico estima-se cerca de 5000 mortos (Faial cerca de 500 mortos).
1718	Erupção em Santa Luzia, São Mateus e São João do Pico, sismos violentos, explosões...
1720	Erupção no Soldão, Lajes do Pico.
1744	Ciclone tropical: grandes cheias, várias mortes em diferentes freguesias da ilha.
1745 - 1746	Mau ano agrícola fome e emigração em massa – fome generalizada nos Açores.
1852 e 1972	(Pragas) Oidium e a Filoxera devastam as vinhas do Pico tornando-as improdutivas (no 1.º terço do século XIX inicia-se a caça à baleia).
1893	Furacão provoca grande destruição no Grupo Central

Fonte: Santos e Mesquita (2011)

Sem pretender incidir demasiado na história do descobrimento (ou desbravamento, com proximidade semântica dada pelas etimologias), ou mais “povoamento” e “ocupação”, como alguns historiadores afirmam, mas sem pretender também diminuir o peso explicativo do passado nas condições atuais, passamos a apresentar o foco do presente trabalho. Este orienta-se para quatro aspetos relevantes para a compreensão da cultura e tradição criada em volta da identidade açoriana, mais especificamente picarota, nomeadamente:

1. Compreender a importância da cultura e recreação nas raízes do povo picaroto;
2. Compreender a instauração ou criação de círculos que permitiram a fundação de grupos no âmbito da cultura popular (musicais e outros);
3. Compreender o papel das associações no contexto da realidade insular do município da Madalena;
4. Compreender a adesão e o papel dos grupos etários mais jovens nas atividades desenvolvidas no seio do associativismo desenvolvido no município.

3.1. Associativismo e identidade açoriana / picarota

Ser-se dos Açores é ter Saudade

Ser dos Açores significa mais do que ser-se de uma ilha; significa pertencer a um grupo. A uma realidade que tão poucos têm o privilégio de viver. Ser dos Açores significa mais do que ter um sotaque diferente e expressões engraçadas, como 'blica', 'gama' ou 'passar o mapa'. Ser dos Açores significa mais do que comer inhames com linguiça ou torresmos, ou ter o mar sempre ao alcance da vista. Ser dos Açores significa mais do que saber a vida de toda a gente da nossa freguesia.

Ser dos Açores significa ser grande, num sítio pequeno. Significa estar sempre perto da família e daqueles que querem o nosso bem. Significa Verões à beira da costa, ou na esplanada do nosso café favorito, com as nossas pessoas preferidas. É sentir a brisa do Oceano, mal saímos de casa. É acampar com os amigos, no meio de descampados e mato, em noites frescas, quando só o álcool e a música nos aquecem. É ter aquela infância de sonho, a correr de um lado para o outro, no meio de animais e de rochas, a apanhar peixes com o camaroeiro. É poder andar pela vila, de madrugada, sempre com sensação de segurança. É levar com furacões e, mesmo assim, sair para a rua.

Mas por outro lado também significa saudade. E quem conhece melhor a Saudade, do que um Açoriano que teve de abandonar o seu lar? (...) Significa, para muitos, a derradeira partida, rumo ao grande Continente³. Significa despedir-se dos amigos, da família e dos lugares que já tão bem conhecíamos, para partir para o completo desconhecido.

Ser Açoriano significa, mais tarde ou mais cedo, ter de dizer 'Adeus'... mas só por enquanto. Porque, mais tarde ou mais cedo, e mesmo que só por um bocadinho... acabamos sempre por lá voltar, para matar estas saudades gigantes que só um Açoriano as sabe.

Daniela Rosa⁴

Desta forma, estamos a falar de um povo localizado em pleno Oceano Atlântico, a cerca de 1500 Km da costa Ocidental do continente europeu e aproximadamente a 3900 km do ponto mais próximo das costas da América do Norte. Recuperando alguma informação atrás apresentada sobre o arquipélago português dos Açores, acrescentamos que as suas nove ilhas, habitadas, são: no grupo Oriental – ilhas de São Miguel e Santa Maria; no grupo Ocidental – ilhas das Flores e Corvo; no maior grupo, o Central – ilhas da Faial, Pico, São Jorge, Terceira e Graciosa. Compõe-se assim a Região Autónoma dos Açores, regida de forma autónoma política e administrativamente.

Incidiremos na caracterização do meio rural da ilha do Pico, salientando o ambiente e contexto diferenciados em que surgiram as associações ou entidades culturais e recreativas, sendo útil uma diferenciação de contexto em relação ao plano nacional.

³ Referente aos jovens que partem para Lisboa em procura de condições académicas para prosseguir os seus estudos.

⁴ Fonte: <http://a-mix-of-feelings.blogspot.pt/> A autora é licenciada em Relações Internacionais, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e com formação pós-graduada em Gestão de turismo e hotelaria, além de outras dentro da mesma área. Natural dos Açores, da ilha do Pico, reside em Lisboa onde desenvolveu este, entre outros trabalhos e textos, a expressar os valores e sentimentos do termo identitário do “ser açoriano” fora da sua terra, emigrado ou simplesmente ausente por questões académicas, entre outras.

Muito para além da própria natureza traduzida nos ecossistemas existentes em todas as ilhas do arquipélago, a intervenção humana tem marcado o território, muito em função da habitação e do alimento das famílias. Traços desta realidade encontra-se no arranjo das propriedades presentes à beira-mar, com muros de pedra, levantados para proteger as vinhas que outrora foram um elemento chave para a sobrevivência de muitas das famílias que habitavam a ilha do Pico.

Virados de frente para o mar e de costas para a Montanha do Pico, observam-se os “currais” de vinha (designação local dos recintos contíguos para esta cultura, com muros em pedra basáltica). Aquando do tempo de vindima e da necessidade de tratar das parreiras de vinha, o picaroto tem-se abastecido de outros elementos providenciados pela natureza. Isso tem envolvido o cultivo e a recolha de materiais nas terras médias e altas, muitas vezes de modo associado à criação de gado bovino e caprino para sustento das famílias durante os invernos, sentidos como rigorosos devido ao frio proveniente da montanha e às “maresias” que se fazem sentir junto ao mar.

Dubar (1997, p. 27) defende que a “identidade de um indivíduo constitui um elemento fundamental, sendo a sua perda sinónimo de sofrimento e morte. A identidade não é transmitida de geração em geração, antes é (re)construída durante toda a vida do indivíduo, em resultado não só das suas orientações, como também das opiniões dos outros (agentes e instituições): a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições.”

Também nos Açores se assiste à valorização, ao nível cultural, da originalidade da terra e do povo açoriano, ou seja, à fundamentação por essa via da identidade açoriana. Armando Narciso, em 1914, assumiu papel de proeminência no movimento cultural açoriano, destacando a necessidade da preservação do património artístico e etnográfico, e da publicação de uma História dos Açores.

A este respeito, Francisco Carreiro da Costa afirma que os açorianos herdaram um tipo de cultura perfeitamente definido – a cultura portuguesa. Mas, por outro lado, na opinião do autor, “é precisamente nessa fragmentação, nessas preocupações e nessas dificuldades que vamos encontrar o principal estímulo para todas as manifestações culturais que aqui germinaram, frutificaram e que aqui irradiaram” (Gonçalves, 2008, p. 97).

Alguns intelectuais açorianos, como Luís da Silva Ribeiro e Luís Bernardo Leite de Ataíde, realçam a importância das recolhas etnográficas e a fundação de museus regionais. Uma das vertentes em que se desenvolve o movimento para a formação da “consciência açoriana” ficou conhecida por “açorianismo”, que se define como “exaltação dos valores açorianos e sua projeção quer no arquipélago, quer no exterior” (Gonçalves, 2008, p. 18). Mas é com Vitorino Nemésio que o termo “açorianidade”, inspirado no conceito de “hispanid”, aprofundado por Unamuno, transforma a singularidade identitária insular que resulta da geografia como um “elemento capital de definição íntima, estrutura, por assim dizer, transcendental do homem açoriano, horizonte e muro da sua identidade (Gonçalves, 2008, *idem*).

A construção do associativismo na ilha do Pico e, de uma forma em geral, nos Açores, não deixa de fazer parte de uma onda de influências provenientes dos movimentos que foram ocorrendo ao longo da história na Europa.

Entre vários exemplos de figuras incontornáveis que retratam a história e cultura da ilha do Pico, e dos Açores em geral, podemos referir Manuel Serpa (Fig. 5) que, com bases de formação cristãs, exerceu funções eclesásticas durante 12 anos. Foi também deputado regional e teve grande parte da sua rica e intensa vida dedicada ao ensino. Grande conhecedor dos tempos históricos e da respetiva cultura e suas tradições dos Açores e da ilha do Pico, menciona que a base de construção do movimento associativista passou pelas denominadas cooperativas, difundidas em Portugal por António Sérgio, e que nos Açores acabaram por ganhar a sua devida importância junto das comunidades locais.



Figura 5 – Manuel Serpa na sala/biblioteca de sua casa (Fonte: Jornal “Público”)

Contudo, e principalmente após o 25 de abril, muitas das cooperativas extinguíram-se, explicado pela queda do Regime do Estado Novo, mas principalmente pelo facto de muitas das pessoas com conhecimentos e aptidão para interligar e organizar as

comunidades locais acabaram por se deslocar das ilhas, rumo a outros destinos (à exceção da ilha de São Jorge, que ainda hoje mantém uma dinâmica fortemente agarrada aos movimentos cooperativistas).

Não existem certezas, pelo menos de base bibliográfica, sobre qual a ordem de surgimento entre cooperativismo e associativismo. Porém, Manuel Serpa ainda afirma que a religiosidade nas ilhas, com destaque na ilha do Pico, desempenha um papel fulcral já desde o povoamento da região e da própria ilha, sendo que a ilustração desta realidade, atualmente, pode ser dada pelas Irmandades de Espírito Santo, que são um grupo de pessoas das comunidades existentes nos vários lugares das ilhas da região, associando-se a fim de não só venerar os santos padroeiros desses lugares mas também com o propósito de salvaguardar o património material e imaterial associado a esta cultura picarota / açoriana. Porém é neste sentido que o associativismo, tal como o cooperativismo, que é melhor representado pela Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico⁵, surge numa perspetiva de colmatar as dificuldades acentuadas pela insularidade em relação ao restante território português e ao isolamento em relação às restantes comunidades do arquipélago, particularmente através da recreação e da cultura.

Esta é a lógica que nos mostra como estas instituições acabam por ser o resultado da já referida insularidade, surgindo também com o propósito de aproximar as próprias comunidades locais, a fim de criar canais de comunicação que permitam originar melhores formas de combater ou solucionar os vários problemas que a realidade da ilha tem trazido e de criar a realidade da existência de um “terceiro espaço” para além do espaço de casa e do trabalho (Tjarve e Zemīte, 2016).

⁵Foi através de um grupo de vitivinicultores da Ilha do Pico que, na primeira metade do século XX, conscientes da necessidade da existência duma estrutura que reunisse boas capacidades de produção e económicas, decidiu constituir a Cooperativa Vitivinícola da ilha do Pico, CRL, que foi registada na Conservatória do Registo Comercial em Fevereiro de 1950, tendo como objetivo fundamental a produção de Vinhos Licorosos e comuns. Inicialmente a adega da CVIP laborou exclusivamente as castas nobres, Verdelho, Arinto e Terrantez, introduzidas na Ilha aquando do seu povoamento.

4. Estudo de caso do concelho da Madalena do Pico

O concelho da Madalena inclui uma das principais vilas da ilha do Pico, a Madalena, que foi outrora uma das vilas mais prósperas da ilha devido ao contacto direto com a ilha vizinha, a do Faial. Localizado a Oeste da ilha do Pico (Fig. 6), o município abrange cerca de 149 km² da ilha e tem sob a sua alçada administrativa seis freguesias (Bandeiras, Madalena, Criação Velha, Candelária, São Mateus e São Caetano).



Figura 6 – Delimitação administrativa do município da Madalena
(Fonte: Elaboração Do autor, 2018, sobre base oficial fornecida pela C.M.M)

Alguns elementos culturais preponderantes da Madalena sobressaem mesmo no contexto físico e material da ilha. Um deles consiste na sua igreja principal (de Santa Maria Madalena), que foi construída sobre uma antiga ermida que existia no mesmo lugar e que, desde o século XIX, foi renovada pelos seus párocos, bem como por todas as pessoas religiosamente devotas ao cristianismo católico. Foi com este voto à cristandade que as comunidades se instalaram nesta ilha e vingaram sobre as enormes dificuldades provocadas pelas condições naturais da ilha.

Como aludimos atrás, há que compreender a importância da religiosidade para os locais que, estando isolados no meio do Oceano Atlântico durante séculos, estando vulneráveis a tudo o que a natureza predispõe, têm recorrido ao apelo a um “ser mais poderoso”, a fim de os auxiliar nos momentos de maior dificuldade e angústia. Face às condições do clima, dos fenómenos naturais e do terreno, tornaram-se habituais manifestações religiosas em forma de promessas (em especial o culto do Espírito Santo) para “acalmar a fúria dos vulcões e dos terremotos” (Cruz *et al.*, 2005:27).

Assim, ao longo da história, o peso da religião, impulsionado por um grupo de frades aquando do primeiro povoamento na ilha, perto da costa de São Mateus (sul da ilha), fez começar aí toda a influência, com o estabelecimento da primeira comunidade picarota, bem como dos primeiros vinhedos do famoso verdelho (casta de uva branca), que também se adaptou ao clima da ilha devido à sua resistência ao sal trazido pelos ventos do mar.

Organizada no tempo de acordo com as atividades das pessoas, nomeadamente pesca, conserva de peixe, caça à baleia e vinhas, junto à orla costeira, e outra agricultura / lavoura na parte central da ilha, a paisagem da ilha encontra-se ainda dominada pela natureza, floresta e pastagens (Fig. 7), essencialmente na referida parte central. Esta, por sua vez, encontra-se rodeada pelas pequenas comunidades espalhadas pelos lugares e freguesias que marcam o pequeno traço urbano da ilha. Na maioria dos casos são núcleos cada vez mais despovoados devido à falta de oportunidades na ilha e à progressiva abertura de portas de saída e oportunidades fora do contexto de ilha (Portugal continental e o estrangeiro).

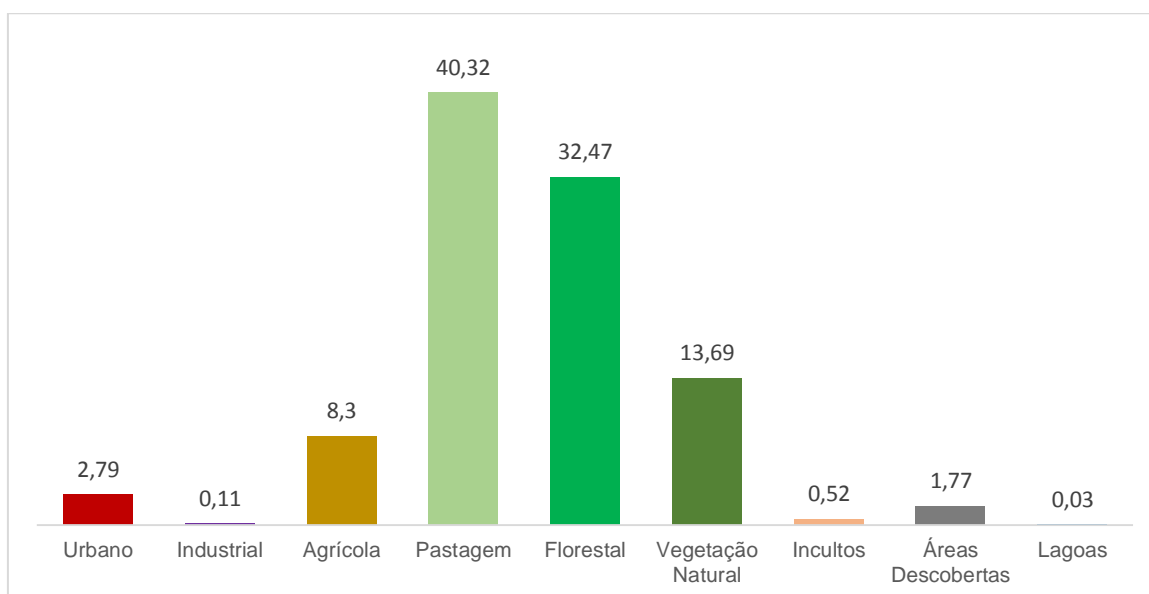


Figura 7 – Carta de Ocupação do Solo da Ilha do Pico (Fonte: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos)

Assim, a população deste concelho, influenciada pela montanha, pelas condições marítimas e todas as condicionantes decorrentes desta condição insular, sofreu ao longo dos anos um decréscimo, principalmente como resultado das devastações em toda a ilha identificadas no Quadro 1 e, particularmente, das trazidas pelas pragas da Filoxera e do Oidium no início da segunda metade do século XIX (Fig. 8). Mais tarde, no primeiro terço do século XX, surge uma pequena vaga de crescimento populacional

com a atividade baleeira, mas que acabou por dar lugar à tendência de decréscimo demográfico mais longa devido à proibição da caça à baleia em 1987, conjuntamente com as várias dificuldades sentidas na ilha e, principalmente, com o surgimento de oportunidades provenientes da América do Norte.

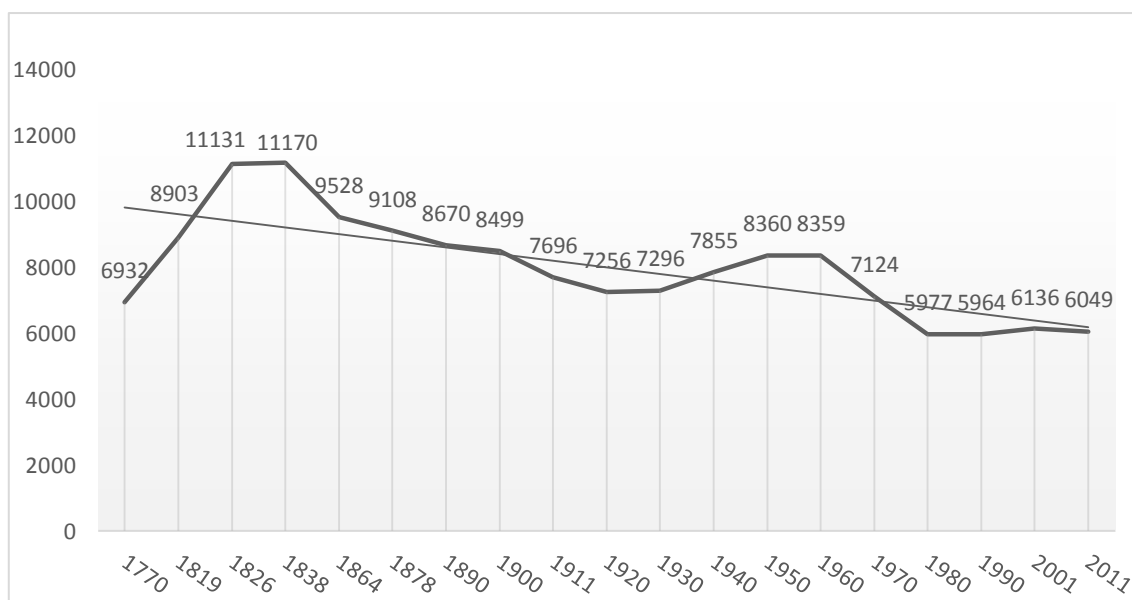


Figura 8 – Evolução demográfica do concelho da Madalena (Fonte: Santos e Mesquita, 2011)

Tendo as comunidades locais sofrido estas várias transições, os grupos associativos de carácter cultural e recreativo constituíram-se para convivialidade e cooperação, com o propósito de superar as dificuldades, as próprias da realidade insular e, mais tarde, as relativas à opressão do regime do Estado Novo.

Desta forma, em matéria de associativismo, impõe-se a referência muito destacada às Irmandades do Espírito Santo, pela sua ação benemerente e de dignificação social desde tempos remotos, praticamente em todos os lugares; só na freguesia da Madalena funcionaram em simultâneo sete delas, das quais permanecem cinco.

Estes grupos e entidades (em muitos lugares denominadas de Sociedades Recreativas) originaram-se, portanto, por razões de entretenimento e também de cooperação entre as comunidades locais. Entre os exemplos de recreação contam-se as denominadas “Folgas”, que Manuel Serpa explica como não sendo mais do que juntar num espaço um conjunto musical e as pessoas do meio, fazendo um baile com cordas e com bailadores, no salão de uma casa (antigamente, a melhor casa da freguesia, ou então numa loja que tivesse alguma dimensão, muitas vezes casas de milho, com as maçarocas de milho por cima do teto). A música e os bailes surgem como forma de contornar os problemas do dia a dia, elevar o espírito e demonstrar a

felicidade da vitória sobre os momentos difíceis. Manuel Serpa, no documentário “O Povo Que Ainda Canta” (2017) afirma que é através da ‘chamarrita’ que se retrata a vivência de um açoriano. Ilustra, de alguma forma, aquilo que foi a vida deste povo imbuído de sofrimento, mas é também através da ‘chamarrita’ que surge a resposta à luta da vida, sendo esta bailada com altivez, com alegria, procurando representar a vitória sobre a pedra, a vitória sobre o mar e a vitória sobre as dificuldades da vida.

Manuel Serpa ainda conta que este simbolismo da ‘chamarrita’, representado através de um dos instrumentos característicos – a viola da terra –, era revisto através da história do pai do “Marroco”⁶

Ora, refletindo sobre alguma das leituras realizadas, relembra-se a questão em relação ao desenvolvimento do presente tema de trabalho: qual a importância ou necessidade de se abordar a questão do associativismo enquanto elemento de preservação de identidade dos territórios insulares? Mesmo considerando alguma falta de informação relativamente à evolução do associativismo regional, o objetivo de trabalho traça-se no sentido de comprovar que, apesar da dispersão, da escassez de recursos, da limitação das *social networks* e das características especiais do território e das suas comunidades, o número de entidades e o respetivo volume de atividades apresentam uma dimensão considerável.

4.1. Aplicação Metodológica

Os aspetos de enquadramento territorial do concelho, apresentados anteriormente, correspondem, numa primeira instância, a uma breve contextualização sobre o âmbito do estudo. Considerando esta informação e as questões colocadas, exigindo resposta em termos de estudo, afirma-se indispensável considerar elementos metodológicos capazes de estabelecer uma moldura instrumental de análise. De facto, como afirma Demo (1995), uma metodologia corresponde ao estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para a construção de ciência. Assim, a adoção de uma determinada metodologia corresponde na íntegra à forma de como o investigador

⁶ Esta história, descrita por Manuel Serpa, remete para o pai do chamado “Marroco”, que tinha uma viola da terra. Viu o seu filho partir para os EUA e decidiu pendurar a viola num dos tirantes da sua casa. Assim, decidiu que nunca mais tocara nela até seu filho “Marroco” voltar. Passados anos, o “Marroco” volta dos EUA, luzindo como um americano, com roupa a “cheirar à América”, com sapatos do melhor e com uma namorada. O “Marroco” decide então casar na ilha e, nesse dia de maior alegria, o velho foi lá, agarrou a viola com todas as forças, mandou arranjar cordas novas, alinhou-a, afinou-a e tocou toda a noite. A viola significou luto e alegria. Para ‘nós’: luto, saudade, ausência, tristeza, morte – viola guardada; alegria, abraço, felicidade, sorriso, encontro – viola fora.

interage e se questiona em relação a certo aspeto material ou imaterial do nosso espaço territorial ou social.

Esta interação decorre desde logo do facto de o autor deste estudo ser natural do concelho da Madalena, da ilha do Pico, e neste contexto tem constatado a ocorrência da promoção e desenvolvimento de um número apreciável de atividades, considerando – em comparação com algumas outras partes do território português – que se trata de algo notável, tanto mais tendo em conta a baixa densidade populacional do vasto e isolado território do concelho da Madalena.

Recorrendo de novo ao contributo de Demo (1995), este reconhece a existência de quatro formas de enquadrar a pesquisa a ser feita, tendo como propósito adquirir a operacionalidade necessária para responder às questões levantadas na fase de exploração, nomeadamente:

- a) Pesquisa teórica, dedicada a formular quadros de referência, a estudar teorias, constatar e aplicar conceitos;
- b) Pesquisa metodológica, dedicada a questionar, através de instrumentos, caminhos ou formas de criar ciência, ou a produzir técnicas de tratamento da realidade, ou a discutir abordagens teórico-práticas;
- c) Pesquisa empírica, dedicada a codificar o lado mensurável da realidade social;
- d) Pesquisa prática, orientada para intervir na realidade social, sendo chamada pesquisa participante, pesquisa-ação, etc.

A fim de compreender qual o género de pesquisa / investigação a ser feita, foi feito um seguimento esquemático de organização de trabalho representado através da figura 9.

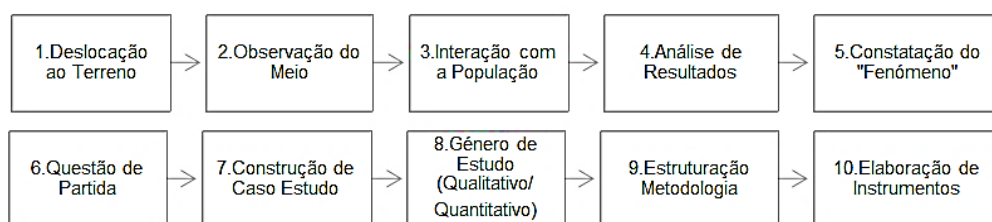


Figura 9 - Esquematização de Investigação (Fonte: elaboração do autor, 2018)

Questões Exploratórias

Após a interação com o meio / território e o respetivo universo de estudo, recorrendo a uma exploração para análise e compreensão do meio no qual estão integradas as ACR, constataram-se algumas particularidades no funcionamento da comunidade

local, em especial a falta do envolvimento de jovens no âmbito de algumas das atividades culturais e recreativas desenvolvidas no município da Madalena.

Na necessidade de obter mais informação no território, junto de alguns atores envolvidos em atividades associativas, de âmbito cultural e recreativo, partiu-se para a investigação relativa ao ponto de vista desses responsáveis sobre alguns aspetos relevantes quanto ao tema a ser estudado. Para isso, recorreu-se a entrevistas exploratórias (Fig. 10), onde se identificou:

Nível Identitário	<ul style="list-style-type: none"> • Em termos identitários foram identificados essencialmente elementos paisagísticos, históricos e culturais.
Nível Associações Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Relativamente às associações culturais e recreativas, compreende-se que são um elo de ligação entre o passado, o presente e o futuro.
Nível Planeamento	<ul style="list-style-type: none"> • Existe a noção de que a existência de planeamento poderá contribuir para a promoção do diálogo entre entidades públicas e as próprias associações, no desenvolvimento de novos eventos a fim de dinamizar e inovar o sentido cultural no município. E, por outro lado, para o reconhecimento e divulgação de espaços conhecidos e desconhecidos, aliando a tradição à arte contemporânea.
Nível Intergeracionalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Para cativar os jovens é necessário recorrer à inovação através de novas atividades culturais que promovam a criatividade, a participação, com organização, planeamento e objetivos claros, principalmente quando essas atividades têm por base a transmissão de conhecimento de valor identitário e tradicional.
Nível Recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos são escassos, no âmbito associativo, devendo-se à falta de motivação inerente às constantes dificuldades sentidas nas próprias associações culturais e recreativas, o que, assim, remete também para uma estagnação do movimento associativo.

Figura 10 – Síntese das entrevistas exploratórias (Fonte: elaboração do autor, 2018)

Não obstante, o retorno do trabalho realizado, através das questões exploratórias, foi insuficiente relativamente ao ponto de vista dos responsáveis do universo associativo cultural quanto ao impacto do trabalho das associações. Com efeito, continuaram a levantar-se questões como: “Como são estas associações que desenvolvem estas

atividades no território?"; "Que género de trabalho desenvolvem estas associações?"; "A longo prazo, que impacto têm estas associações e as respetivas atividades na comunidade local?".

Comprovando-se a carência de informação relativamente à última questão apresentada, procurou-se adequar a questão ao tipo de análise que se deveria realizar, formulando-se então a questão de partida da seguinte forma:

- Qual o papel das ACR na preservação da identidade açoriana?

Para confrontação e análise posterior dos resultados a obter em resposta a esta questão, através dos instrumentos metodológicos, a construção de 'cenários' / hipóteses permite-nos definir, à partida, que trajetos devem ser tomados em termos de abordagem com os atores principais do universo de estudo. Desta forma, a delimitação de hipóteses iniciais foi efetuada de acordo com o exposto no Quadro 2.

Quadro 2 - Hipóteses caracterizadoras do papel das ACR

Hipótese 1 (Visão positiva)	Hipótese 2 (Negativismo)	Hipótese 3 (Incerteza)
As ACR desempenham um papel fundamental através da prossecução de atividades que visam promover o património material e imaterial da ilha / município. Por um lado proporcionam à ilha / município um vasto leque de opções culturais que abrange todas as faixas etárias, criando e desenvolvendo um elo de ligação entre as mesmas, nomeadamente a identidade cultural.	Atualmente as ACR têm um papel suplementar, sendo muitas das vezes colocadas de parte em relação às restantes associações (desportivas / sociais) para o desenvolvimento de atividades ou no próprio envolvimento em atividades desenvolvidas pelos municípios. Para além disso, o envolvimento das comunidades locais nas ACR é escasso por não corresponder aos seus interesses.	Não existe uma ideia clara do papel das ACR e das respetivas atividades na ilha do Pico na preservação da identidade.

(Fonte: elaboração do autor, 2018)

De igual modo, marcamos também o interesse pessoal quanto a interpretar e procurar identificar possíveis cenários futuros relativamente ao estado do envolvimento cultural e identitário pelos jovens, tirando proveito do conhecimento de causa através do envolvimento em atividades locais associativas. E, naturalmente, ainda em termos académicos, procuram-se premissas válidas que permitam problematizar as questões identitárias e culturais na gestão e planeamento do território. Serão também pistas que permitam não só compreender o papel destas instituições de carácter cultural e recreativo na comunidade local, como também compreender a visão e a perspetiva dos jovens, tanto em termos da importância da cultura e tradição local como, particularmente, sobre estas mesmas ACR. Assim, projetamos também cenários ou hipóteses (Quadro 3) relativamente à aproximação ou abordagem dos mais jovens

perante o tema de estudo, nomeadamente quanto à sua implicação nos movimentos associativos de carácter cultural e recreativo.

Quadro 3 - De que modo as ACR do Pico implicam os mais jovens na preservação da identidade cultural?

Hipótese 1 (Visão positiva)	Hipótese 2 (Negativismo)	Hipótese 3 (Incerteza)
Existe <i>uma</i> interação, entre as ACR e os jovens, no âmbito da compreensão e da valorização da dimensão cultural e identitária, em que os jovens se mostram motivados e cativados para integrar e dar continuidade a estas instituições.	Tanto da parte dos jovens como das ACR não existe qualquer ligação ou motivação em dar continuidade às atividades de carácter cultural e identitário. Será pelo facto dos jovens não se identificarem com este género de atividades ou por os responsáveis das ACR não mostrarem interesse em procurar cativar os mais jovens para a continuidade das ACR.	Em relação aos jovens, existe um desconhecimento sobre as atividades e respetivos valores das mesmas, gerando a falta de motivação e incentivo para a sua participação nestas instituições. Por parte das ACR existirá um desinteresse e falta de disponibilidade para dar a entender aos jovens os valores e interesses das atividades culturais praticadas e, por sua vez, o valor identitário das mesmas.

(Fonte: elaboração do autor, 2018)

4.1.1. Aspetos de enquadramento conceptual

Visto que o associativismo assume um papel determinante no desenvolvimento sociocultural, sobretudo no contexto local, isto enquanto elemento impulsionador sobretudo nas áreas da cultura, desporto, juventude, educação e ação social, torna-se notável o seu contributo ao nível da promoção da participação cívica e da integração social, ou seja, no exercício da democracia e da cidadania, substituindo muitas das vezes alguns dos agentes formais, tais como o poder local (juntas de freguesia, câmara municipal) ou casas do povo, com responsabilidades nestes domínios.

Desta forma, o debruçar sobre este tema provém essencialmente do facto de ele ser relevante, em termos académicos, enquanto elemento de potencial transformação e preservação dos espaços e das suas comunidades, especialmente tratando-se de um universo de estudo – Açores – com características que realçam a importância da realidade do associativismo.

Uma abordagem do associativismo insular dificilmente poderia ignorar a consideração do seu papel naquilo que é a preservação dos traços característicos do que se identifica enquanto identidade açoriana. Para além de se encontrar disperso pelas nove ilhas do arquipélago, o associativismo encontra-se bastante vincado no território açoriano, não só através do associativismo de lazer, mas essencialmente por via do associativismo cultural e recreativo que é, na sua maioria, caracterizado pela sua

ruralidade e pela sua diferença de valores de desenvolvimento em relação ao restante território nacional. Aqui o associativismo é apresentado por alguns atores e autores como um “escudo protetor” contra vários efeitos negativos ligados à atual sociedade consumista e globalizada (Rofstentscher, 2000; Vieira, 2001).

Entendemos que deve ser feita uma reflexão sobre a real representação do associativismo insular na consciencialização, não só das comunidades locais, mas também das entidades comerciais e públicas na preservação da sua identidade açoriana e do seu papel nas próprias comunidades.

O mundo associativo contribui ativamente para o equilíbrio e a coesão social e está presente nas diversas áreas que constituem a atividade humana. As virtudes e benefícios das associações voluntárias estão relacionados com a capacidade de impulsionarem a constituição de redes de solidariedade e de cooperação social com base na confiança social e de promoverem a educação cívica dos cidadãos e das cidadãs, criando oportunidades para sua integração (capital social).

O confinamento do estudo ao município da Madalena decorreu do facto de procurar aprofundar o fenómeno associativo de âmbito cultural, considerando certos motivos de desconfiança apresentados por autores como Yin (1994) ou Llewellyn e Northcott (2007) quanto a abrangências de desadequada amplitude e envolvendo morosidade e limitações quanto aos recursos possíveis de utilizar. Segundo estes autores, o desenvolvimento de uma investigação recorrendo a um estudo de caso providencia ao investigador a possibilidade de clarificar os limites ou as ligações entre um determinado fenómeno e o contexto em que este ocorre.

Uma metodologia assente em instrumentos de recolha de informação coerentes e bem estruturados, como é propiciado pela escolha de objetos de estudo bem delimitados, permite a adequada investigação e serve de base para a transmissão de confiança e profissionalismo.

A opção de recorrer ao referido estudo de caso proveio essencialmente da natureza da questão de partida e do envolvimento do investigador com o meio escolhido como objeto de estudo. Foi fundamental a consciencialização da realidade de que as atividades desenvolvidas pelas ACR possuem um papel relevante na construção de identidade e tradição nas comunidades locais.

Trata-se da obtenção de conhecimento ideográfico, sendo este baseado no individualismo metodológico, que se preocupa em estudar o singular, o único, as coisas que não são recorrentes. Isto quer seja um facto ou uma série de fatos, a vida ou a natureza de um ser humano, ou de um povo, a natureza e o desenvolvimento de

uma língua, de uma religião, de uma ordem jurídica ou de uma qualquer produção literária, artística ou científica. O exemplo da História mostra que não é absurdo considerar que o singular possa constituir-se num objeto para abordagem científica.

Neste contexto, a investigação qualitativa, que nos propomos usar, tem por base técnicas de recolha de dados descritivas e a sua análise cuidadosa (Quadro 4). Algumas técnicas privilegiadas nesta investigação são: observação dos sujeitos, entrevistas, notas de campo, consulta de registos biográficos, consulta de documentos históricos e jornalísticos. Neste tipo de investigação privilegia-se o contexto material como fonte direta dos dados, sendo o investigador o principal elemento de recolha enquanto observador do que quer investigar (Carmo e Ferreira, 1998). Envolve um processo essencialmente descritivo; os dados recolhidos apresentam-se normalmente num documento de conteúdo complexo (texto das entrevistas, fotografias, gravações, documentos pessoais, artigos) e não na forma de abstrações / condensações como as de expressão numérica. A metodologia qualitativa incide mais nos processos (descrição e análise das ações, interações e discursos dos sujeitos) do que nos produtos, estando mais relacionado com o processo do que com os resultados.

Quadro 4 - Características de estudo qualitativo

1) Fenomenológico: compreender a conduta humana a partir dos próprios pontos de vista daquele que atua.
2) Observação naturalista e sem controlo.
3) Subjetivo.
4) Próximo dos dados, numa perspetiva indutiva.
5) Fundamento na realidade, orientado para a descoberta, exploratório, expansionista, descritivo, indutivo.
6) Orientado para o processo.
7) Válido: dados reais, ricos e profundos.
8) Não generalizável: estudos de casos isolados.
9) Holístico.
10) Assume uma realidade dinâmica.

Fonte: Adaptado de Carmo e Ferreira (1998, p.177)

Considerando a implicação do tema de estudo em questão, a abordagem adotada para a recolha de informação deverá beneficiar do facto de estarmos limitados a um estudo de caso de um município, predominantemente rural mas rico em termos culturais e tradicionais, com várias dinâmicas associativas. Com efeito, procurou-se recorrer a uma abordagem de estudo mais qualitativa, a fim de fazer maior uso da

observação e recolha informal de informação através da participação ativa e passiva em atividades de âmbito cultural e recreativo. Esta opção de nos integrarmos nas atividades, quando possível e apropriado, procurou reduzir-se apenas ao necessário, para não gerar efeitos contraproducentes na obtenção do conhecimento. Implicou procurar também, sempre que possível, a exteriorização do papel de entrevistador / investigador, a fim de não criar perturbações ou mudanças de atitudes no meio observado. Algum possível excesso poderia resultar em mudança de atitudes e de discurso, retirando naturalidade e espontaneidade dos acontecimentos. Portanto, para manter o valor qualitativo do estudo, além da comedida interação com certos atores locais, foram efetuadas deslocações aos espaços de ação de outros, para entrevistas e para observação das atividades.

4.2. Âmbito do trabalho de campo

4.2.1. Associações Culturais e Recreativas

Sem prejuízo das considerações metodológicas apresentadas previamente, na estruturação do presente trabalho foi necessária, numa primeira instância, compreender qual o universo de estudo que seria de interesse abranger, procurando contemplar previamente três tipos de informação:

- Data de criação da associação;
- Tipo de atividade desenvolvida (cultural e recreativa)
- Número de atividades desenvolvidas no espaço de tempo de um ano civil⁷.

Privilegiar estes domínios de ancoragem remete essencialmente para o facto de se pretender restringir ao máximo o universo de estudo a ser tido em conta, a fim de controlar os recursos disponíveis (tempo e dinheiro), mas sem levar a um défice de conteúdo a ser explorado no presente trabalho. Foi assim útil começar por localizar as associações dentro do concelho de residência, evitando grandes gastos com deslocações, entre outras despesas.

⁷ Condição a ser considerada posteriormente no desenvolvimento do trabalho referente às ACR a serem estudadas em pormenor, nomeadamente MiratecArts e a Sociedade Filarmónica “Lira Madalense”.

Não obstante, foi considerada a importância de demonstrar a representatividade associativa, através do acesso ao conjunto de associações de âmbito cultural e recreativo sediadas na ilha do Pico (representado em mapa através da figura 10), após utilização de lista providenciada pelo Museu do Pico, entidade enquadrada na categoria de Museu Regional, gestora das extensões de museus da ilha do Pico (Museu dos Baleeiros, Museu da Indústria Baleeira e o Museu do Vinho).

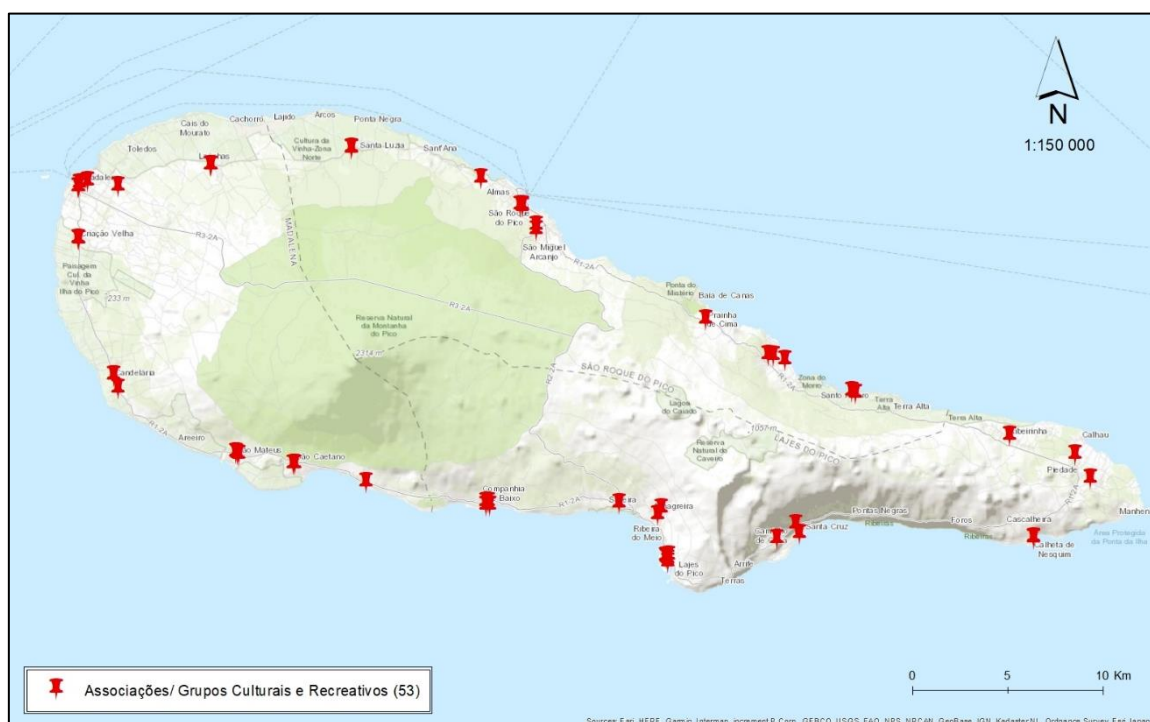


Figura 11 – Universo Associativo Cultural e Recreativo da Ilha do Pico
(Fonte: elaboração do autor a partir de dados fornecidos pelo Museu do Pico, 2018)

Esta entidade não foi considerada como um dos atores fulcrais no presente trabalho devido ao seu género de atividade, na sua maioria museológica. Contudo, sendo uma entidade que igualmente contribui na construção e preservação da identidade, assim como também organiza e participa em atividades que preveem a dinamização dentro do contexto cultural identitário da ilha, fica aberta a questão de se considerar futuramente este ator para futuros estudos.

Considerámos a data de criação das associações, procurando enquadrar aquelas que tivessem já algum espólio cultural criado e produzido ao longo de uma escala temporal de longa duração (50 a 100 anos), em comparação com outras associações com existência e ação desde há 49 anos. O objetivo com esta delimitação temporal restringe-se ao facto de pretender comparar e compreender a forma de como as associações mais recentes de debatem em relação aos desafios que lhes são

colocados, isto tendo em consideração que se trata de associação criadas, à partida, com propósitos distintos.

A compreensão do desenvolvimento de atividades culturais / recreativas e o respetivo envolvimento da população local obriga a refletir sobre qual ou quais os principais responsáveis pela dinamização. Em qualquer caso entende-se a necessidade inicial de integração e dinamização destas atividades maioritariamente em espaços públicos, onde se espera que a afluência de público seja maior. Mas foi necessário restringir o universo de estudo pelo facto de se ter pretendido abordar somente dois universos associativos que desenvolvem e dinamização de atividades de cariz cultural e recreativo, nomeadamente: associações seculares e associações modernas. De entre um grupo de associações localizadas ao longo de toda a ilha do Pico, procurou-se restringir ainda mais o universo de estudo, focando-nos em duas associações sediadas no concelho da Madalena.

4.2.2. Condições operacionais do estudo

a) Universo de Estudo

O universo de estudo a considerar na presente dissertação representa uma parte daquilo que se pode denominar “Identidade Açoriana”. Entendendo embora que neste conjunto dever-se-iam englobar outros elementos, tais como associações / entidades desportivas, sociais, religiosas, não as consideramos deliberadamente no presente estudo, desde o início. De facto, tivemos sobretudo a intenção de procurar conhecer o papel das ACR, com o seu desenvolvimento e influência, junto das comunidades locais (insulares) e, por outro lado, procurar refletir sobre a possibilidade de influência da cultura e recreação, neste caso, insular, na gestão e planeamento do município da Madalena do Pico.

Para tal tornou-se necessário, em primeiro lugar, identificar que género de atividade cultural e/ou recreativa estas ACR desenvolviam em contexto local e fazer uma triagem das ACR de maior interesse para o estudo, considerando apenas as associações que estão no ativo e que estão desenvolvendo atividades culturais e recreativas junto da comunidade local no período entre janeiro e maio de 2018 no concelho da Madalena do Pico (Anexos I e II).

Esta delimitação temporal e espacial justifica-se pelo facto de pretender compreender quais os atores culturais e recreativos relevantes, apresentando informação pertinente que permitisse responder às questões de partida. Por outro lado, tornou-se também necessário considerar os recursos existentes (disponibilidades financeiras, logísticas e

de tempo), como afirmado atrás, de modo a assegurar uma maior precisão e foco naquela que seria a amostragem a considerar na presente dissertação (Quadro 5).

Quadro 5 – Definição do perfil dos atores com interesse para entrevistar

Dirigentes Associativos	Responsáveis associativos culturais e recreativos ou representantes com conhecimento de causa sobre os princípios associativos da entidade cultural e recreativa. Em específico, responsáveis das entidades MiratecArts e da Sociedade Filarmónica “Lira Madalense” (SFLM).
Elementos essenciais para obter informação relevante relativamente ao ambiente associativista junto da comunidade local e da relação das entidades associativas com as outras.	
Responsáveis Municipais	Encarregados ou representantes providos de elementos relevantes sobre o desenvolvimento cultural do município e sobre a relação entre as ACR e a entidade pública.
Compreensão das suas ligações ao universo associativo cultural e recreativo do município, e/ou do conhecimento do nível de desenvolvimento da dimensão cultural identitária destas entidades e a sua importância e influência nas comunidades locais, e ainda quanto à forma de gestão e planeamento no município.	
Meio Escolar	Professores com conhecimento sobre a envolvimento dos jovens e da escola quanto à cultura e identidade local, incluindo a Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária da Madalena
Perceção, por um lado, da dimensão cultural e identitária no meio escolar e, em particular, quanto aos mais jovens, e também, por outro lado, da relação / interação das ACR com a comunidade escolar.	

(Fonte: elaboração do autor, 2018)

b) Estudo de Dicotomias: Contraste entre Associativismo Moderno e Centenário

No sentido de focar o objeto de estudo, a fim de obter uma melhor caracterização e compreensão do universo associativo, o presente estudo irá restringir-se a dois tipos de associações, que se definem por “seculares” e “modernas”.

São consideradas neste trabalho as associações seculares por possuírem um carácter histórico. São associações que surgiram no território, junto das comunidades locais,

com raízes que cresceram e evoluíram de acordo com os paradigmas e desafios que o território e as suas comunidades colocaram ao longo do tempo.

Estas associações caracterizam-se por manter os seus fatores de referência e por apresentarem particularidades não só no que respeita à sua estrutura, como no que se refere aos seus agentes, como dirigentes e/ou participantes. Fatores como os apresentados no quadro 5 reforçam a justificação para que neste trabalho se aborde as ACR escolhidas de acordo com os parâmetros delimitados em termos de associação “secular” e “moderna” e que permitam obter informações relevantes para as respostas às perguntas de partida.

Quadro 6 - Relevância dos atores culturais para o estudo de pormenor

Sociedade Filarmónica “Lira Madalense” (SFLM)	MiratecArts
Promoção e valorização da cultura musical tradicional	Promoção e valorização da cultura e arte contemporânea
Desadequação dos estatutos face aos desafios futuros das finalidades culturais	Adequação dos estatutos aos desafios futuros em termos culturais e artísticos
Associação tradicional (1897) considerada como associação secular.	Associação recente (2012), considerada uma associação moderna.
Nível de influência de atividades desenvolvidas junto dos jovens	

(Fonte: elaboração do autor, 2018)

São as associações modernas – caracterizadas pelo seu número restrito de pessoas (em termos de estrutura organizativa), que se identificam por prosseguir fins muito delimitados, mas apresentando grande criatividade – as que têm a capacidade de criar uma maior interatividade entre a comunidade local e, inclusive, com outras ACR, incluindo as seculares. Estas associações modernas são assim vistas, no campo associativo, como agentes de mudança e inovação junto da comunidade local na qual se integram (Marques, 2015).

4.2.2.1. Associação Cultural Secular

- **Sociedade Filarmónica “Lira Madalense” (SFLM)**

A música faz parte do viver do açoriano, seja nas bandas filarmónicas, nos grupos folclóricos, na roda da chamarrita, ou até nas várias manifestações culturais ou religiosas, como por exemplo nas Festas do Divino Espírito Santo. Falar de bandas filarmónicas nos Açores é falar de uma das manifestações culturais mais marcantes da cultura insular. O número de bandas per capita é extraordinário, se o compararmos com outras zonas do país, e isso diz-nos um pouco do que é a essência do arquipélago, das suas gentes e da sua cultura. Esta constante não surgiu nos últimos tempos, ela sempre acompanhou o homem insular, desde o povoamento.

Dentro deste contexto cultural, a SFLM foi fundada legalmente em setembro de 1933. Contudo, antigos registos e membros da banda referem que o seu início de atividade remete para 1897 como data de início de atividade, sendo a sua primeira atuação somente a 25 de junho de 1899. Atualmente o grupo, sob a liderança de Marco Avelino e Joana Oliveira, desenvolve atividades, na sua maioria, de âmbito musical, dentro da esfera religiosa, contando com a sua presença em procissões dos santos padroeiros das localidades ou durante as festividades em honra do Divino Espírito Santo. Para além disso, a banda conta também com outras atividades promovidas pelos municípios através de concertos e, mais recentemente, fanfarras e na participação em marchas populares.

Esporadicamente, devido à diversificação do género de oferta musical por parte da entidade, foi criada uma orquestra ligeira e uma de sopros a fim de participar em manifestações de ordem mais formal, tais como peças de teatro, dança ou canto. Nesta esfera recreativa, costuma ser necessária a angariação de fundos para colmatar as despesas relativas às infraestruturas da sede, deslocações do grupo, instrumentos, fardas, entre outros fins. A importância da filarmónica estende-se para além da esfera cultural, chegando a contemplar e transmitir valores familiares e educacionais que, apesar do contexto económico, político e social, contribuíram para o desenvolvimento cultural e musical, neste caso, do município e da ilha do Pico. Dias de Melo, na sua obra *“Nas memórias das gentes”*, refere inclusivamente a importância que esta filarmónica tinha, e ainda hoje tem, para a vila da Madalena e para a ilha do Pico.

“Referir, tenho que me referir, ao culto deste Povo pela Música. Por ele, mantém as Sete Cidades a sua filarmónica, a Sociedade Filarmónica Lira Madalenense, conhecida apenas pela Banda das Sete Cidades. Em competição com a filarmónica da vila, a União e Progresso Madalense, ambas consideradas as melhores do Pico, e não só, - a verdade é que, quando se quer tomar uma filarmónica por modelo, é à Banda das Sete Cidades que, seja quem for, em primeiro lugar se refere.”

Melo, D. (1990). Nas memórias das gentes, Livro II. Volume I. Ed. Secretaria Regional de Educação e Cultura. Angra de Heroísmo

4.2.2.2. Associação Cultural Moderna

○ MiratecArts

Tratou-se de um projeto fundado em 2002 por Terry Costa, em Vancouver (Canadá) e em 2012 nos Açores (Madalena, Pico). Com uma galeria sediada na Mirateca (lugar da freguesia da Candelária), que faz parte do roteiro turístico do concelho da Madalena, conta com aproximadamente 24 mil metros quadrados de propriedade, onde acolhe cerca 40 peças de arte produzidas por artistas locais, nacionais e internacionais.

A associação tem por finalidade realçar o indivíduo, a equipa e a produtividade organizacional no mundo das artes. Procura também produzir, promover e apresentar artistas, mostras e eventos, abrangendo as várias disciplinas artísticas, através da organização de concertos, espetáculos de dança, peças de teatro, galas, festivais e outros eventos artísticos para as várias gerações. Estas atividades estendem-se por toda a região dos Açores com eventos como o *Azores Fringe Festival*, Festival Cordas ou o Festival Montanha ou, por exemplo, através da promoção de determinados temas, tais como o trabalho no vime (na ilha de Santa Maria), o ZAPE (promoção e divulgação do Burro Anão da Graciosa) entre outros (Anexo X).

Lúcio Rodrigues, Diretor Regional da Juventude, nos Açores, a 19 de janeiro de 2018, no decorrer do Montanha Pico Festival, menciona a relevância da entidade MiratecArts enquanto associação regional, que recebeu do Governo Regional dos Açores o reconhecimento de utilidade pública sob a justificativa dessa estar a desenvolver uma "(...) ação meritória, no sentido de expandir, em especial, as atividades culturais no seio dos seus associados e da comunidade em geral", admitindo ainda que "a MiratecArts é uma associação regional, que tal como a DRJ defende capacidade de liderança jovem. A parceria com MiratecArts engrandece o nosso trabalho e o vosso trabalho e acima de tudo o trabalho para os jovens e com os jovens".

4.2.2.3. Atores Públicos

No sentido de apurar a informação necessária para a compreensão das redes culturais no município, tornou-se essencial analisar a ligação entre as ACR e as instituições. Neste contexto de trabalho denominam-se instituições aquelas que detêm relevância na promoção, planeamento e desenvolvimento de políticas e medidas que proporcionam uma maior consciencialização e compreensão do papel da cultura e recreação açoriana (picarota), em contexto de comunidade local e, em especial, junto das comunidades jovens. Para tal, foram contempladas as seguintes entidades:

a. Câmara Municipal da Madalena

Para além da participação / organização de eventos, tais como as Festas Santa Maria Madalena, com atividades recreativas e culturais para o público em geral, ou o MadalenAventura, com o intuito de ocupação dos tempos livres das crianças e jovens do município, a Câmara Municipal participa, enquanto parceira, em várias atividades desenvolvidas pelas associações culturais e recreativas, essencialmente através da cedência de apoio logístico, material e com a divulgação desses mesmos eventos através da Agenda Cultural do Município. Para além disso, através do Centro de Formação Artística da Madalena (CFAM), em cooperação com a ADLIP para a contratação de formadores e professores do âmbito artístico, o município organiza as denominadas Temporadas das Artes, onde as crianças e jovens, que frequentam o CFAM, demonstram os conhecimentos adquiridos em matéria artística (canto, expressão instrumental, dança).

b. Escola Básica e Secundária da Madalena

A instituição, para além das atividades de caráter de ensino, promove igualmente atividades, na sua maioria organizadas pelos próprios alunos, de caráter cultural, tais como exposições, palestras ou espetáculos de canto ou dança. Na área cultural a escola também já recebeu estágios e alguns concertos da Lira Açoriana, entre outros eventos de teatro de companhias profissionais e amadores locais e, inclusive, ópera do Conservatório de Lisboa.

A escola procurou sempre fornecer aos alunos atividades extracurriculares através da criação de clubes, em funcionamento, que têm dinamizado a vida dos alunos, implicando a dedicação e trabalho de muitos professores. Destacam-se ao longo dos vinte anos os seguintes clubes: Europeu, Desportivo – “Os Ilhéus”, Filatélico – “Mar Oíço”, Mega Júnior, Teatro, Música, Dança, Ambiente, Jornalismo, Holografia, A Magia das Ciências, Tecla na Língua, Voleibol, Coro Juvenil, Artes, entre outros.

Tendo por base a relevância das entidades anteriormente consideradas para o processo de compreensão e reflexão para com as questões do presente trabalho, considerou-se que, individualmente, as entidades teriam à partida, posições relativamente ao papel das ACR na preservação e dinamização da identidade açoriana e de que forma estas implicam as comunidades mais jovens neste processo (quadro 7).

Quadro 7 - Relevância dos atores públicos para o estudo

Câmara Municipal da Madalena do Pico	Escola Básica e Secundária da Madalena
Visão do poder local sobre a importância do papel das ACR no município e sobre o município e a comunidade local.	Visão da área do ensino sobre a importância do papel das ACR no município quanto aos jovens.
Compreender se existe integração das ACR no processo de planeamento local e territorial do município.	Compreender se existe integração das ACR no processo de planeamento de atividades de âmbito escolar.
Identificar se desenvolvem atividades que promovam a cultura e identidade local junto dos jovens recorrendo ao envolvimento das ACR.	

(Fonte: elaboração do autor, 2018)

4.2.3. Processo de Apuramento Metodológico

Como vimos atrás, a função das metodologias de trabalho encetadas neste estudo consiste essencialmente na procura das informações e respostas, tão claras quanto possível, sem que a envolvimento e o condicionamento de outras dimensões não relevantes para o projeto possam prejudicar a incidência da investigação.

O respeito por esta condição advém do facto de o autor ser natural da ilha e do concelho e esta realidade acabaria por acrescentar e/ou enviesar alguma da informação necessária e adequada sobre o universo de estudo. Esta problemática surge em resultado das questões de partida e da natureza das questões do trabalho envolver duas situações ou “conflitos”: uma das questões é a relação das ACR para com as entidades públicas, nomeadamente em relação ao diálogo entre ambos os tipos de atores em estudo e, por outro, a própria rivalidade entre as próprias ACR, em alguns casos disputas / conflitos.

Ambos os fatores, considerados desde o início da formulação das questões de partida, tornaram-se, em algumas situações, relevantes em termos de serem considerados na elaboração dos instrumentos de trabalho. Outro fator consiste na condição de o autor ser participante (previamente à elaboração deste estudo), o que, de certa forma, obriga a que tivesse de haver uma abordagem e alguns comportamentos diferentes e

adequados que permitissem a obtenção de dados e informações correspondentes a conteúdo válido aquando da aplicação dos instrumentos metodológicos.

Neste sentido, munido de conhecimento a priori sobre as possíveis interações entre os atores do universo de estudo e o investigador, colocou-se, em primeiro lugar, a necessidade de testar as hipóteses de resposta à questão e à sub-questão de partida, para o que foi necessário recorrer a presenças nos espaços para o estudo pretendido e interagir com os atores, de forma direta e indireta (Quivy e Campenhoudt, 1995).

a) Observação Não-Estruturada Participante / Não Participante

Reconhecendo que existiu um trabalho e conhecimento prévio que, de certa forma, influenciou as atitudes e reações dos atores neste universo de estudo, houve a necessidade de ser cauteloso nas abordagens, procurando ao mesmo tempo ser meticoloso e ter o bom senso de adequada integração, para não ser apenas espetador “ausente” e propiciador de desconfiança.

É neste sentido que o envolvimento de forma direta e indireta criaram sentido, pelo facto de procurar ter um envolvimento de forma indireta, integrando o autor como participante em algumas das atividades desenvolvidas pelas ACR, estando noutras como não participante (espetador).

Algumas das principais questões que se entenderam considerar, a fim de obter ponderações valorativas independentes, sem qualquer tipo de influência exterior proporcionada por terceiros, submeteram-se à perspetiva de que se deve ter em consideração pessoal e académica que o desenvolvimento de resultados provém naturalmente do produto obtido através da interação com o meio de estudo.

Consideramos esta a base para as expectativas a ter em relação à informalidade e predisposição das próprias pessoas para com o tema em questão, considerando o envolvimento de determinados atores, independentemente do seu nível de influência. É neste sentido que a abordagem da comunidade local, tendo em consideração o contexto histórico e social do meio, não deve ser muito diferente de outras abordagens académicas, ou seja, devidamente cuidadosa e refletida face aos resultados a expectáveis e que se obtêm, considerando sempre numa primeira instância a suposta veracidade e fidedignidade dos mesmos (quadro 8).

Quadro 8 - Características do método qualitativo de observação

Modalidades	Tipos	Características
Segundo os meios utilizados	Estruturada	Realizada em condições controladas, utilizando instrumentos estruturados. Exige do observador um conhecimento prévio a respeito do fenómeno para que possa estabelecer categorias em função das quais deseja analisar a situação.
	Não-estruturada	Chamada também de observação simples ou espontânea, normalmente é utilizada em estudos exploratórios. O observador é um espectador a quem cabe fazer os registros da observação de maneira mais livre, sem a rigidez de um instrumento previamente elaborado.
Segundo a participação do observador	Participante	É aquela na qual o observador tem uma participação real no grupo observado, participando nas suas atividades. É utilizada para estudos de grupos e comunidades.
	Não-participante	O pesquisador estabelece contacto com o grupo, comunidade ou realidade investigada sem se integrar nela, como espectador, registrando as ocorrências que lhe interessam. É utilizada em estudos exploratórios.
Segundo o número de observadores	Individual	É a realizada por um único observador.
	Grupo	É a realizada por uma equipa na qual todos os elementos observam um único ou vários aspetos de um mesmo fenómeno.
Segundo a frequência das observações	Sistemática	É aquela realizada com uma regularidade definida.
	Ocasional	As observações são feitas de maneira esporádica, sem regularidade.

(Fonte – adaptado de: Yin, 1994; Quivy e Van Campenhoudt, 1998; Tajfel e Turner, 2004)

Para obter uma melhor compreensão do objeto de estudo, ao nível de envolvimento com o território e com a sua comunidade local, existiu uma participação ativa ou participante, com o envolvimento direto através da organização, gestão de atividades de âmbito cultural e recreativo, mas também de forma passiva ou não participante, integrando as atividades ou eventos apenas como audiência (quadro 8).

Esta relação de participante nas atividades, enquanto investigador, obrigou à necessidade de ter uma abordagem discreta, longe de pretender influenciar e colocar os elementos do universo de estudo em posição defensiva e fechada. Com efeito, procurou-se evidenciar, em situações de recolha de informações, o facto de se estar a realizar um estudo de investigação académica. Ou seja, houve que assumir um certo cuidado e atenção à forma como se inicia e como decorre a comunicação.

Através dos contactos e ligações realizadas através das entrevistas exploratórias surgiram algumas contextualizações de atividades que, pela sua relevância para o desenvolvimento do estudo, revelaram-se importantes no sentido de obter uma visão *inside-outside*. Neste contexto, surgiram oportunidades de participação em eventos realizados pela MiratecArts e pelo Grupo Folclórico das Bandeiras (fig. 12), permitindo, por um lado, compreender as especificidades de duas entidades, distintas em termos dos valores associativos, mas semelhantes em termos de objetivos culturais. Por outro lado, a participação realizou-se também no sentido de compreender a envolvimento dos participantes e interessados em ambos os grupos.



Figura 12 - Participação em atividades no Grupo Folclórico das Bandeiras

Outra forma de compreensão e envolvimento nas atividades de âmbito cultural e recreativo passa pela observação / participação passiva, como temos referido. Isto é, teve lugar através da assistência aos espetáculos das ACR em estudo, em alguns dos seus ensaios de grupo e convívios (figuras 13 e 14).



Figura 13 - Observação de Atividades:
MiratecArts



Figura 14 - Observação Atividades:
Filarmónica "Lira Madalense"

Durante o período de um ano houve o envolvimento ativo do autor em duas das associações em estudo (MiratecArts e Grupo Folclórico das Bandeiras). Por outro lado, em atividades das restantes associações em estudo houve apenas uma participação passiva através da presença em atividades em que estas participavam (ensaios e espetáculos / concertos).

A participação em atividades no âmbito das associações, apresentadas através das figuras anteriores permitiu, em primeiro lugar, ter uma visão transparente da realidade e das dinâmicas existentes entre as instituições e os restantes atores envolvidos (membros, participantes ou comunidade local). Em segundo lugar, criou-se uma noção relativamente à influência do sentimento de identidade açoriana em redor de três elementos chave: as dificuldades sentidas pela população devido ao contexto natural da ilha, a devoção ao divino e o apelo do resguardo das populações e do seu sustento, a perseverança, resiliência e espírito de sacrifício sobre o dia a dia, e finalmente, recreação como forma de retratar o entusiasmo e a alegria da vitória sobre as dificuldades impostas pelas dificuldades do dia a dia (fig. 15).



Figura 15 – Conexão de identidade e a comunidade local do concelho da Madalena
(Fonte: adaptado de Mannheim, 1952)

Em relação às associações de estudo em pormenor, permite-se considerar que, através de associações como a SFLM, existe uma autenticidade sobre a atribuição de valor identitário devido à origem da sua constituição e organização no quadro da comunidade local. Trata-se do contexto de serem estas ACR que, atualmente, por um lado, recriam e divulgam aquilo que se denomina de cultura e identidade açoriana, mas também, e essencialmente, são estas mesmas associações que estão na origem da constituição do próprio conceito de açorianidade – a necessidade de procurar dar resposta e colmatar os problemas e dificuldades advindos da realidade sentida através do isolamento e da insularidade.

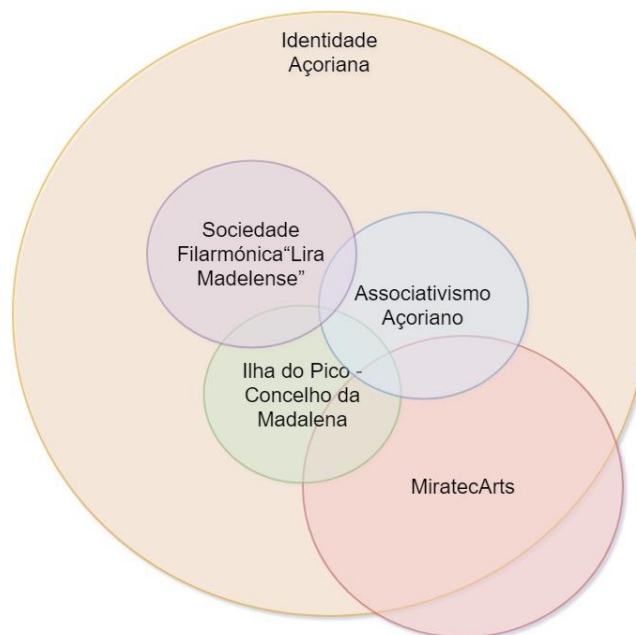


Figura 16 - Interação das ACR face à Identidade Cultural Açoriana
(Fonte: elaboração do autor, 2018)

Em relação às associações consideradas mais modernas, como é o caso da MiratecArts, existe uma ligação considerada quase como uma consequência da criação das associações como a SFLM. Isto é, num contexto territorial onde existe uma forte ligação da comunidade local em termos de pertença e identidade, provenientes das diversas adversidades do território, onde a resposta estava na veneração e ajuda do divino e da religiosidade⁸, a associação surge num contexto de integrar novos paradigmas e visões sobre a identidade açoriana, procurando inovar e criar novos contextos através de novas formas de arte e cultura (fig.16).

⁸ No documentário “Por isso é que sou das Ilhas de Bruma” existe uma passagem que remete para a compreensão do papel da religiosidade: foi com os “vulcões e terramotos que lançaram as orações nas bocas dos povoadores das ilhas açorianas”. Aqui e ainda hoje se revê esse sentimento de gratidão e agradecimento sobre a bênção do divino através das festividades realizadas ao longo do ano em honra dos diversos santos adorados em cada freguesia e das chamadas festas em honra do Divino Espírito Santo, das quais o próprio autor da obra musical “Ilhas de Bruma” enuncia que as ilhas até poderiam ser chamadas de Ilhas do Espírito Santo devido à sua centralidade na cultura da comunidade açoriana.

b. Entrevistas

Quivy e Campenhoudt (1995) enunciam a existência de três níveis relevantes de pessoas a entrevistar:

1. Docentes, investigadores e peritos
2. Testemunhas privilegiadas pelo cargo que ocupam
3. O público a quem o estudo diz respeito (jovens, com ou sem interação com o meio associativo)

Através das entrevistas exploratórias assimilaram-se conhecimentos sobre a forma como deveriam ser organizadas e conduzidas as entrevistas. Estabeleceu-se o objetivo de realizar as entrevistas de acordo com a sequência “Associações Culturais e Recreativas (Geral) → Associações Culturais e Recreativas (Estudo Pormenor) → Entidade Públicas” (fig.17), a fim de obter uma compreensão mais adequada sobre os atores abrangidos pelo estudo. Esta sequência para as entrevistas ocorreu no sentido de beneficiar as subseqüentes com a aprendizagem obtida a partir das respostas obtidas nas primeiras (análises dos resultados das entrevistas e também algumas sínteses).



Figura 17 - Fases das Entrevistas dos Atores Culturais
(Fonte: elaboração do autor, 2018)

Ou seja, cada entrevista subsequente somente seria preparada de acordo com os resultados obtidos em anteriores, a fim de melhor afinar as questões necessárias para obter as informações adequadas à resposta à questão de partida (fig.18).

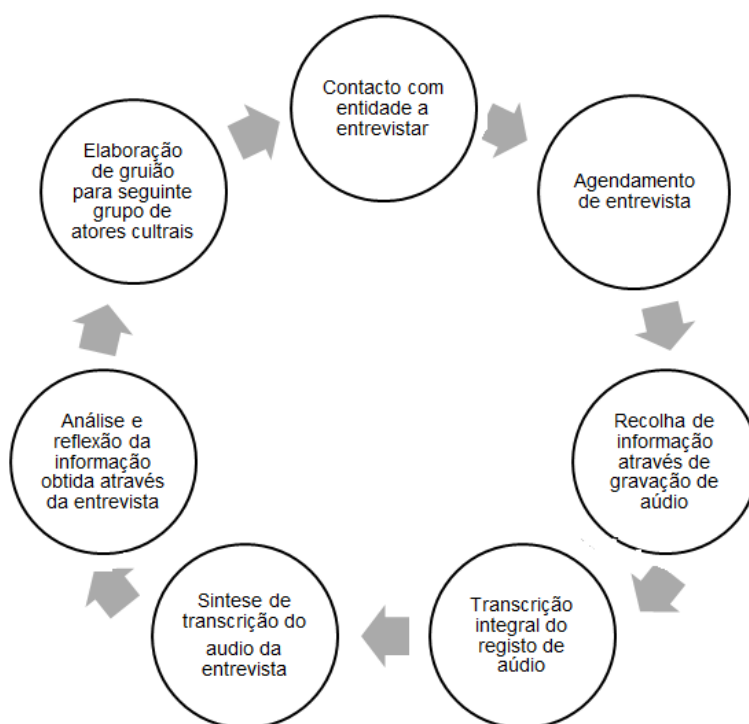


Figura 18 - Processo de Implementação da Metodologia
(Fonte: elaboração do autor, 2018)

Referimo-nos ao respeito pela lógica metodológica de Quivy e Campenhoudt (1995), procurando-se organizar a realização das entrevistas de forma a constituírem um processo de aquisição de conhecimentos e informação progressiva.

A conceptualização da organização cultural do município, quanto às ACR, de acordo com a informação e conhecimento adquiridos previamente em contexto de entrevistas exploratórias, procurou criar uma dinâmica de obtenção de informação entre os vários atores culturais existentes no município, sendo dada importância à ligação dos vários agentes culturais na gestão e desenvolvimento de atividades em espaços culturais.

A procura de perceções sobre o papel das ACR no processo de preservação da identidade local e o respetivo contributo dos atores associativos, em particular os jovens, para a preservação e valorização da identidade local, recorrendo à participação ativa e passiva em algumas das atividades destas associações, permitiu constatar os seguintes factos:

- 1) As atividades desenvolvidas têm maioritariamente um carácter cultural / recreativo;
- 2) As associações intervenientes têm por base de atividade a cultura e recreação.

b.1. Ponto de delimitação das entrevistas

Em resultado de um total de dezasseis entrevistas efetuadas, treze foram realizadas a representantes ligados a ACR (quadro 9), duas foram realizadas a representantes do poder local e, por fim, foi realizada uma à responsável da Escola Básica e Secundária da Madalena. Nos seguintes quadros (9 e 10) apresentam-se as instituições, tanto as culturais e recreativas como as entidades públicas, bem como os respetivos responsáveis considerados no estudo / na elaboração do presente trabalho.

Quadro 9 - Associações culturais e respetivos responsáveis

Associações Estudadas	Data de Criação (Estatutos)	Pessoas Responsáveis
Coro Madalena	1998	Nuno Pereira, Manuel Machado, Jaime Jorge, Ana Rabaço.
Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária	22 de maio de 1949	Luís Pereira, Márcia Brás, Sénio Silveira e Luís Garcia.
Grupo Folclórico da Casa do Povo da Criação Velha	Maio de 1992	Jorge Pereira (Presidente de Direção); Fernando Dutra (Ensaíador de Bailadores); Manuel Rodrigues (Ensaíador de Tocadores)
Grupo Folclórico da Casa do Povo da Madalena (GFCPM)	10 de setembro de 1978	Sónia Goulart e Ana Goulart
Grupo Folclórico da Casa do Povo de São Caetano	1 de maio de 1983	Cecília Correia
Grupo Folclórico da Casa do Povo das Bandeiras	9 de maio de 1993	Eduardo Soares
Grupo Folclórico Etnográfico “Ilha Morena” da Casa do Povo de São Mateus	20 de setembro de 1987	Mário Silva
Agrupamento Musical Ronda das Nove	8 de março de 1996	João Manuel Fontes
Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus	1 de janeiro de 1984	Manuel Serpa
Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense (SFUPM)	15 de janeiro de 1917	Nádia Silva; Paulo Tavares,
Associação Miratecards	13 de fevereiro de 2012	Terry Costa
Sociedade Filarmónica Lira Madalense (FLM)	setembro de 1933	Marco Avelino, Joana Oliveira

(Fonte: elaboração do autor, 2018)

Quadro 10 - Entidades Públicas e Respetivos Responsáveis no Município da Madalena

Entidade	Cargo	Pessoa Responsável
Câmara Municipal da Madalena	Vice-Presidente	Catarina Manito
Câmara Municipal da Madalena	Vereador	Mário Silva
Escola Básica e Secundária da Madalena	Presidente do Conselho Executivo	Isabel Aroeira

4.3. Associativismo cultural e recreativo no concelho da Madalena: resultados

De seguida, os resultados serão apresentados em três partes. Num primeiro grupo, as questões referentes às ACR serão apresentadas em quadros com a sumarização das respostas dos responsáveis associativos, terminando com uma análise reflexiva referente às questões e respetivas respostas. Numa segunda parte, mais detalhada, referente às ACR estudadas em pormenor, serão tidas em conta não só as questões e respostas dos entrevistados, como também se considerarão alguns excertos destas respostas, de forma a melhor fundamentar as análises. Por fim, dar-se-á o mesmo tratamento ao último grupo de entrevistados (entidades públicas), considerando a mesma lógica de questões / respostas / análise mais detalhada em relação às restantes anteriores.

Em geral, será feita uma análise e reflexão a partir da sumarização das respostas fornecidas pelos entrevistados. Através deste processo procura-se, em primeiro lugar, encontrar respostas ou elementos pertinentes que permitam alcançar conclusões que se cotejem com alguma das hipóteses pré-estabelecidas às perguntas de partida e colocadas para orientação do pretendido com as entrevistas formais. Com isto, considerando a riqueza do produto final das entrevistas, em termos de material académico, procura-se encontrar igualmente algumas pistas que permitam considerar outras perspetivas para futuros trabalhos relacionados com o tema em questão.

Os guiões das entrevistas, de questões semidirectas, foram elaborados por fases (três fases) de acordo com a conclusão da colocação das entrevistas aos atores consoante um certo sentido da sua relevância (ACR no geral; ACR de pormenor; Entidades Públicas). Desta forma, não só foi possível criar uma certa organização na estruturação, colocação, transcrição e sumarização das várias entrevistas, como também permitiu obter pontos de vista em escala de relevância dos vários atores culturais no papel da dinamização e preservação da cultura e identidade no município.

As entrevistas tiveram lugar nos locais onde estes atores promovem as suas atividades, a fim de criar uma maior facilidade / contextualidade para o entrevistado. O corpo de texto da entrevista foi elaborado com o objetivo de alcançar cerca de 20 minutos de duração. Contudo, considerando a ligação dos representantes a algumas das questões do guião (por se identificarem com questões do passado ou por serem questões frágeis), algumas entrevistas alcançaram, pelo menos, 1 hora de duração. É desta forma que muitas das respostas às entrevistas, apesar de parte do seu conteúdo não ser diretamente relevante para responder às perguntas de partida, não deixam de

ser elementos ou registos relevantes para o conhecimento das condições associativas e culturais do município da Madalena.

4.3.1 Associações culturais e recreativas (geral)

QUESTÃO 1 - Quais as principais atividades desenvolvidas pela associação a nível local (2-3 exemplos)?

As atividades realizadas pelas ACR, de uma forma geral, têm fundamentalmente o intuito de angariar fundos essencialmente para cobrir despesas de deslocações (intercâmbios, atuações, etc). Contudo, alguns responsáveis identificam o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas como sua principal atividade, tendo em vista, por outro lado, a preservação da tradição e identidade açoriana.

QUESTÃO 2 - Como avalia o nível de iniciativa/proatividade da comunidade local na promoção de atividades culturais e recreativas? (Classificação 1 = sem iniciativa / 10 = todas as diligências possíveis, procurando mobilizar todos os atores relevantes)

Existe uma divisão em relação à adesão das comunidades locais, notando-se assim uma diferenciação de associação para associação ou, até mesmo, de freguesia para freguesia. Apesar de existir uma noção da sobrecarga de responsabilidades, existe uma adesão por parte da comunidade local, na sua maioria dos casos, devido ao elemento identitário que as atividades culturais e tradicionais despontam nas pessoas.

QUESTÃO 3 - Existem desafios, a médio / longo prazo para continuidade das atividades da associação? Se sim, que desafios? (Até que ponto podem ser críticos ou determinantes?)

Um dos principais desafios apresentados pelos entrevistados passa pela carência de tocadores (cordas). Mesmo existindo, por parte da Câmara Municipal da Madalena, iniciativa de promover formação na área de tocadores, não existem suficientes interessados para colmatar a necessidade. Este problema, por um lado, provém do facto de muitos dos jovens se ausentarem da ilha (por questões académicas ou profissionais) ou, inclusive, não se identificarem com o género de atividade (cultural) devido a desmotivação ou receio.

Outro fator apresentado pelos entrevistados consiste no número de atividades que a comunidade local dispõe, ou seja, um elevado número de atividades considerando a densidade populacional do município. O mesmo se aplica quando um dos entrevistados se refere ao número de atividades de folclore, pois torna-se difícil existir oportunidades para todos os grupos em termos de participação em atividades, por exemplo, para angariação de fundos.

Por fim, os entrevistados referem o plano da comunidade local, onde, por um lado, não existe um interesse geral dos membros dessa em integrar-se nos grupos / associações culturais e recreativas, e por outro justifica-se pelo facto de não existir capacidade por parte das pessoas da comunidade em conciliar a sua vida pessoal / profissional com as atividades culturais e recreativas.

QUESTÃO 4 e 4.1 - Como avalia a ligação da associação para com o poder local? (Género de contactos, de que forma são apoiados, etc.) Existem lacunas que se tentam resolver? Se sim, de que forma?

De acordo com as respostas providenciadas pelos entrevistados, na sua maioria, é evidenciado o apoio cedido pelo poder local (dentro da medida do possível), essencialmente em termos logísticos e humanos. Contudo, alguns entrevistados afirmam que a sua ligação para com o poder local apresenta algumas fragilidades, essencialmente ao nível de apoios financeiros da Câmara Municipal.

Por outro lado, foi enunciado nas entrevistas a existência de uma desconexão em relação ao Governo Regional dos Açores, no sentido da dificuldade deste em ceder apoios e, igualmente, na candidatura aos mesmos, isto pelo facto de existirem demasiados processos burocráticos e muitos dos grupos ou associações não dispõem da capacidade e disponibilidade para este género de desafios.

Por fim é realçada a necessidade de o município considerar criar uma melhor gestão em relação ao género de atividades que devem ser promovidas junto da comunidade local, recorrendo à diferenciação (situação que está a ser colmatada através do CFAM).

QUESTÃO 5 - Qual o papel das ACR na preservação da identidade açoriana? (O papel real, o potencial e o desejado)

De uma forma geral existe uma consciencialização, por parte dos representantes associativos, relativamente à importância das ACR recreativas na preservação da identidade reforçada pelos antepassados e mais velhos, procurando, por outro lado, envolver os jovens neste processo de preservação (intergeracionalidade).

Ainda sobre o papel das ACR, os representantes realçam a importância das mesmas na promoção e divulgação da cultura e identidade açoriana através dos intercâmbios realizados pelos grupos.

Em resposta à primeira questão do guião, os representantes das ACR entrevistadas identificaram, numa primeira instância, a realização de atividades no âmbito da angariação de fundos (grupos folclóricos e filarmónicas). Desde almoços e jantares para a comunidade local, encontros, convívios temáticos, sorteios, entre outros elementos que permitam não só promover a aquisição de fundos, como também para a promoção do convívio e da recreação entre os elementos do grupo e, também, da comunidade local.

Por outro lado, a continuidade e divulgação daquilo que é a tradição e identidade açoriana é revista como uma das principais atividades dos grupos (folclóricos). Mas, neste caso com raízes picarotas desenvolvidas, na sua maioria, no concelho da Madalena, por gentes deste mesmo município.

Ainda sobre esta questão nota-se, em especial, certas respostas de alguns representantes sobre a flexibilidade dos seus grupos em investir noutra género de atividade a fim de colmatar ou de adquirir mais hipóteses. Exemplos disso são os

grupos folclóricos da Madalena, Candelária e Criação Velha, através da criação de ranchos de Natal, demonstrando assim disponibilidade dos grupos e dos respetivos elementos em procurar opções fora do âmbito dos tipos de atividade habitual, a fim de obter mais atividades que permitam obter mais fundos.

Na questão 2 interliga-se o nível de iniciativa / proatividade da comunidade local em relação ao desenvolvimento de atividades, em especial as de angariação de fundos. E isso é notável, pois em muitos casos existe uma certa persistência em entreaajuda e companheirismo (existem mesmo muitos casos de sobrecarga de trabalho pessoal / profissional). Mas tudo isto não impede as pessoas de continuarem a contribuir, seja pelo facto de existirem pessoas amigas ou familiares nestas instituições que solicitam ajuda, seja devido ao facto de as próprias pessoas se esforçarem e contribuírem com “espírito de sacrifício” para a perduração destes rituais (folclóricos, musicais, religiosos, etc.).

Em relação aos desafios para a continuidade das atividades das associações, realçam-se dois tipos de respostas, relacionadas com a oferta-procura. Por um lado, relaciona-se com a procura, por parte dos grupos de cordas e folclóricos, de elementos que toquem instrumentos de cordas, maioritariamente tradicionais – viola da terra, bandolim e violino. Ou seja, instrumentos de difícil execução quando comparados com uma guitarra clássica.

Esta escassez de elementos, tal como foi dito anteriormente, deve-se especialmente ao facto de se tratar de instrumentos de difícil aprendizagem e execução, sendo necessárias várias horas de treino e prática. São instrumentos que requerem alguma exigência por parte de quem pretende aprender, criando logo à partida, principalmente junto dos jovens, algum receio e desmotivação.

O outro lado refere-se à oferta, em termos de atividades desenvolvidas no município. Naturalmente que o desenvolvimento de atividades culturais / artísticas durante todo o ano, por todos os grupos, acaba por tornar o calendário cultural demasiado extenso e exaustivo. E isso nota-se através da existência de 6 grupos folclóricos no concelho, 3 bandas filarmónicas, grupos de cordas e outras bandas locais. Isto sem contabilizar outros géneros de atividades – desportivas, sociais e religiosas – existentes num município com cerca de 6049 habitantes. Podemos dizer que a comunidade local possui demasiada oferta, e falta de tempo e de disponibilidade para atender a todas as atividades existentes no município.

No grupo de questões 4 e 4.1, nos vários grupos associativos constatou-se que os responsáveis associativos têm enfrentado algumas dificuldades em relação à ligação

para com o poder local, nomeadamente em termos de apoios financeiros. Em alguns casos evidenciando a falta de pagamentos (pagamentos em atraso), mas existe sempre, de uma forma ou de outra, uma compensação ou apoio em outros géneros (logísticos) a fim de colmatar as dificuldades. Desta forma, existe uma ligação estreita, marcada por certas divergências ao nível económico, mas a comunicação e o diálogo entre as associações e o poder local permitem o entendimento e a resolução das lacunas que são imediatas (curto-prazo), ou seja, problemas que necessitam de ser resolvidos no momento.

Outro aspeto interessante realçado nas entrevistas refere-se à própria oferta cultural do município, nomeadamente a gestão feita em termos de género de atividade. Considerando o público alvo, o tempo de mostra (hora, dia da semana e altura do ano) relevantes para uma maior adesão de público (em especial da comunidade local), considerou-se a hipótese de obter uma melhor gestão dos espaços de espetáculo e de público a serem distribuídos entre as várias dinamizações desenvolvidas pelas associações do município (culturais, recreativas, sociais, comerciais), bem como pelo próprio município.

Por fim, não deixa de ser relevante o facto de alguns responsáveis terem realçado a existência de “uma desconexão” com a Secretaria Regional da Educação e Cultura (SREC), onde existe, numa primeira instância, a falta de apoios / incentivos para a cultura na Ilha do Pico, em especial no concelho da Madalena. Por outro lado, considera-se a possível existência de um maior apoio em termos de promoção da cultura e tradição da ilha do Pico (concelho da Madalena) e de um apoio ou desburocratização em termos de acesso a algumas linhas de financiamento existentes por parte da SREC.

A integração dos jovens no processo associativo passa pelo envolvimento nas atividades desenvolvidas pelas associações, não só em termos das *performances*, como também na preparação de atividades para angariação de fundos. Através deste processo, é assegurado que o conhecimento, principalmente a gestão e manutenção destas associações, é transmitido aos mais jovens ou aos sucessores responsáveis destas instituições.

Em suma, constata-se, através das respostas fornecidas pelos entrevistados, que existe uma preocupação em que os jovens obtenham conhecimentos sobre estas atividades culturais, mesmo considerando a existência de outras atividades mais aliciantes, que não no âmbito cultural e recreativo. Por outro lado, o facto dos jovens terem de abandonar a ilha por questões académicas ou profissionais coloca alguma

pressão na continuidade destas associações por força de não haver renovação dos seus membros.

Apesar do panorama cultural da ilha do Pico ser extremamente rico em cultura e tradições (culturais e religiosas), o facto de existir cada vez menos disponibilidade da comunidade local, devido a fatores pessoais e profissionais, leva a que as pessoas associadas a estes grupos acabem por ter uma acumulação de responsabilidades que se reflete algumas vezes em “maus ambientes” sociais e, por sua vez, em desmotivação de muitos dos membros (adultos e principalmente jovens) e correspondente abandono destas atividades culturais.

Por esta razão, muitos dos grupos optam por desenvolver a suas atividades culturais de uma forma lúdica, sem termos de responsabilidade e planeamento das respetivas atividades a serem desenvolvidas. Mesmo assim, os elementos dos grupos conseguem superar muitas das dificuldades e situações menos favoráveis recorrendo, muitas das vezes, à entajuda com outros grupos do concelho, especialmente em situações de receção de grupos em intercâmbio, procurando sempre transmitir uma boa imagem daquilo que é a realidade associativa cultural e das tradições açorianas.

4.3.2 Associações Culturais e Recreativas (Estudo de Pormenor)

Nesta componente da análise importa realçar que as associações abrangidas dizem respeito a dois tipos distintos, não só pelo seu género de atividade. Uma distingue-se pelo desenvolvimento de atividades mais no âmbito das artes e do entretenimento, promovidas através de mostras e espetáculos, sendo assim uma associação recente denominada de associação “moderna” – MiratecArts. A outra associação possui uma estrutura bem assente no tempo e na história da ilha e do município da Madalena. Trata-se de uma associação – Sociedade Filarmónica “Lira Madalense” – constituída e gerida através de um grupo de elementos estatutários que estruturam (com alguma complexidade) a organização e desenvolvimento da sua atividade.

Representante associativo	Cargo associativo
Marco Avelino	Diretor SFLM
Terry Costa	Diretor “MiratecArts

Podemos observar, através dos estatutos da SFLM, o envolvimento e a relevância dos seus elementos, tanto dos sócios tocadores como dos não tocadores, tal como é previsto no artigo 2.º (estatutos da SFLM, Anexo IX). Ou seja, nota-se que os estatutos se referem à organização de uma instituição composta por um grupo de pessoas

devidamente assinaladas em termos de funções e responsabilidades a serem cumpridas.

Contudo, apesar de ambas as associações serem estruturalmente distintas, o seu tipo de atividade, sendo desenvolvido no concelho da Madalena, da ilha do Pico, tem por objetivo, através da arte e da cultura, promover aquilo que é açoriano, picaroto, Madalense, processo levado a cabo pelos mesmos que são desta terra açoriana. No sentido de envolvimento destas associações nas comunidades locais, procurou-se compreender, numa primeira instância, que género de atividades estas desenvolvem / promovem, ao longo de um ano civil, no concelho da Madalena e não só.

As entrevistas decorreram de forma natural, embora no caso da MiratecArts a entrevista tenha tido lugar durante uma das atividades da associação, pelo que acabaram por surgir algumas distrações e pontuais elementos descontextualizadores relativamente às questões colocadas. Entre ambos os entrevistados, já existia um prévio contato fora do âmbito da realização das entrevistas. Esta situação facilitou, de certa forma, a abordagem e a colocação de algumas questões não presentes no guião da entrevista, a fim de complementar algumas respostas fornecidas pelos entrevistados.

Neste sentido a primeira questão colocada relacionou-se com as atividades desenvolvidas pelas associações, nomeadamente:

Que atividades são desenvolvidas no âmbito da associação/grupo?

Em relação às respostas a esta questão do guião, é possível notar que estamos perante duas associações com algum peso em termos de calendário de atividades ou, pelo menos, cria-se a noção de que se trata de duas associações com um vasto leque de opções para o desenvolvimento de atividades.

Tratando-se da MiratecArts, esta opta por desenvolver o seu género de atividade através da promoção de diferentes eventos ou festivais. Tal sucede disponibilizando a diferentes artistas a possibilidade de se juntarem e promoverem ou o seu trabalho ou uma atividade específica que esteja relacionada com o festival em questão ou no contexto da cultura, tradição ou natureza da ilha.

“A associação tem por finalidade realçar o indivíduo, a equipa e a produtividade organizacional no mundo das artes. Produzir, promover e apresentar artistas, mostras e eventos abrangendo as várias disciplinas artísticas. Organizar concertos, espetáculos de dança, peças de teatro, galas, festivais e outros eventos artísticos. Realizar eventos educativos culturais para as várias gerações”

Diretor “MiratecArts

Ou seja, a associação prossegue fins de natureza artística, tendo como objetivo a promoção de artistas, arte e cultura entre as várias gerações através da organização de eventos e espetáculos. Por outro lado, a associação MiratecArts procura promover, através da dinamização de atividades com artistas locais, nacionais e internacionais e interagindo com as várias gerações, a cultura e arte local da ilha do Pico e dos Açores em geral.

Por outro lado, a SFLM tem como base de atividade os ensaios e atuações da banda filarmónica em espetáculos e festividades religiosas e profanas englobando várias faixas etárias que, na sua maioria, pertencem ao município da Madalena. Contudo, a SFLM estabeleceu a criação de uma orquestra ligeira e de uma orquestra de sopros a fim de promover ou colaborar em outros géneros de espetáculos específicos, tais como teatro, dança ou musicais com outras entidades tanto a nível de concelho, de ilha, como também fora do contexto da ilha.

“A gente neste momento tem um nível de atividades grande porque a gente não tem só a filarmónica. A filarmónica é a base, mas depois dentro da filarmónica temos a orquestra ligeira e orquestra de sopros.”

“(…) [E]ste ano fizemos orquestra ligeira (…) faz alguns concertos de verão (…)”

“O ano passado tocámos pelo Senhor Bom Jesus, tocámos pelas festas de Santo António do Monte e tivemos mais alguns convites, mas a gente não conseguia se desdobrar com a filarmónica e tudo, não houve hipótese.”

Diretor SFLM

Importa reconhecer que, naturalmente, apesar de serem duas associações distintas em várias formas (estrutura orgânica, legal ou relacional com outras entidades) acaba por existir um elo de ligação em termos da criação de iniciativas. Isto é, ambas procuram realizar trabalho visando a inovação nas suas atividades.

Apesar da MiratecArts procurar vingar da mesma forma, a associação disponibiliza espaços e alguns recursos a artistas locais ou internacionais, para que estes promovam o seu estilo artístico da forma mais criativa ou inovadora. O mesmo acontece em relação à SFLM, onde é disposto um conjunto de recursos materiais e humanos ao maestro a fim de procurar recriar elementos musicais chave que induzem não só nos elementos da própria banda a vontade prosseguir e de se identificarem com o trabalho desenvolvido pelo maestro, mas também a possibilidade de cativar outros jovens ou adultos a participarem na bandas como elementos ou, simplesmente, a assistir aos seus espetáculos.

Importa-nos por agora realçar as semelhanças entre ambas as ACR. Neste caso pode-se afirmar que existem semelhanças no processo essencialmente artístico. Contudo, é necessário compreender o que as distingue, para além do facto claro de uma tratar-se de uma associação centenária (SFLM) e a outra ser uma associação Moderna (MiratecArts).

Através da figura 19 deve-se compreender que apresentamos apenas uma simplificação de um processo associativo, neste caso, cultural e recreativo. Com efeito, o processo é na verdade mais complexo. Quando se trata da ligação entre o promotor (número 2) e o número 3, no caso da MiratecArts os artistas são como que *freelancers* que podem, ou não, disponibilizar-se para contribuir com o seu trabalho em eventos ou espetáculos promovidos pela MiratecArts, e daí, Terry Costa programa, de acordo com a disponibilidade dos artistas, as atividades de cada festival / evento.

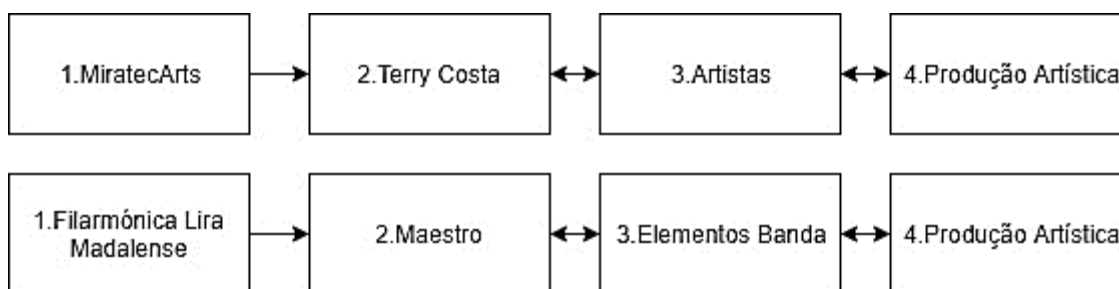


Figura 19 - Esquema Genérico da Produção Artística (Fonte: elaboração do autor, 2018)

Ou seja, é necessário um constante *feedback* entre ambos os atores a fim de ser possível concretizar uma atividade. No caso da SFLM, existe já um conjunto de elementos de base com os quais o maestro procura gerir o seu trabalho (desenvolvimento e ensaio de sinfonias), de acordo com os membros da banda que comparecem nos ensaios / espetáculos. Ou seja, existe igualmente a necessidade de interação entre o maestro e os elementos da banda a fim de existir uma compreensão sobre os recursos (humanos) existentes, de modo a ser possível planear determinado espetáculo, ou mesmo ensaio.

Uma das questões face à qual existe uma clara diferenciação na resposta refere-se à existência de parcerias com outras entidades ou associações.

Tem colaborado em parcerias com outras entidades na realização de atividades? Se sim, que entidades? Se não, porquê? Tendo existido colaboração em parcerias para a realização de atividades, existiram entropias / disfunções / problemas aquando a(s) sua(s) realização(ões)?

Em primeiro lugar, é importante realçar que neste quadro em que se insere o universo de estudo criam-se ou existem disputas ou rivalidades, não propriamente de carácter pessoal / individual, mas sim do contexto organizacional, referindo até a responsável da SFUPM, Nádia Silva, que “(...) é bom haver uma rivalidade, mas uma rivalidade saudável porque quando deixa de ser saudável nada é bom. A gente tem sempre que fazer é: a gente vai tocar melhor, vamos fazer isto para sermos melhores. Mas passar disso acho que não faz sentido nenhum”. É através desta menção que se realça o papel e a importância das rivalidades em meios pequenos e, neste caso, insulares, para o desenvolvimento e a inovação das metodologias e dos trabalhos desenvolvidos por estas ACR.

“Praticamente é tudo dentro da filarmónica, parcerias não têm assim nada. (...) Devido à rivalidade entre Sete Cidades e Madalena. (...) Eh pá, a gente está abertos e eu digo-te sinceramente que a nível de formações e assim, para nós é muito mais proveitoso a gente fazer a nossa formação do que ter uma parceria com eles (Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense).”

Diretor SFLM

O entrevistado da SFLM apresentou a existência de entraves, referindo que não existem quaisquer parcerias com outras entidades, de tal forma que apresenta a rivalidade com a SFUPM como um dos fatores para não avançar em parceria. Porém, a realidade decorre no sentido de não existir necessidade de se efetuarem parcerias (entre filarmónicas) aquando da realização de atividades de formação. As situações e inerentes necessidades serão sempre diferentes pois, não estando todas ao mesmo nível musical, compreende-se que não se torna vantajoso, tanto para as filarmónicas como também para o próprio município, procurar dialogar e negociar formações que acabam, muitas das vezes, por não se enquadrar nas formas de trabalho destas filarmónicas.

Contudo, a realidade não permite que as ACR estejam de costas voltadas, pois as necessidades e dificuldades quando surgem acabam por ser transversais, o que resulta, em muitos casos, no encerramento de atividade e, por sua vez, na perda de património material e imaterial do domínio cultural.

“Em termos de parcerias, as parcerias vão desde os vários departamentos do governo, as câmaras municipais e depois com outras associações (...)”
“Com as parcerias que temos feito, não. Parcerias com o Município é sempre difícil porque não se sabe se vão seguir com aquilo que dizem que vão seguir. Porque para eles nós (associações) não somos um investimento. É mais do género “vamos ajudar uma entidade”.

Diretor “MiratecArts

Por outro lado, a associação MiratecArts é beneficiada por um vasto leque de parcerias, das quais não se indicam quaisquer “entropias”. O contexto de parcerias nesta entidade refere-se a um “investimento” por parte das entidades que participam em conjunto com a MiratecArts na promoção e contribuição (financeira, material, logística) bilateral aquando do desenvolvimento de atividades por esta associação moderna. Isto é, existe um apoio destas entidades que resulta num incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais e artísticas e, por outro lado, existe também uma promoção e publicidade destas mesmas entidades através da MiratecArts. Existe, portanto, uma dinâmica na criação de parcerias privadas, relativamente às quais o entrevistado não refere quaisquer disfunções, nem entre as entidades nem mesmo aquando da realização de atividades em conjunto com as mesmas.

Contudo, o entrevistado apontou algum atrito aquando da realização de algumas das atividades no município da Madalena e na relação entre o poder local (município), isto relativamente à visão do mesmo sobre os grupos e ACR. Este ator local referiu existirem inconformidades na parceria com o poder local (Câmara Municipal da Madalena) devido à perspetiva da autarquia sobre o valor e potencial das ACR no panorama atual de desenvolvimento da ilha e da região dos Açores.

Como avalia a qualidade da ligação da associação ao poder local? (entre 0 - Má e 10 - Excelente). Acha que existem lacunas que se tentam resolver? Se sim, de que forma?

Na continuidade da questão anterior, face a esta nova questão relativamente à ligação ou interação das ACR para com o poder local, o próprio responsável da MiratecArts aponta o que considera lacunas na visão e no planeamento de atividades que procuram interagir com as ACR do município. Ou seja, segundo ele, existe uma falta de planeamento, comunicação e organização, em que “(...) fazem tudo imediato. “Tem que fazer isto agora!” E ficam todos a fazer aquilo e esquecem tudo o resto que existe”.

“Só em geral, a qualidade de ligação seria um circo (...). Não há planeamento nenhum. Mas isso é como tudo... (...) Não há. Se há, esqueceram ou esconderam porque ninguém sabe. (risos) Porque é tipo tudo feito “só agora”. É do imediato. Não é sequer a pensar no futuro, não é ver o que já fizeram para se fazer melhor, não tem nada a haver com isso. Isso é um dos grandes problemas das nossas lideranças de hoje em dia.”

Diretor “MiratecArts

Relativamente à SFLM, existe uma perspetiva de que a ligação para com o poder local existe, bem como com o Governo Regional dos Açores, através da SRC, mas

reconhecem-se limitações quanto à forma como são geridos os fundos ou apoios ao associativismo cultural, carecendo de uma melhor orientação e perceção da realidade sentida no seio destas associações, especialmente aquando da organização e realização das suas atividades.

Por outro lado, o responsável da SFLM prevê a situação das Filarmónicas e muitas outras ACR, pelo menos do município, em contarem cada vez menos com o apoio camarário, sem descurando todavia o papel importante da CMM na promoção artística através do CFAM. Este ator local coloca mesmo a hipótese de muitas instituições virem a ficar em situação de dificuldade, mas acrescenta que, apesar destas dificuldades que muitas das ACR poderão vir a sentir, a vontade e espírito de sacrifício de muitas das pessoas ligadas a estes movimentos irá prevalecer e vingar sobre estes problemas, procurando manter assim a atividade de muitas destas ACR.

“Há uma candidatura por ano que fazes para a Secretaria Regional da Cultura (SRC) que eles dão (não muito...) mas à volta dos mil e setecentos, mil e oitocentos, à volta disso. Já dá para alguma ajuda. (...) Agora de formação, a nível da CMM, isso acabou. Mesmo a nível de apoios. Praticamente... (...) Mas a nível da Câmara Municipal, sei que fizeram o auditório e o CFAM, mas eles vão ter que começar a olhar para as filarmónicas de uma forma diferente.”
“Aqui há uns anos atrás eles olhavam, as filarmónicas evoluíram. Agora é ao contrário – As filarmónicas a evoluir e eles a apoiar menos”.

Diretor SFLM

Apesar de existir esta desconexão contínua por parte do poder público, os responsáveis das ACR sentem que deveria existir, em primeiro lugar, um claro apoio e uma maior presença do poder local em contexto de desenvolvimento de atividades, com o propósito de criar não só condições seguras de apoio face à realidade no território aquando da realização destas mesmas atividades, como também de visar mais e melhores canais de comunicação, decorrendo desta condição uma maior participação do poder local.

Acha que a atual oferta cultural no município encontra-se enquadrada / ajustada às necessidades do município (comunidade local)? Porquê?

Nesta questão, ambos os responsáveis procuraram traduzir a perspetiva do público que adere às atividades das ACR, mas também da comunidade em geral, embora de forma diferente. Por um lado, foi mostrada, por parte do responsável da SFLM, a noção de que existe sempre a possibilidade de melhorar a oferta cultural, especialmente em relação à disponibilização de meios às filarmónicas para estas realizarem o seu trabalho. Isto para além da forma tradicional – através das atuações em festividades religiosas, aspeto que até o responsável da MiratecArts enuncia e

valoriza em relação à importância deste trabalho desenvolvido no contexto cultural do município e da própria ilha do Pico.

Contudo o principal foco é em relação à comunidade local que, gradualmente, começa a demonstrar interesse e a mostrar-se disponível para aderir a diferentes géneros de atividades culturais em relação às festividades mais tradicionais / religiosas.

“Eu não acho que esteja muito bom, mas é o que a gente tem... No que toca a nível de filarmónicas, eu acho que necessitava de mais. Mesmo de verão atividades diferentes, concertos diferentes, pronto... a gente vai ali à praça fazer o concerto de verão. (...) As pessoas já quando veem um concerto de uma forma diferente e mesmo as filarmónicas têm que se adaptar ou adequar a isso, dar espetáculos diferentes. (...) Fizemos um no Teatro Faialense e outro aqui no Auditório (da Madalena). Este ano fizemos no Teatro Faialense que foi (a peça) “O Rei Leão”, e em princípio vamos fazer no auditório com um grupo de dança.”

Diretor SFLM

A pessoas, em parte, já esperam algo de diferente. Algo que permita quebrar a rotina quotidiana vivida na ilha, num concelho de pequena dimensão e na sua maioria rural. É desta forma que os fatores de adaptação e inovação cada vez mais ganham um papel fulcral na vivência destas ACR, porque estas necessitam de captar novos públicos e manter os seus membros ou sócios o mais unidos possível a fim de terem continuidade... Por outro lado, necessitam de equilibrar a sua base identitária em termos de atividade (procissões, atuações em festividades religiosas), como também têm de considerar a transgressão deste género de registo musical, a fim de alcançar novas perspetivas que permitam a manutenção da sua atividade, isto no caso da SFLM.

No caso da MiratecArts, existe uma diferente abordagem em termos de receptividade quanto à relação da associação para com as questões da “identidade”. Ainda que a associação procure promover aquilo que se denomina ser do concelho da Madalena, da ilha do Pico ou da Região dos Açores, a sua base de atividade será sempre à partida o mundo das artes e o entretenimento, promovendo e realçando o indivíduo ou equipa através da organização de atividades, eventos, mostras. Algo que, apesar de tudo, a associação, através de alguns dos seus festivais (Festival Cordas, Festival Montanha) e atividades em geral, tem uma maior atenção sobre o valor identitário açoriano, mas sempre respeitando os valores dos seus estatutos em relação ao papel das artes.

É por isso que o próprio responsável da MiratecArts chama a atenção para a necessidade da existência de uma maior divulgação, não só deste género de espetáculos juntos da comunidade e público em geral, mas também em relação a outras atividades e festividades de âmbito tradicional e religioso. Isto principalmente

junto da comunidade local, pois o entrevistado acredita que muita da população não tem conhecimento que muitos eventos deste género ocorre, pelo menos, na ilha.

“A maioria das associações faz os seus eventos anuais como tem feito por muitos anos e acho que existe um grande valor nisso. O que eu gostava é que houvesse pelo menos um calendário (cultural) público. Todos os anos a gente sabe que em certos anos as mesmas entidades fazem sempre a mesma coisa, nos mesmo dias. E tornar isso público! Nem toda a gente sabe, especialmente pessoas que estão de passagem durante um curto período do ano. É preciso nos conhecer melhor e dar a conhecer as nossas atividades.”

Diretor “MiratecArts

O entrevistado revê a atual oferta cultural no município de uma forma menos boa, focando a falta de diversidade ao nível do género de atividades que as filarmónicas poderiam realizar, não só para proporcionar diferentes espetáculos ao público em geral, mas também para procurar cativar a atenção dos mais jovens.

Relativamente à oferta cultural do município, ambos os responsáveis indicam que existe uma desadequação da oferta cultural em relação às necessidades do município, propondo que se disponibilize informação para as pessoas fora do contexto local (para quem visite a ilha) e que se apresente uma oferta diversificada de espetáculos e atividades, essencialmente para cativar os mais jovens.

Existem atualmente critérios para a atribuição de fundos / apoios às ACR para a realização de atividades de âmbito cultural e recreativo no município?

Parece que não. Se existe, não sei como é... Mas é mais não existir. (tom de ironia) Mas isso é uma questão muito boa para a CMM: Quais os critérios para candidaturas de apoios, etc. (assertividade). Até pode existir algum decreto-lei que estabeleça o apoio a entidades, mas só que podem até não saber...

Diretor “MiratecArts

“(...) [O] diretor regional da cultura veio dar uma palestra nas Lajes do Pico (...) conforme a atividade de cada banda, os subsídios iam ser atribuídos conforme a atividade.”

Diretor SFLM

Nesta questão, ambos os entrevistados parecem desconhecer a existência de critérios para a atribuição de fundos de origem pública. No caso do responsável da MiratecArts, este mostra-se descrente, não considerando existir condições ou critérios. O responsável da SFLM refere a situação de a Secretaria Regional da Educação e Cultura pretender avançar com uma série de critérios a serem cumpridos pelas ACR da região, recorrendo às atividades desenvolvidas por estas entidades como forma de registo, a fim de, aparentemente, privilegiar as instituições que desenvolvem mais atividades e têm uma maior proatividade junto das comunidades.

Apesar de não identificarem a existência de qualquer tipo de critérios por parte do poder local, ambos colocaram-se a favor de que haja critérios para a atribuição de apoios às ACR.

Até que ponto as diferentes gerações se compatibilizam ou conflituam nos atuais processos de valorização / qualificação cultural e identitária (entre 0 - Conflito / oposição máxima e 10 - Perfeita compatibilidade / disposição total). Procure explicar esta sua pontuação.

As respostas a esta pergunta de certa forma divergiram no sentido de existir, por um lado, uma visão ou perspectiva mais abrangente do panorama associativo no município, por parte do responsável da MiratecArts. E por outro, uma visão mais reservada e assertiva refletindo sobre o que ocorre em contexto das atividades da associação, nomeadamente a SFLM.

“Mesmo quando existem jovens nas entidades eu acho que não conseguem fazer muito, não conseguem dirigir a entidade mais para a sua geração. Especialmente este tipo de organização que existe. (...) Mas também não começam as suas próprias associações / entidades. (Espanto) Aí é que é também um dos problemas de desenvolvimento (...).”

Diretor “MiratecArts

Na resposta do responsável da MiratecArts, a perspectiva que se realça detém-se sobre o real papel dos jovens no seio organizativo das ACR. Isto é, não existe uma atualização e contextualização das ACR em relação à visão dos mais jovens que integram estas mesmas ACR. O que ocorre na realidade é um seguimento dos valores e princípios destas entidades, existindo pouca margem para abordar domínios e contextos diferentes daqueles seguidos pela maioria das ACR. Isto muito pelo facto destas ACR possuírem um valor identitário altamente conservador, com pouca margem para divergências em relação ao rumo das suas atividades desenvolvidas. Mesmo existindo alguns jovens ligados a estas instituições, o entrevistado afirma que eles são limitados por fatores externos.

Por outro lado, o entrevistado dá a entender que existe uma fraca proatividade em muitos dos jovens no concelho, sugerindo baixa probabilidade de conseguirem iniciar os seus próprios projetos, lançar novas experiências que promovam o conhecimento e até espírito de empreendimento, ou seja, considera que não demonstram motivação em desenvolver novas iniciativas. Em acréscimo à alegada falta de motivação dos jovens para gerarem as suas próprias iniciativas, mencione-se o problema da falta de verbas para que eles tenham a possibilidade de criar os seus próprios projetos.

Mesmo existindo alguns jovens com força de vontade, existem ainda alguns outros condicionamentos, nomeadamente a influência dos pais ou familiares, como a falta de incentivo destes.

Uma das hipóteses colocadas diz respeito à existência de demasiados entraves para iniciar uma atividade associativa. Porém, esta questão foi colocada ao responsável da MiratecArts, o qual salientou que nunca fora tão simples iniciar uma nova associação. Contudo, o mesmo ator local colocou algumas restrições que podem ser determinantes, nomeadamente:

- Ser necessário entrar com algum capital para ajuda de custos dos processos administrativos;
- Impedimentos / restrições por parte de familiares / conhecidos, por razões de não haver uma finalidade concreta para a fundação destas associações ou grupos, colocando os mesmos sobre pressão, o que resulta na desistência e abandono das ideias;
- A existência de muitos “facilitismos”, propiciando um vasto leque de opções alternativas existentes no município.

“Eu falo por nós. A gente tem a felicidade de ter um grupo fixe. Desde os mais velhos até aos mais novos. (...) Nem mesmo no aspeto de haver um miúdo que toque mal uma nota porque o Nuno sempre soube trabalhar bem as coisas e ninguém está ali para repreender. (...) Cada um está sempre a dar o seu melhor. Mas nada a apontar. É um ambiente de família, mas quando é para ensaiar – quando é a sério, é a sério”.

Diretor SFLM

No caso da SFLM, apesar de existir algumas situações pontuais de momentos menos bons devido a chamadas de atenção ou repreensões face a atos “menos aceitáveis”, o ambiente entre as várias gerações parece ser saudável. Importa aqui realçar o aspeto de que o que ocorre no grupo se apoia num sentimento familiar / familista em que cada um dos elementos procura saber gerir os momentos para se divertir e trabalhar, procurando sempre dar o seu melhor.

Portanto, será através deste sentimento que se reforça a condição da identidade destas associações seculares, particularmente o sentimento de pertença, de família, de propósito comum. A música será um recurso para tal, aspeto que até se destaca como elemento essencial nos estatutos da ACR, no capítulo I (anexo X), onde se pode entender: “(...) e, sobretudo, através do estudo e difusão da música”.

Em conclusão de resposta à questão, será através das novas gerações que poderá ocorrer uma quebra dos padrões associativistas praticados no município. Ou seja, que poderá questionar as orientações e as visões consideradas atualmente em relação ao futuro destas mesmas associações, o que, por um lado, acaba por ser fulcral no sentido de adaptação, contextualização e inovação em relação às atuais e futuras necessidades e paradigmas da comunidade local e da sociedade em geral. Contudo, o

próprio papel das gerações precedentes é igualmente fulcral na consciencialização, transmissão e compreensão junto dos mais jovens dos valores, conhecimentos e sentimentos adquiridos através dos vários anos de experiência(s) junto destas ACR.

Ou seja, trata-se da existência de um equilíbrio respeitando aqueles que são os pilares identitários deste género de associações. Procurando embora não os descuidar, será também necessário adaptar e avançar no tempo em relação à procura de respostas e soluções face às dificuldades e desafios impostos pela sociedade, apelando ao entendimento e ao diálogo e, não menos importante, à compreensão dos valores e sentimentos identitários que imbuem estas ACR.

Por outro lado, importa realçar que é através do trabalho desenvolvido pela MiratecArts que se encontra um denominado “equilíbrio” e, ao mesmo tempo, um questionamento destes mesmos valores identitários prosseguidos pelas ACR seculares. Este questionamento procura obter novas perspetivas sobre a cultura e o valor identitário açoriano / picaroto de uma forma saudável (respeitando a importância e o papel destas ACR centenárias nas raízes culturais do município e da própria comunidade local). Será através destas novas perspetivas que se estimula o desenvolvimento cultural e artístico e, também, a própria consciencialização da existência e importância destes valores identitários (açorianos).

Atualmente o universo associativo cultural e recreativo encontra-se adaptado / adequado em relação aos atuais e futuros desafios do município e da respetiva comunidade local?

Trata-se de uma questão que pretendeu apelar aos entrevistados para uma reflexão, não só sobre o panorama geral do associativismo no município, mas também para induzir nos próprios responsáveis um sentido de problematização sobre o estado atual e futuro das ACR. Uma das características que melhor representa as pessoas por detrás destas ACR consiste na sua resiliência em relação às dificuldades impostas por elementos externos, e muitas vezes internos, às próprias ACR. Este sentimento acaba por ser ressonância do passado identitário que ainda persiste no presente representado através destas mesmas ACR e dos seus valores e aprendizagens transmitidas ao longo do tempo, de geração em geração.

“As associações acho que estão a fazer aquilo para o qual foram criadas para fazer, ou pelo menos para aquilo que as suas direções foram criadas para fazer (ênfase na ideia das direções). (...) Não é necessariamente pensando no todo: na sociedade, na comunidade em geral. (...) Há algumas coisas que não se devem deixar morrer, mas podia-se adaptar de forma a serem mais acessíveis. Porque é que então não temos os folclores, as chamarritas e tudo isso, a fazerem parte do próprio turismo?”.

Diretor “MiratecArts

Será esta a razão que leva o próprio responsável da MiratecArts a realçar que existem “algumas coisas” (no contexto significam tradições ou associações) que não devem ser esquecidas no passado. Mas de facto, não existe, na perspetiva do entrevistado, um aproveitamento eficiente e adequado à realidade do município, particularmente na época alta entre maio e setembro, demonstrando o valor identitário, por exemplo, em eventos turísticos.

Em relação às associações e aos futuros desafios, o entrevistado realça que não existe uma adequação do universo associativo em relação a esses desafios da sociedade / comunidade local, pelo facto de prosseguirem de acordo com aquilo para o qual foram criadas. Desta forma o entrevistado vê, por um lado, que as direções de algumas ACR devem procurar rever a sua forma de desenvolver a sua orgânica e prática associativa, a fim de se adaptarem aos atuais paradigmas e dificuldades das comunidades locais e da sociedade em geral.

“Eu acho que não estão todos preparados, mesmo a nível de resposta musical não estão todos. Isto também porque alguns deles estagnaram, muito talvez derivado à falta de gente ou à falta de dinheiro”.

Diretor SFLM

Existe acordo em relação à falta de adequação por parte do universo associativo face aos atuais e futuros desafios do município e da respetiva comunidade local, isto tanto pelo facto de existirem carências ao nível de verbas e, por outro lado, em relação à própria desadequação das metodologias ou abordagens, de alguns responsáveis, utilizadas na realização de atividades para público em geral e na inclusão dos jovens em particular.

O responsável da SFLM compreende mesmo que a própria filarmónica deve procurar adaptar-se ainda mais a fim de cativar o público em geral e, igualmente, os mais jovens, deixando sempre a hipótese aberta de criar sinergias ou parcerias com as outras filarmónicas do município, não rejeitando a possibilidade de integrar atividades em conjunto com as mesmas.

Em alguns casos existe uma consciencialização por parte da instituição em procurar adequar a sua atividade de forma a não só cativar cada vez mais o público em geral, mas também de demonstrar, principalmente aos mais jovens, que o ambiente dentro de uma filarmónica está diferente em relação aquilo que era no passado.

4.3.3. Atores Públicos

No que se refere ao poder local, procurou-se entrevistar representantes que estivessem num cargo da gestão camarária, ao nível do desenvolvimento e promoção de atividades de âmbito cultural e recreativo, munidos de algum conhecimento relativamente ao nível de “produtividade cultural” das ACR no município.

a. Câmara Municipal da Madalena

Representante Camarário	Cargo Camarário
Catarina Manito	Vice-Presidente CMM
Mário Silva	Vereador CMM

Ambas as entrevistas ocorreram na Câmara Municipal da Madalena, com naturalidade (apesar de algumas interrupções relativamente a questões laborais dos entrevistados). Com um dos entrevistados (vereador na CMM) houve um contacto prévio estabelecido, não só em contexto da anterior entrevista realizada em relação ao Grupo Folclórico e Etnográfico “Ilha Morena” da Casa do Povo de São Mateus, mas também através da realização de atividades previamente em contexto desportivo, o que permitiu, de certa forma, a existência de um certo à vontade e abertura perante a discussão das questões do guião da entrevista. Nisto, existindo sempre uma moderação e respeitando a relação entre entrevistador e entrevistado. Relativamente à entrevistada, vice-presidente da CMM, apesar de não ter existido um contacto prévio ao da entrevista, existiu uma certa facilidade e acessibilidade da responsável relativamente à colocação das questões da entrevista e ao diálogo / discussão dos assuntos relativos ao tema da dissertação e outros aspetos inerentes ao associativismo cultural e recreativo no município.

Sobre as respostas dos entrevistados, estas deram lugar a uma análise e reflexão individual, sendo que o resultado de ambas originou uma reflexão conjunta a fim de se confrontar com os resultados das entrevistas realizadas anteriormente ao universo associativo e criar uma perspetiva geral inteligível sobre o panorama geral do contexto das ACR.

Quais as principais atividades / eventos, a nível cultural e recreativo, desenvolvidas pelo município a nível local (2-3 exemplos)?

Na colocação da primeira questão houve alguma atenção relativamente à posição, em termos de conhecimento de causa, isto pelo facto de ambos os entrevistados serem

residentes do concelho há já alguns anos e de ocuparem cargos camarários e desempenho de atividades de grande relevância. Importou, por isso, discernir quais as suas perspetivas relativamente à comunidade local e às condições de realização das suas atividades. Neste sentido, a questão acima foi ao encontro do que se pretendia, dando lugar às seguintes respostas.

“[T]rabalhamos em parceria com todas as associações. Com filarmónicas, Casas do Povo, que normalmente têm associados os grupos folclóricos. Acho que o município “mete o bedelho”, por assim por dizer, em todas as associações (dito em tom bem humorado mas sério no sentido). Quer de uma forma financeira quer numa forma de apoio logístico, que também conta”.

Vice-Presidente CMM

“Eu apontaria, em termos de atividades culturais (...) o Centro de Formação Artístico (CFA) (...) e o MadalenAventura (...) ligação profana e em simultâneo religiosa, são as festas do concelho que são as Festas Santa Maria Madalena”.

Vereador CMM

Ambos os entrevistados identificam as Festas Santa Maria Madalena como o ponto alto de desenvolvimento e demonstração de atividades culturais, realçando o facto de existirem parcerias com todas as ACR do município, seja de forma financeira ou logística (através de apoios). Fora do contexto concreto de atividade cultural, os entrevistados também referiram tanto o CFAM como o evento MadalenAventura¹⁰ devido ao impacto dos mesmos no contexto cultural e recreativo do município.

Sente carência de adesão, em termos da população local, às atividades culturais e recreativas desenvolvidas pelo município? E especificamente das faixas etárias mais jovens?

Relativamente a esta questão, os entrevistados referenciaram, numa primeira instância, o desempenho do CFAM (e o papel do Auditório Municipal) no município através do desenvolvimento de atividades envolvendo os jovens que integram formações artísticas de *performance*¹¹ no próprio CFAM.

“(...) [T]emos visto ali no auditório. Foram já organizadas muitas atividades, de casa cheia, naturalmente que há algumas (atividades) que não são tão chamativas como outras, mas que tem se notado muito que as pessoas da Madalena aderem muito a estas atividades (...)”.

Vereador CMM

¹⁰ Atividade de âmbito de ocupação de tempos livres dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos de idade que visa, de uma forma didática, desenvolver competências e incutir o interesse pelas tradições e valores, a fim de colmatar as necessidades existentes na ilha, no que respeita a programas de acompanhamento de jovens, durante as pausas letivas.

¹¹ Aquando da realização das entrevistas, eram lecionadas aulas de dança, música e canto.

“[T]u pensas que tens um auditório cheio porque estão as famílias, mas quando tu entras, tu comesças a notar que não são só as famílias. Tu já tens muita gente que vai assistir à Temporada das Artes e que gosta, e que depois já segue os miúdos porque todos os anos as pessoas querem ver o progresso dos miúdos (...)”.

Vice-Presidente CMM

Neste contexto de repostas, e dependendo do género de atividades desenvolvidas, ambos os entrevistados não identificaram carências em termos de adesão da comunidade local às atividades culturais e recreativas, em especial dos jovens.

A respeito das atividades desenvolvidas no âmbito das ACR, a vice-presidente da CMM realçou a importância destas atividades em contexto de lugar devido à sua conveniente proximidade para com a comunidade local, acabando isso por ser um dos elementos mais representativos da importância da cultura e da identidade do concelho e do ser açoriano, através da entrega e do espírito de sacrifício das pessoas na organização de eventos e atividades profanas e religiosas.

“Por isso, eu acho que sim, que as pessoas têm a noção da importância destas festividades para a manutenção da identidade do concelho, acho eu, (...) as pessoas demonstram empenho e motivação, não só a nível de participação ativa nas atividades (tocar instrumentos, dançar, cantar), mas também em termos passivos (organização, montagem de equipamentos e infraestruturas de apoio aos eventos)”.

Vice-Presidente CMM

Como exemplo dessa ligação à identidade picarota e açoriana, a entrevistada ainda referenciou o caso da organização do “Record do Guinness” para a maior roda de chamarrita do mundo onde as pessoas da comunidade participaram, tanto ativamente como passivamente, para a concretização da atividade.

Existe ligação das associações culturais e recreativas (ACR) no desenvolvimento / promoção destas atividades / eventos municipais?

Se sim, de que forma estas contribuem e como classifica esta participação (0 – Existe fraca motivação e com várias entropias / 10 – Existe uma participação saudável e benéfica)?

“Nunca cheguei aqui e me reuni com eles e tive ninguém a dizer que determinado grupo não vinha. As filarmónicas estão sempre dispostas a ajudar. (...) Portanto, sinceramente, no geral (claro que há sempre situações pontuais), da parte das associações, nós não temos tido dificuldades em organizar”.

Vice-Presidente CMM

“Sempre que há uma iniciativa da nossa parte: A Noite de Verão; Noites de Folclore; filarmónicas, sempre que são solicitadas nunca dizem que não. Estão sempre disponíveis para colaborar”.

Vereador CMM

Nesta questão, os entrevistados destacaram, em primeiro lugar a predisposição que as ACR têm em ajudar prontamente o município (CMM) aquando da realização das atividades municipais.

“Existem sempre (entropias e dificuldades). (...) Toda a gente está reticente ao início, nunca ninguém quer. É sempre muito complicado...”

Vice-Presidente CMM

“Julgo que não, julgo que não (não existem entropias) porque o município tem o cuidado e o conhecimento daquilo que é feito a nível do concelho e nunca fazemos nada de costas viradas para essas instituições de forma a não prejudicar essas atividades que sabemos, e muito bem, que se esforçam para organizar e muitas delas são fontes de receita para angariar fundos”.

Vereador CMM

Apesar de existir uma distinção nas respostas dos entrevistados, nomeadamente quanto a entropias / disfunções, a vice-presidente da CMM evidencia que estas existem aquando da tentativa de organização das atividades junto das associações, mas no final estas demonstram atitude e vontade em colaborar no desenvolvimento das atividades propostas pelo município, resultando no reconhecimento, por parte do município. Isto devido ao empenho das ACR e, naturalmente, à dedicação de todos os elementos que colaboram voluntariamente nestas associações, que para além de se predisporem a colaborar nas atividades do município, têm também que promover as suas próprias atividades a fim de angariar fundos para as mesmas.

Como avalia a ligação / interação das ACR no desenvolvimento das atividades culturais e recreativas no município?

“Sim, creio que sim. Um caso muito concreto, que admiro muito, são as filarmónicas, os folclores também, mas sobretudo as filarmónicas porque têm o seu pico de atividades durante o período de verão e felizmente as filarmónicas têm muitos jovens. (...) Eles têm a sua própria dinâmica (...).”

Vereador CMM

“[T]u tens em diversos locais (já nem digo freguesias) grupos de pessoas muito mobilizados para não deixarem morrer festas que, por exemplo, se fosse o município a organizar, possivelmente já teriam morrido, ou se dependessem de uma organização muito complexa”.

Vice-Presidente CMM

Saliente-se, mais uma vez, que é através destas angariações de fundos, entre outros géneros de atividades, que as ACR procuram dinamizar o seu funcionamento, não só dentro do seu próprio núcleo (ensaios, reuniões, encontros), mas também através do desenvolvimento de atividades no âmbito do município e ao nível das suas freguesias e lugares.

É desta forma que o vereador da CMM identificou a existência de uma boa interação das ACR para o desenvolvimento de atividades culturais e recreativas no município. A título de exemplo, o entrevistado identificou as filarmónicas como instituição com uma

elevada concentração de atividades, especialmente durante o verão, integrando muitos dos jovens da comunidade local.

Por outro lado, ambos os entrevistados consideram que estas instituições têm dinâmicas muito próprias. Dinâmicas estas que nunca poderiam ser reproduzidas e mantidas pelo próprio município devido à integridade e natureza identitária e cultural próprias das ACR, características que possuem ao existir um grupo de pessoas que sob o pretexto (em muitos casos) de um figura religiosa, promove um evento que anima não só a comunidade da freguesia ou lugar, mas também toda a população do município ou ilha, e até mesmo de fora da ilha. É dentro deste aspeto realçado que, sendo que uma intervenção ativa do município não seria favorável e correta, existe todavia uma disponibilidade permanente do mesmo (na medida do possível) para contribuir com incentivos ou apoios (financeiros, logísticos, materiais ou humanos).

Como avalia a ligação das ACR entre si e junto da comunidade local? E, em particular, junto dos jovens?

“Existem rivalidades entre associações (...) É claro que compete ao município não fomentar esse tipo de rivalidades. E compete ao município tentar ser igual no tratamento para com todas. Às vezes nem sempre isso é possível porque um ano ajudou-se mais uma associação, no ano a seguir ajudou-se mais outra”.

“Tu vês muitos jovens. Se calhar os jovens que vês são filhos de pessoas que já estavam na organização (...). Mesmo nos grupos folclóricos (não sei se tiveste essa noção) tu vês muitos miúdos a aderirem, apesar de hoje em dia haver tanta coisa para fazer (...). Hoje em dia toda a gente tem acesso a tudo, mas continuam. Continuam a querer participar, se calhar não tanto como todos nós gostaríamos, mas eu acho que sim”.

Vice-Presidente CMM

“Se me perguntares se há rivalidades: há! Mas eu acho que até essas rivalidades têm, até há data, só contribuído de forma benéfica em grande parte das situações”.

“Como tenho conhecimento de causa por fazer parte de várias instituições, eu julgo que a relação entre todas as associações do concelho é benéfica, é boa, é sadia”.

Vereador CMM

Como referiu a responsável da SFUPM, Nádía Silva, quando as rivalidades são saudáveis, isto é, sem colocar em causa os valores e as pessoas, acabam por ser vantajosas no sentido de evolução e desenvolvimento. Naturalmente que em meios como o do concelho da Madalena do Pico, acabam por existir estas rivalidades entre pessoas e instituições. É neste caso que os próprios entrevistados reconhecem a existências dessas, muito por conhecimento de causa. Contudo, o que ocorre é que existem fatores que se sobrepõem a estas rivalidades, nomeadamente o sentido de identidade e pertença a uma comunidade. Existem vários casos em que o espírito de entreajuda entre grupos folclóricos se traduz, muitas vezes, em apoios logísticos

aquando da existência de intercâmbios com outros grupos, ou mesmo na ajuda através de tocadores e bailadores, isto quando há falta destes.

Dado que permanecem algumas rivalidades e se conta com um vasto leque de atividades a desenvolver no município, os entrevistados não identificam estes fatores como cruciais para influenciar negativamente a ligação das ACR ao município. Existirá antes um contributo favorável no desenvolvimento das relações e uma boa participação dos jovens nas atividades das ACR. Porém, apesar desta participação, ela poder ser muito melhor, como afirma a entrevistada.

De que forma classifica os apoios (financeiros, logísticos) às ACR e a sua atribuição / distribuição?

Quando nós falamos em apoios financeiros, o apoio financeiro é igual para todos (...). O apoio financeiro faz parte dos protocolos que são assinados e discutidos em reunião de câmara, e aprovados (...). No protocolo há uma série de atividades que eles são obrigados a desenvolver durante o ano. Portanto, um certo número de tocatas por ano que eles vêm fazer e recebem o apoio (...) também, está inventariado o número de atividades que eles fazem”.

Vice-Presidente CMM

“Nós neste momento não temos, porque está a ser preparado o regulamento para a atribuição de fundos para atividades culturais (...). Existe para as atividades desportivas, um regulamento (...), para as culturais não existe (...).”

Vereador CMM

Não existem quaisquer critérios por parte do município para a atribuição de apoios (financeiros, materiais, logísticos) no desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e recreativo, tal como já existem no âmbito desportivo. Contudo, apesar de estarem a ser projetadas medidas regulamentares, o município indica que há um conjunto de parâmetros e acordos no âmbito da assinatura dos protocolos com as ACR mas que os apoios (financeiros) acabam por ser iguais para todas.

Os apoios logísticos, nós apoiamos à medida que pedem (...). O que pode acontecer é criar incentivos para além do apoio base. Mas agora dizer que se vai apoiar mais um grupo que o outro baseado no número de atividades ou porque desenvolveu mais, pronto, isso tem mais a haver com a própria dinâmica de cada um. (...) E é claro que tu se calhar apoiaste-os mais logisticamente (e se calhar financeiramente) (...). No fim do ano, se nós formos a contabilizar, tu apoiaste sempre mais aqueles que foram mais dinâmicos (...).”

Vice-Presidente CMM

“[N]aturalmente com a consciência de que a despesa de uma filarmónica é diferente da despesa de um grupo folclórico, portanto poderá haver sempre aqui algumas nuances, algumas considerações: a dimensão do grupo ou a despesa que eles têm para que consigam desenvolver a sua atividade.”

Vereador CMM

Acaba por haver maior divergência ao nível de apoios por ocasião da cedência de apoios logísticos e materiais. Isto é, como refere a vice-presidente da CMM,

naturalmente que as ACR que tiverem mais dinamismo vão procurar mais apoios dentro destes termos. E, se o município puder disponibilizar, assim o faz. Apesar de existir uma certa limitação legal, o município suporta, em situações pontuais e de força maior / de necessidade, com apoios monetários, servindo de incentivo devidamente justificado e válido, sendo estas situações excecionais. Será o caso quando a ausência desse apoio poderia colocar em causa o bem-estar e a integridade da comunidade local. Porém, devido a dificuldades existentes no município, prevalece o apoio em termos humanos, logísticos e materiais aquando da realização de atividades pelas ACR.

Existem desafios, a médio / longo prazo para a continuidade do desenvolvimento das atividades das ACR?

“Claro que há sempre momentos de maior dificuldade em concretizar e manter a atividade em funcionamento por razões diversas, quer seja por falta de incentivos, por falta de participantes... Agora sou de opinião que já nem toda a gente tem a disponibilidade e a força de vontade para estas atividades (...). Eu sou muito otimista nesse aspeto e tenho fé nas pessoas porque acabam sempre por arranjar uma solução para o objetivo.”

Vereador CMM

“E se calhar tenho mais dúvidas nos folclores do que nas filarmónicas. Eu vejo grupos folclóricos, como tudo dizes, dependentes de famílias que, ou as famílias se renovam ou acho muito difícil a sua continuidade. Não se calhar num futuro próximo de dois ou três anos, mas próximo de dez ou vinte.”

Vice-Presidente CMM

Existe algum ceticismo relativamente ao universo das ACR e à sua continuidade junto da comunidade local. Algumas ACR, devido às incertezas e desafios que o desenvolvimento local pode vir a trazer para o município, podem vir a ter que encerrar a sua atividade. Pode-se identificar essencialmente a falta de verbas financeiras como principal dificuldade, mas os entrevistados não deixam de parte a própria motivação dos elementos que integram estas ACR devido a questões pessoais / profissionais (horários, exaustão, conformismo). Contudo, ambos identificam o turismo como uma possível ameaça para estas instituições devido à incompatibilidade de horários das pessoas que integram estas atividades culturais. São também colocadas algumas preocupações por parte dos intervenientes relativamente ao envolvimento ativo dos jovens nas ACR.

“(...) [V]ejo cada vez mais as associações a fazerem atividades próprias. Para angariação de fundos, para se promoverem, para captarem a atenção dos jovens. Tu hoje em dia captas as pessoas (isto vai parecer muito mal o que vou dizer) oferecendo alguma coisa em troca (...). Por isso eu acho que existe uma manutenção garantida das associações.”

Vice-Presidente CMM

“Estamos aqui a falar de associações, muitas delas já centenárias. Portanto, quem sou eu para dizer que elas vão encerrar daqui a dois anos. Não acredito que isso vai acontecer (...). Eu sou muito otimista nesse aspeto e tenho fé nas pessoas porque acabam sempre por arranjar uma solução para o objetivo.”

Vereador CMM

Em qualquer caso, ambos os entrevistados entendem que, apesar das ACR passarem por momentos difíceis, tanto no presente como no futuro, estas acabam por ultrapassar as dificuldades através da força de vontade e da resiliência dos elementos dos grupos e da comunidade em geral, recorrendo, por exemplo, à angariação de fundos para a realização de futuras atividades e, ao mesmo tempo, para a consciencialização da importância e relevância destas mesmas associações junto da comunidade local e na promoção da cultura e identidade local e açoriana.

b. Escola Básica e Secundária da Madalena

Representante Escolar	Cargo Escolar
Isabel Aroeira	Presidente do Conselho Executivo

Nesta última parte das entrevistas procurou-se obter mais informação que permitisse encorpar subsidiariamente a resposta à questão de partida relativamente à integração dos jovens nas atividades das ACR. Partimos do entendimento de que é também importante compreender a própria visão dos jovens sobre as dimensões de identidade e de cultura local e açoriana através do desenvolvimento de atividades desta natureza, em contexto escolar, com ou sem envolvimento das ACR do município.

Através da realização de algumas entrevistas exploratórias a professores e outros colaboradores do meio escolar, compreendeu-se que existe uma adesão dos mesmos aos movimentos associativos culturais e recreativos no município. Desta forma, com o intuito de obter uma perspetiva independente sobre a influência e o papel da dinâmica associativa no meio escolar, resolveu-se entrevistar a presidente do conselho executivo (também devido ao cargo que ocupa na instituição). Apesar de ser natural do concelho da Madalena e de ter um conhecimento geral do associativismo recreativo e cultural e das respetivas atividades desenvolvidas no município, a entrevistada não se encontra envolvida ativamente em ACR, o que valoriza assim a perspetiva da mesma sobre as questões do associativismo e a sua influência no meio escolar.

A entidade desenvolve ou tem desenvolvido atividades dentro do contexto cultural e recreativo junto dos jovens?

“(...) [P]ara além das nossas atividades desenvolvidas ao longo do ano e com iniciativa das entidades (culturais e recreativas), por vezes, temos atividades pontuais nas quais são também englobadas as escolas do primeiro ciclo.”

“(...) [A]té na Escola de Artesanato de Santo Amaro (não são atividades que são só desenvolvidas na Madalena), onde tiveram workshops para trabalhar com escamas de peixe e com a casca de milho. E depois também nós próprios fazemos algumas atividades, por exemplo, temos a Semana dos Sentidos. [V]ários workshops que até foi a senhora Paulina, que é das Bandeiras, o professor Francisco Jesus, o irmão do professor António, que faz trabalhos em folhas de drageiro, o José Eduardo, um dos nossos funcionários na escola, ele faz gravação em dentes e ossos de baleia”.

Presidente do Conselho Executivo da EBSM

A entidade desenvolve essencialmente atividades no âmbito educacional, nomeadamente algumas palestras, workshops e mostras artísticas dos jovens. Apesar destas atividades maioritariamente se desenvolverem em âmbito escolar, existem algumas iniciativas que ocorrem fora do ambiente escolar, mas com o intuito de promover a interatividade dos jovens com outras entidades e, essencialmente, com a comunidade local, envolvendo a valorização da cultura e da identidade.

No contexto de interação dos jovens com o elemento cultural e identitário, muitos dos próprios funcionários e docentes participam, promovem e transmitem, junto dos jovens, as suas atividades e conhecimentos, dando a conhecer saberes tradicionais da cultura local criando, assim, também uma dinâmica intergeracional.

Se sim [a entidade desenvolve atividades de âmbito cultural e recreativo junto dos jovens], existem desafios, a médio / longo prazo, para continuidade das atividades de âmbito cultural e recreativo? Se sim, que desafios? (Até que ponto podem ser críticos ou determinantes?)

“[O]s jovens chegam ao décimo segundo ano e vão-se embora para a universidade, o que dificulta a renovação dos grupos destas entidades”.

Presidente do Conselho Executivo da EBSM

A entrevistada realça a dificuldades que os grupos têm em renovar os seus elementos devido à partida de muitos dos jovens para progredir nos estudos ou para procurar saídas profissionais noutras ilhas ou mesmo fora da região. Esta situação, de uma forma indireta pode acabar por colocar em causa atividades como, por exemplo, a realização das charangas de Carnaval.

“[E]u acho que é importante os miúdos, se mesmo a nível de escola continuarem a participar nestas atividades e com os pais e irmãos, a frequentarem estas associações (mesmo assim acho que os miúdos gostam de participar e fazer parte destes grupos) torna-se como um incentivo para haver continuidade”.

Presidente do Conselho Executivo da EBSM

Em todo o caso, a participação dos jovens nestas iniciativas associativas, desde o nível de escola, torna-se um fator importante para criar estímulos à participação nas atividades de âmbito cultural e recreativo, em particular quando existem familiares a frequentar as mesmas, e em especial parentes que não os pais. Tanto mais porque, de acordo com a entrevistada, ainda é “fácil” aliciar e incentivar os jovens, a residir na ilha, a contribuírem com a sua participação neste género de iniciativas. É por isso que ainda não se considera existirem desafios críticos que venham a colocar em causa a continuidade das ACR e das suas atividades, pelo menos a médio prazo.

Na sua perspetiva, como acha que é a recetividade dos jovens a este género de iniciativas?

“Acho que a adesão é muito boa, e é tanto melhor quanto eles estiverem envolvidos nas atividades. Se forem atividades tipo palestras, dependendo do tema, depende do orador e isso tudo, torna-se mais difícil se nós insistirmos nesse género de atividades. Agora tem funcionado bem, e temos apostado bastante em ter os alunos do secundário fazerem atividades para ou com os alunos do segundo ciclo ou junto com os do primeiro ciclo. E aí, eles empenham-se muito e gostam de mostrar as suas atividades”.

Presidente do Conselho Executivo da EBSM

Em contexto de resposta à questão anterior, a perspetiva da entrevistada sobre a recetividade dos jovens a este tipo de de iniciativas, de âmbito cultural e recreativo, fundamenta o reforço de diligências para a sua continuidade. Não deixa de haver uma aposta na promoção da intergeracionalidade, por parte da entidade, para estimular a autonomia dos jovens em criar as suas próprias atividades, junto dos colegas mais novos. Existe assim a possibilidade dos jovens, para além do método de ensino teórico tradicional, contribuir, por um lado, para o desenvolvimento da autoaprendizagem através do seu envolvimento prático e ativo nestas atividades, mas também se potencia o contributo para a construção de um ambiente social mais saudável no meio escolar e, consequentemente, na comunidade local.

É através deste tipo de atividades que se reforça, aparentemente de um modo saudável, os valores de intergeracionalidade, cooperação e entreaajuda, valores que acabam por estar na base, por exemplo, da criação de instituições como a SFLM.

Existe uma ligação da EBSM para com as ACR do município? Se sim, como caracteriza essa ligação?

“Por exemplo, quando temos o Carnaval (desfile), temos a charanga de Carnaval e são normalmente os miúdos que fazem parte das filarmónicas que se juntam, mesmo que sejam de filarmónicas diferentes, que se juntam com a professora Paula Marques, e que formam a charanga. E aí acaba por haver uma própria participação das filarmónicas no contexto escolar (acaba por ser uma parceria). ...)”

Presidente do Conselho Executivo da EBSM

De acordo com a entrevistada, as ligações que existem com as ACR do município são essencialmente de apoio à realização de determinadas atividades em contexto escolar, caso disso é o desfile de Carnaval. Por outro lado, contribui para a integração e desenvolvimento da dimensão cultural dentro do ambiente escolar e na relação com o exterior, através da realização de atividades, tanto em contexto escolar (extracurricular) como extra-escolar.

“[T]ambém com a MiratecArts, costumamos a ter uma parceria que já decorre já há dois anos, e penso que para o ano vai haver a mesma coisa, no primeiro dia, que é o dia do Pro Sucesso, há aquele Festival de Cordas e eles vão às escolas ter com os miúdos. E é uma boa iniciativa. (...) Fizemos também um convite ao maestro Nuno Pereira, das Sete Cidades (filarmónica), para fazer uma apresentação para os miúdos sobre música”.

Presidente do Conselho Executivo da EBSM

A entrevistada reforça ainda que a envolvimento das ACR no contexto escolar é benéfico, não só para o ambiente escolar, mas também, e principalmente, para os jovens, no sentido de criar um elo de ligação entre os jovens e as ACR, permitindo assim a criação de oportunidades da sua participação nestas instituições locais.

Acha que as atividades e os objetivos artísticos e culturais previstos pelas ACR vão ao encontro daquilo que é a melhor forma de cativar os jovens do município / escola?

“[N]o fundo elas estão a tentar cativar os jovens através da música, das artes, e eu acho que essa é uma área muito importante, que é muito aliciante para os nossos jovens. E acho que ao nível da formação integral deles, acho que é fundamental (...) temos que incentivar os jovens a aproveitar estas oportunidades”.

Presidente do Conselho Executivo da EBSM

A forma, numa primeira instância, para cativar os jovens, passa essencialmente por recorrer à própria atividade cultural. Contudo, a entrevistada realça a importância da interação das pessoas mais velhas (especialmente os avós) e o seu papel na cativação e motivação dos jovens para integrar atividades de âmbito cultural.

A presidente do Conselho Executivo da EBSM salienta também a relevância da integração em atividades de âmbito cultural e recreativo, neste caso as filarmónicas, no sentido de promover o espírito de dedicação, notando que pelo facto de existir um vasto leque de outras motivações ou atividades concorrentes cria-se uma maior facilidade em que os jovens se integrem nas mesmas e, de uma certa forma, percam o tradicional empenho / “espírito de sacrifício”.

“E não sei se é a melhor forma de aliciar os jovens, mas sei que eles vêm de lá (das ACRs) com conhecimentos. Mas com o exemplo que te dei há bocado da charanga (de Carnaval), tem sido muito mais difícil organizar do que há uns anos atrás e estas associações são sem dúvida uma mais-valia para escola e para as atividades da escola.”

Presidente do Conselho Executivo da EBSM

A entrevistada destaca ainda o papel que estas ACR têm em toda a comunidade, incluindo o meio escolar, através da implicação dos mais jovens em novas experiências, novos conhecimentos e também no envolvimento com pessoas de outras gerações que, de uma forma ou de outra experienciaram, em muitos casos, a vivência própria de entidades como a SFLM, que concordamos em considerar como escolas de valores e vivências, lembrando de algum modo o papel das *folk high schools* da Dinamarca e da Suécia desde o século XIX (Moreno, 1994, 2007).

5. Conclusões

A compreensão das questões sociais tem hoje de se apoiar fortemente no conhecimento construído a partir ‘de dentro’, para além do que deriva das explicações a partir do exterior. Uma ‘mentalização resiliente’ da comunidade local resulta de sucessivas interações entre os seus membros e os membros do meio envolvente, a diferentes escalas, incluindo os investigadores. A dimensão cultural – em grande parte mobilizada pelas entidades socioculturais e recreativas – é fundamental neste processo, propiciando o entendimento das condições que podem levar a ultrapassar as dificuldades causadas por fatores externos. É também, por outro lado, possível compreender que a construção de uma “mentalidade resiliente” da comunidade local associa-se à sua identidade.

Desta forma, foi proposto através do presente trabalho ir ao encontro de uma compreensão e reflexão académica, como também pessoal, da relevância destas questões do associativismo e identidade (cultural) no âmbito da área de estudos do presente mestrado em Gestão do Território e Urbanismo – a gestão do território e o seu planeamento.

Inerente a estas questões sobre o papel do (re)conhecimento associativo e identitário no processo de planeamento e gestão territorial, tanto é possível criar um conjunto de perceções relativamente ao seu papel na sociedade, como também é importante discutir, debater, refletir sobre as mesmas. São estes elementos que estão na base da reflexão para a resiliência das comunidades atuais, para a qual se pretende contribuir com trabalhos desta natureza. Assim se facilita a análise do trajeto tomado e a possível reconsideração daquele a tomar, nos vários contextos e processos (político, económico, social), de forma a sustentar duravelmente as necessidades e bem-estar da população.

O processo encetado não é estranho à realidade do arquipélago. O isolamento e a insularidade tratou de ser uma realidade determinante para a inspiração e desenvolvimento da reflexão sobre estas questões. O constante espírito de sacrifício que se encontra na maneira de ser do açoriano, aliado fortemente à sua religiosidade cristã, permitiu vingar sobre os desafios impostos pela realidade árdua que a ilha e a própria região encerra em si, e isso dá particular pertinência ao objetivo de entendimento das condições de sustentação da cultura subjacente.

Nos dias que correm, os desafios são ainda outros, relacionados com os desafios colocados às comunidades locais, que decorrem de pressões impostas pela sociedade contemporânea através de fenómenos como os efeitos da globalização e da turistificação, entre outros.

Só por si, estes fenómenos envolvem questões que podem colocar em causa fundamentos como valores, culturas e identidades que caracterizam os territórios. De uma forma ou outra, são estes fundamentos que valorizam e auxiliam a consciencialização de todos os atores envolvidos no processo de manutenção e preservação dos espaços.

É, em parte, um dos papéis, enquanto estudante/investigador, interligar os vários planos que compõem o território. Um desses será o plano cultural, dentro do qual se identificou a problemática, ao procurar relacionar a própria identidade, enquanto jovem estudante deslocado dos Açores, com as questões territoriais. Foi então através deste trabalho que houve a preocupação de analisar o papel do associativismo cultural e recreativo, enquanto dinamizador da cultura açoriana, em relação à preservação identitária, numa perspetiva “*inside-outside*”. Procurou-se também, por outro lado, compreender o papel / função desse associativismo quanto à integração dos jovens neste processo.

Neste contexto, a fim de abordar estas problemáticas, foi entendido que, através dos instrumentos de recolha de informação utilizados – observação / participação ativa e passiva e entrevistas semi-estruturadas – que seria possível, mediante uma leitura mais geral dos três concelhos do Pico, e de atenção mais aprofundada ao concelho da Madalena, criar uma perceção rica em conteúdo, de duplo interesse: para o próprio tecido associativo da ilha e também para o meio académico, em estudos que ligam cultura e território.

Assim, dando resposta às questões de partida, particularmente à que visa obter o conhecimento sobre o papel das associações culturais e recreativas (ACR) em relação à preservação da identidade, compreendeu-se melhor, em primeiro lugar que, de uma forma geral, os espaços são construídos socialmente de acordo com as suas comunidades e as suas culturas estabelecidas no território. É assim que, através das ACR se reveem as pessoas ou comunidades de um determinado meio. Ou seja, as ACR acabam por ser um espelho das dificuldades ou problemas que as pessoas têm no seu dia a dia, quer seja na sua vida pessoal ou profissional. Desta forma, o impacto das ACR na gestão do território e do planeamento municipal revela-se na medida em que estas possuem uma determinada mobilização e compreensão do território, através da organização de festas ou eventos locais, de uma forma que não seria possível ser concretizada através da iniciativa da Câmara Municipal ou de outras entidades.

Partindo para alguma pormenorização dos resultados do estudo, apurou-se, de forma a responder às hipóteses de trabalho, que é possível assumir que existe, de uma forma geral, uma perspetiva positiva em relação ao papel das ACR. Contudo, isso sucede através do trabalho de associações modernas, como a MiratecArts, que

envolvem um denominado “equilíbrio cultural”, nomeadamente no questionamento e/ou desafio dos valores culturais e identitários (é algo sugerida a ideia de serem valorizados os ideais de rivalidade que existem entre as filarmónicas com o sentido de estas melhorarem os seus desempenhos). Ou seja, há consciencialização da necessidade e importância de adequar e inovar a oferta cultural, desenvolvendo e adequando assim o produto cultural aos desafios colocados pelos paradigmas atuais. Parte das associações culturais e recreativas tende cada vez mais a interpretar esta inovação como uma das necessidades para superar as dificuldades impostas, por exemplo, pelos condicionamentos financeiros.

É também através deste questionamento que acaba por ocorrer um maior reconhecimento do valor dos elementos culturais que compõem a identidade açoriana, em relação à sobrevalorização da identidade individual, realçando a necessidade de consciencialização das pessoas para a importância da valorização de base associativa feita nesse sentido.

Salienta-se também como importante o papel das associações centenárias, através da sua representatividade artística e histórica no território. Isto é, a influência exerce-se através das capacidades dessas envolverem toda uma comunidade e de repercutirem o sentimento de identidade em todos o que contribuem e participam nas suas atividades, especialmente nas angariações de fundos para a manutenção da entidade e o desenvolvimento de futuras atividades.

Por outro lado, de uma forma geral, existe uma certa discordância entre o poder local e as ACR sobre as possibilidades e mais valias do processo cultural-identitário e, consequentemente, da pessoa coletiva (associação) como contributo para a tomada de decisão e gestão dos espaços culturais e das respetivas atividades a serem desenvolvidas no município. Considera-se, não obstante, uma mais valia o sentido de compreensão dos responsáveis do município em relação à medida tomada quanto a procurar, através do Centro de Formação Artística da Madalena (CFAM), complementar e auxiliar o universo associativo cultura e recreativo. É neste sentido que atores como a escola e o próprio CFAM surgem como forma de colmatar e de criar bases de progresso, ao nível musical e artístico, dos mais jovens através das suas atividades desenvolvidas.

Apesar dos desafios e problemas que possam vir a surgir entre os vários atores culturais do município, através dos instrumentos de análise aplicados, nota-se que os membros e responsáveis destas instituições possuem uma certa capacidade de resiliência. É através deste sentimento que permite-se ultrapassar as situações adversas impostas por fatores externos (falta de audiência nas suas atividades, falta de verbas e material e outros aspetos logísticos). Este sentimento de resiliência,

através da existência de canais de comunicação entre as ACR e o poder local, pode ser encarado como uma mais valia para o município. Isso permite projetar medidas regulamentares adequadas a todos os atores relevantes no universo cultural, como também permite fazer transparecer a existência de organização e planeamento para a comunidade local, assim como em relação aos visitantes em contexto turístico.

No que diz respeito à questão dos jovens no contexto associativo, coloca-se um cenário diferente. Apesar de existir um ponto de vista positivo, através da generalidade dos resultados, a realidade demonstra, por um lado, uma certa descontextualização de algumas ACR em relação à disponibilidade, inovação e adequação da sua abordagem para com os jovens; por outro lado, em consequência de uma abrangente oferta de atividades desenvolvidas no município, os jovens tendem a abdicar / prescindir de colaborar e participar em iniciativas que promovam a valorização cultural e identitária.

Contudo, parte-se do pressuposto que a existência destas ACR deveria incentivar, por um lado, o envolvimento dos jovens na participação e organização de atividades a nível musical, teatral, de dança, criando assim uma dinâmica implícita na relação entre as ACR, os jovens e a escola. É neste sentido que é importante a interação das associações de âmbito cultural e identitário junto dos jovens nas escolas, através do desenvolvimento de atividades, workshops, sessões de esclarecimento, palestras, mostras, entre outras atividades dentro do âmbito cultural. Inclui-se a consciencialização dos jovens, favorecendo a sua capacidade de intervenção no processo de aprendizagem de outros jovens mais novos, contribuindo para promover o sentido de entreajuda e autoaprendizagem.

Por exemplo, através da atividade “Mostra de Artes”, desenvolvida por iniciativa escolar, promovem-se atividades que são desenvolvidas pelos próprios jovens em contexto do CFAM. Através desta atividade, não só se verifica o apreço e dedicação dos jovens na integração e aprendizagem de matéria artístico-cultural, como também, por outro lado, se nota a existência de uma dinâmica entre as famílias (com especial atenção às faixas etárias dos mais idosos – avós, tios) que acabam por motivar os jovens na continuação neste género de atividades.

Em suma, o trabalho desenvolvido não se refere somente a um estudo do contexto e da realidade associativa (em geral) na ilha do Pico. Trata-se também de uma chamada de atenção para a relevância destas associações, não só nos processos sociais da comunidade local, mas também no próprio papel destas entidades na valorização e preservação dos espaços de interesse público, cultural e histórico no território.

Trata-se de ver o associativismo cultural e recreativo como elemento de consciencialização das comunidades locais para a importância da preservação da

identidade, da cultura e das tradições numa sociedade globalizada e consumista, pois é neste contexto societário que as comunidades locais determinam canais para a divulgação da cultura, reconhecendo a necessidade de fazer acompanhar as dinâmicas associativas de critérios em relação a apoios públicos para a continuação de trabalhos culturais relevantes a serem desenvolvidos no município.

Lembremos que a realidade açoriana é sobretudo uma complexa consequência dos fatores naturais de um arquipélago, em combinação adaptativa com o legado de culturas e identidades do Norte a Sul de Portugal, principalmente. Tal como para outros territórios portugueses, seria relevante – nos Açores e no Pico – a consideração de uma maior amplitude de estudo, de inventário associativo cultural e identitário. Esta ideia prende-se com o facto de existirem outras atividades de âmbito identitário que não constam no grupo estudado de associações de promoção cultural e recreativa, mas que igualmente procuram promover e preservar o conceito identitário da ilha e dos Açores. Exemplo disso são as atividades no âmbito dos botes baleeiros que, apesar de corresponderem a atividades náuticas de âmbito desportivo / competitivo e turístico, a lógica da atividade reserva-se essencialmente à preservação da identidade e tradição baleeira na ilha do Pico e nos Açores.

Para além destes aspetos focados, levantam-se algumas questões relativamente a algumas das estruturas de organização social no território, nomeadamente em relação ao papel atual das Casas do Povo no contexto sociocultural das comunidades locais. Isto é, considerando que as Casas do Povo eram um elemento corporativista do Estado Novo, atualmente, nos Açores, muitas delas ainda continuam no ativo, como entidades associativas locais. Contudo não foram consideradas no presente trabalho por não serem diretamente promotoras de atividade cultural e identitária. Exemplo disso é o facto de muitas atividades desenvolvidas nas Casas do Povo serem organizadas por externos grupos de idosos, de jovens ou grupos folclóricos. No entanto, deixamos assim a sugestão de uma possível regeneração das Casas do Povo através da criação de atividades que não deixam de envolver o turismo, com a participação da comunidade local (domínios privado e público), a fim de recriar, em termos de material e informação, parte da história da freguesia.

Bibliografia

1. Albino, J. (1997) Desenvolver Desenvolvendo - Práticas e Pistas para o Desenvolvimento Local no Alentejo. Messejana: ESDIME C.R.L
2. Bonnemaison, J. (2005). Culture and space: Conceiving a new geography (Vol. 8). IB Tauris.
3. Brandão, R. (2014). As ilhas desconhecidas. Edições Vercial.
4. Cerulo, K. (1997). Identity Construction: New Issues, New Directions. Annual Review of Sociology, n. 23, pp. 385-409.
5. Chelotti, M. (2010). Reterritorialization and territorial identity. Sociedade e Natureza, 22(1), 165-180.
6. Cruickshank, J. (2016). Is culture-led redevelopment relevant for rural planners? The risk of adopting urban theories in rural settings. International Journal of Cultural Policy, 1-19.
7. Cruz, F. (2017). Cultura e cidade: abordagem multidisciplinar da cultura urbana.
8. Cruz, V., *et al.* (2005). Livro das Paisagens dos Açores: Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores. Horta: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar/Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.
9. Da Câmara, J. (1980). Música tradicional açoriana: a questão histórica (Vol. 56). Bertrand.
10. DGOTDU – Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2007) PNPO – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Relatório, Lisboa: DGOTDU
11. Dias, J. (2011) História do Povo Açoriano. Publiçor. Ponta Delgada, 25-29; 261-288
12. Dubar, C. (1997). A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora.
13. Erikson, E. (1959). Identity and the life cycle: Selected papers. Psychological issues
14. Fernandes, E. (2003) O associativismo no tempo da globalização: voluntariado e cidadania democrática. Intervenção Social, 27. Lisboa. 159-190
15. Ferro, L., Raposo, O. e Gonçalves R. (2015) Expressões artísticas urbanas: Etnografia e criatividade em espaços atlânticos. Editora Mauad X, FAPERJ, Rio de Janeiro, ISBN 978.85.7478.763-3
16. Garcia, A. (2011). O Turismo Sustentável como Instrumento de Desenvolvimento Económico: o caso das Ilhas do Triângulo Açorianas. Lisboa, UTL-ISEG, dissertação de mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais. 65 p.
17. Gaspar, J.; Honório, F.; Honório, F.; Simões, J. (1982) Transformações Recentes na Geografia do Futebol em Portugal. Finis terra. Lisboa
18. Gonçalves, F. (2008). Cultura e Identidades Açorianas. As Palestras Radiofónicas de Francisco Carreiro da Costa (1945-1974). Universidade dos Açores, dissertação de mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, 189 p. + anexos.
19. Goulart, M. (2009). A Casa Rural da Ilha do Pico. IV Congresso Histórico de Guimarães - Do absolutismo ao Liberalismo. 4.^a Secção – História e Geografia das Populações. Câmara Municipal de Guimarães. 275-297.
20. Gregory, D., Johnston, R., Pratt, G., Watts, M. e Whatmore, S. (eds.) (2009). The dictionary of Human Geography. Wiley-Blackwell, 5th edition, 1052 p.

21. Halhead, V. (2006). "Rural Movements in Europe: Scandinavia and the Accession States", *Social Policy and Administration*, Vol. 40 (6). 596–611.
22. Kumar, R. (2005). *Research Methodology-A Step-by-Step Guide for Beginners*. edited by Sage Publications.
23. Leal, J. (1994). *As festas do Espírito Santo nos Açores: um estudo de antropologia social*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
24. Leitão, S., Ramos G., Silva, A. (2009) Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal, *Colectividades de Cultural, Recreio e Desporto*, pp.18-19; 32-33; 48-49; 73-9. Lisboa
25. Llewellyn, S., e Northcott, D. (2007). The "singular view" in management case studies. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 2(3), 194-207.
26. Mannheim, K. (1952). *Essays on the sociology of knowledge*. Edited by Paul Kecskemeti. Routledge and Kegan Paul.
27. Marques, C. (2015) *Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas: Revitalização dos Espaços Pós-Suburbanos*. ed. 1. Editora Caleidoscópio, 269-349.
28. Melo, D. (1990). *Nas memórias das gentes, Livro II. Volume I*. Ed. Secretaria Regional de Educação e Cultura. Angra de Heroísmo
29. Miranda, J., Medeiros, R., e Ferreira, E. P. (2005). *Constituição portuguesa anotada*. Coimbra Editora.
30. Moreno, L. (1994). Information and agricultural changes in the EC. Regional Conference of International Geographical Union, Prague, August 22-26, 1994. Papers presented by the Human Geography Research Unit of the CEG, EPRU 41. University of Lisbon, CEG, Lisbon Portugal, 79–96.
31. Moreno, L. (2007). *Desenvolvimento territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa, FLUL. http://ceg.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2016/04/LMoreno_DesenvTerritRural07.pdf.
32. Pires, A. (2009) Os Açores, Geografia ou História – eis a questão. In *Reflexão sobre mundividências da açorianidade*. P 37-44. Universidade dos Açores.
33. Proshansky, H., Fabian, A. e Kaminoff, R. (1983). Place-identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*. 3. 57-83. 10.1016/S0272-4944(83)80021-8.
34. Quivy, R., e Van Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*.
35. Pedro-Rêgo, P. (1993) O associativismo e a identidade cultural: Uma perspectiva localista. *Economia e Sociologia* nº 55, pp. 177-194. Évora
36. Rasteiro, D., Silva, R., Luzia, A. (2015) Almada, o desenvolvimento local e o associativismo. *Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas: Revitalização dos Espaços Pós-Suburbanos*. ed. 1. Editora Caleidoscópio, 69-75
37. Ribeiro, S. (2009). O Associativismo neste tempo histórico – reflexões de um economista [Capítulo 1. Geografia, História e natureza das Associações], in Simão Cardoso Leitão, *et al.*, *Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Uma Caracterização do Associativismo Confederado em Portugal*. Lisboa, CPCCRD, pp. 58-131.
38. Roca, Z., e Mourão, J. C. (2003). Identidade e desenvolvimento territorial entre a retórica e a prática. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, 1(9).
39. Rofstentscher, S. (2000), Democracia associativa. As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia?, in: VIEGAS, J M L; DIAS, E C (org.) - *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras, Celta Editora.

40. Santos, C., & Mesquita, M. H. (2011). Proprietários da Madalena e Criação Velha (Ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e património (estudo de casos). Família, Espaço e Património, 25-45.
41. Santos, C., & Mesquita, M. H. (s.d.) População E Distribuição Da Propriedade Na Paisagem Da Cultura Da Vinha Da Ilha Do Pico-O Caso Da Madalena E Criação Velha Em Finais Do Século Xix. *Alto Douro E Pico*, 83.
42. Santos, N. P. (2008). Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas. Imprensa da Universidade de Coimbra/.
43. Scivoletto, A. (1983) "Filosofia" del território. In Sociologia del território. Ed. Milan: Angeli.
44. Serrano, M.; Neto, P. (2013) - Espaço. Perspectivas Multidisciplinares sobre a Construção dos Territórios, Edições Sílabo, Lisboa, pp. 41-53
45. Serviço Regional de Estatística dos Açores (2012). Censos 2011: Principais Resultados Definitivos dos Censos 1991 e 2011. *Angra do Heroísmo*:
46. Silva, J.(1996) Guia para a Elaboração de Planos Estratégicos de Cidades Médias. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.
47. Storper, M. (1997) The Regional World: Territorial Development in a Global Economy. New York: Guilford.
48. Tajfel, H. e Turner, J.(2004). The Social Identity Theory of Intergroup Behavior.
49. Tajfel, H.e Turner, J.(1986). The social identity theory of intergroup behavior. Psychology of intergroup relations, 7-24
50. Tavares, C. (2011). O associativismo e a participação cívica dos jovens em meio rural. Tese de Mestrado em Serviço Social. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa
51. Tjarve, B., e Zemīte, I. (2016). The Role of Cultural Activities in Community Development. Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis, 64(6), 2151-2160.
52. Tylor, E. (1871). Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom (Vol. 2). J. Murray. (Ed. 1920)
53. Viegas, J.. (1986) Associativismo e dinâmica cultural. Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa. ISSN 0873-6529. 1, 103-121.
54. Viegas, J. (2014). Associativismo, Sociedade Civil e Democracia, Análise Associativa n.º 1 [Número temático "Democracia e Associativismo"], Nov. 2014, CPCCRD, pp. 36-51.
55. Vieira, P. (2001), Associativismo: problematizar o seu potencial para estruturar e enriquecer as relações sociais, Cadernos de Ciências Sociais nº 21/22, 151-218.
56. Yin, R. (1994). Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos (2 ed.). Porto Alegre: Bookman.

Legislação Consultada

1. Lei Constitucional n.º 1/2005. Diário da República n.º 155/2005, I Série de A de 2005-08-12
2. Decreto-lei 4/82. Diário da República n.º 8/1982, Série I de 1982-01-11;
3. Decreto-Lei n.º 106/2008. Diário da República n.º 121/2008, Série I de 2008-06-25
4. Lei n.º 31/2014. Diário da República n.º 104/2014, Série I de 2014-05-30
5. Decreto Legislativo Regional n.º 9/2014/A. Diário da República N.º 126 Série I de 2014-07-03

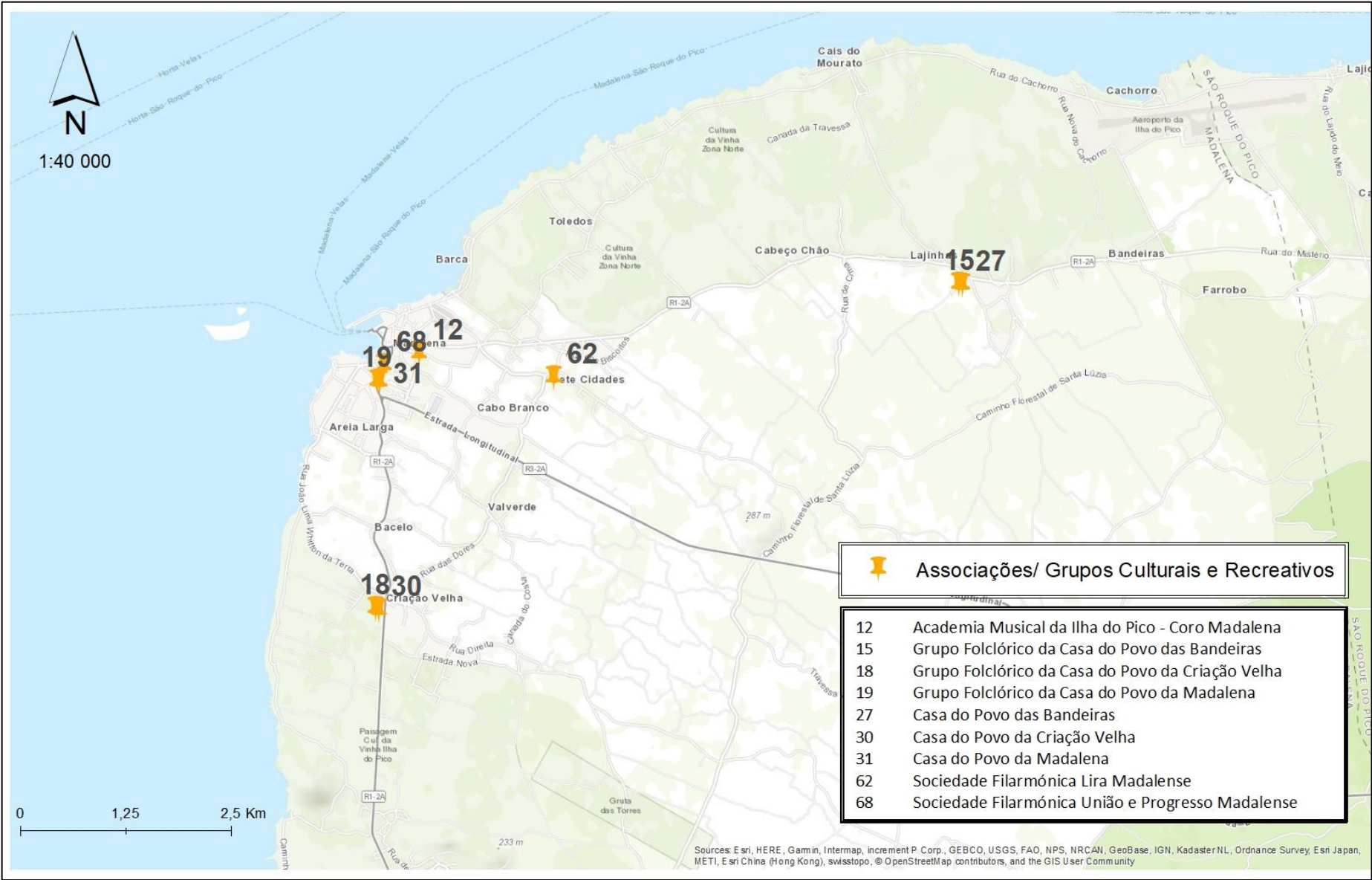
6. Lei n.º 107/2001. Diário Da República n.º 209, I Série de A de 2001-09-08
7. Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2014/A. Diário da República n.º 240, I Série de 2014-12-12
8. Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2005/A. Diário da República n.º 199, I Série B de 2005-10-17

Bibliografia / Documentação Virtual

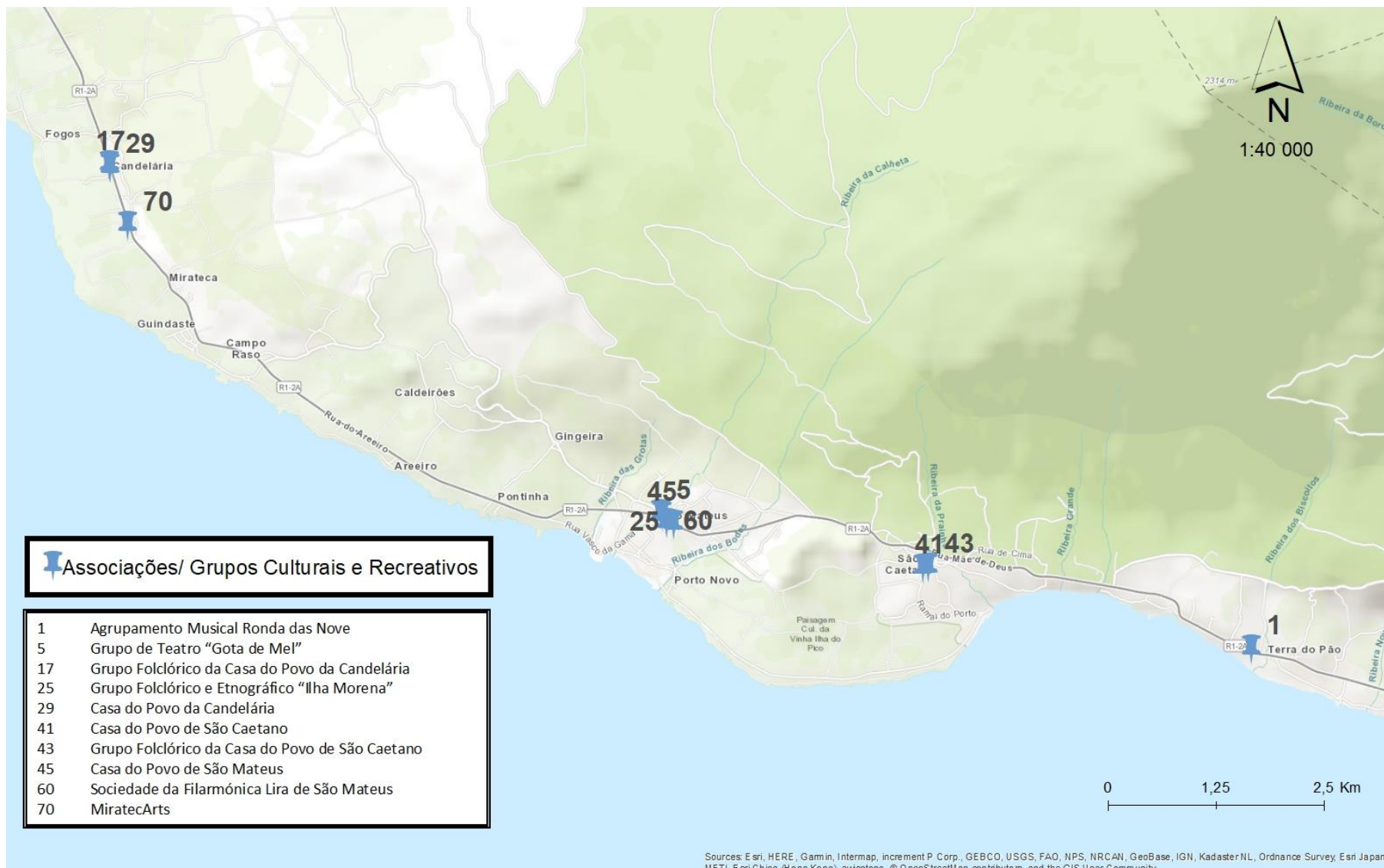
1. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2013), [online] Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/chave> [Acedido a 21 de Dec. 2018]
2. Vimeo. (2012). Grupo de folclore da Candelária - Chamarrita. [online] Disponível em: <https://vimeo.com/39420701> [Acedido a 26 Dec. 2018].
3. YouTube. (2013). Ilha da Montanha (Pico Acores). [online] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nxKTpeeHGrM> [Acedido a 26 Dec. 2018].
4. YouTube. (2017). Documentário "Por isso é que eu sou das Ilhas de Bruma". [online] Disponível em: <https://youtu.be/eAnTXkbQBDk> [Acedido a 27 Dec. 2018].
5. YouTube. (2018). Visita Guiada à Ilha do Pico, nos Açores - Portugal (480p). [online] Disponível em: <https://youtu.be/aGUSDWPoFOo> [Acedido a 18 Dec. 2018].
6. YouTube. (2017). O Povo Que Ainda Canta - 12 - Chamarritas do Faial e do Pico. [online] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z2qWPqd9iz0> [Acedido a 26 Dec. 2018].

ANEXOS

ANEXO I. Mapeamento do Universo Associativo - Pormenor (Zona Norte)



ANEXO II. Mapeamento do Universo Associativo - Pormenor (Zona Sul)



ANEXO III – Guião de Entrevistas Exploratórias

Associações Culturais e Recreativas

1. Para si, o que identifica como sendo elemento identitário na ilha do Pico? (3 Exemplos)
2. Na sua opinião, qual o papel das associações culturais e recreativas, sediadas na ilha do Pico, na preservação da identidade açoriana?
3. De que forma o planeamento poderá contribuir no trabalho das associações culturais e recreativas (ACR) da ilha do Pico, em matéria de cultura, com expressão territorial?
4. De que modo as ACR do Pico implicam os mais jovens na preservação da identidade cultural?
5. Estão as associações culturais e recreativas providas de recursos suficientes a fim de complementar o investimento cultural próprio do município?
6. Que outra entidade/pessoa seria, na sua opinião, de interesse colocar estas mesmas questões?

ANEXO IV – Guião de Entrevista

Associações Culturais e Recreativas (Geral)

Identificação

- a) Nome da associação
- b) Data de criação
- c) Pessoa(s) responsável(eis)

1. Quais as principais atividades desenvolvidas pela associação a nível local (2-3 exemplos)?
2. Como avalia o nível de iniciativa/proatividade da comunidade local na promoção de atividades culturais e recreativas? (Classificação 1 = sem iniciativa/10 = todas as diligências possíveis, procurando mobilizar todos os atores relevantes)
3. Existem desafios, a médio/longo prazo para continuidade das atividades da associação?
Se sim, que desafios? (Até que ponto podem ser críticos ou determinantes?)
4. Como avalia a ligação da associação para com o poder local? (Género de contactos, de que forma são apoiados, etc.)
 - a. Existem lacunas que se tentam resolver? Se sim, de que forma?
5. Qual o papel das associações culturais e recreativas na preservação da identidade açoriana? (O papel real, o potencial e o desejado)

ANEXO V – Guião de Entrevista

Associações Culturais e Recreativas (Pormenor)

Identificação

- d) Nome da associação
- e) Data de criação
- f) Pessoa(s) responsável(eis)

1. Que atividades são desenvolvidas no âmbito da associação/grupo?
2. Tem colaborado em parcerias com outras entidades na realização de atividades? Se sim, que entidades? Se não, porquê?
 - 2.1. Tendo existido colaboração em parcerias para a realização de atividades, existiram entropias / disfunções / problemas aquando a(s) sua(s) realização(ões)?
3. Como avalia a qualidade da ligação da associação ao poder local? (entre 0 - Má e 10 - Excelente)
 - 3.1. Acha que existem lacunas que se tentam resolver? Se sim, de que forma?
4. Acha que a atual oferta cultural no município encontra-se enquadrada/ajustada às necessidades do município (comunidade local)? Porquê?
5. Existem atualmente critérios para a atribuição de fundos/apoios às ACR's para a realização de atividades de âmbito cultural e recreativo no município?
6. Até que ponto as diferentes gerações se compatibilizam ou conflituam nos atuais processos de valorização / qualificação cultural e identitária (entre 0 - Conflito / oposição máxima e 10 - Perfeita compatibilidade / disposição total). Procure explicar esta sua pontuação.
7. Atualmente o universo associativo cultural e recreativo encontra-se adaptado/adequado em relação aos atuais e futuros desafios do município e da respetiva comunidade local?

ANEXO VI – Guião de Entrevista

Poder Local – Câmara Municipal

Identificação

- g) Nome da entidade
 - h) Pessoa responsável
1. Quais as principais atividades/eventos, a nível cultural e recreativo, desenvolvidas pelo município a nível local (2-3 exemplos)?
 2. Sente carência de adesão, em termos da população local, às atividades culturais e recreativas desenvolvidas pelo município?
 - a. E especificamente das faixas etárias mais jovens?
 3. Existe ligação das associações culturais e recreativas (ACR's) no desenvolvimento/promoção destas atividades/eventos municipais?
 - a. Se sim, de que forma estas contribuem e como classifica esta participação (0 – Existe fraca motivação e com várias entropias/ 10 – Existe uma participação saudável e benéfica)?
 4. Como avalia a ligação/interação das ACR's no desenvolvimento das atividades culturais e recreativas no município?
 5. Como avalia a ligação das ACR's entre si e junto da comunidade local?
 - a. E em particular, junto dos jovens?
 6. De que forma classifica os apoios (financeiros, logísticos) para com as ACR's e a sua respetiva atribuição/distribuição? (Classificação 1- Não existem e/ou não seguem quaisquer critérios/ 10 – Total apoio em todos os parâmetros seguindo um grupo de critérios e normas)
 7. Existem desafios, a médio/longo prazo para a continuidade do desenvolvimento das atividades das ACR's?

ANEXO VII – GUIÃO DE ENTREVISTA

Escola Básica e Secundária da Madalena

Identificação

- i) Nome da entidade
 - j) Pessoa responsável
-
1. A entidade desenvolve ou tem desenvolvido atividades dentro do contexto cultural e recreativo junto dos jovens?
 2. Se sim, existem desafios, a médio/longo prazo, para continuidade das atividades de âmbito cultural e recreativo? Se sim, que desafios? (Até que ponto podem ser críticos ou determinantes?)
 3. Na sua perspetiva, como acha que é a receptividade dos jovens a este género de iniciativas?
 4. Existe uma ligação da EBSM para com as ACR's do município? Se sim, como caracteriza essa ligação?
 5. Acha que as atividades e os objetivos artísticos e culturais previstos pelas ACR's vão ao encontro daquilo que é a melhor forma de cativar os jovens do município/escola?

ANEXO VIII – CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DA MIRATECARTS

ACTIVIDADE	INÍCIO	FIM
FESTIVAL DA MONTANHA	02-01-201702-01-201702-01-201702-01-2017	31-01-201731-01-201731-01-201731-01-2017
AZORES FRINGE FESTIVAL	01-06-201701-06-201701-06-201701-06-2017	30-06-201730-06-201730-06-201730-06-2017
FESTIVAL DE CORDAS	10-09-201710-09-201710-09-201710-09-2017	17-09-201717-09-201717-09-201717-09-2017
ANIMAPIX	06-12-201706-12-201706-12-201706-12-2017	10-12-201710-12-201710-12-201710-12-2017
FESTA DO VIME	04-03-201704-03-201704-03-201704-03-2017	05-03-201705-03-201705-03-201705-03-2017
DIA MUNDIAL DO TEATRO	17-03-201717-03-201717-03-201717-03-2017	17-03-201717-03-201717-03-201717-03-2017
DIA MUNDIAL DA POESIA	21-03-201721-03-201721-03-201721-03-2017	21-03-201721-03-201721-03-201721-03-2017

ATIVIDADE	INÍCIO	FIM
DIAS DE MELO (MEMÓRIA)	08-04-201708-04- 201708-04-201708-04- 2017	08-04-201708-04- 201708-04-201708-04- 2017
DIA MUNDIAL DA ARTE	15-04-201715-04- 201715-04-201715-04- 2017	15-04-201715-04- 201715-04-201715-04- 2017
DIA MUNDIAL DO SORRISO	28-04-201728-04- 201728-04-201728-04- 2017	28-04-201728-04- 201728-04-201728-04- 2017
DIA INTERNACIONAL DA DANÇA	29-04-201729-04- 201729-04-201729-04- 2017	29-04-201729-04- 201729-04-201729-04- 2017
DIA INTERNACIONAL DO BURRO	08-05-2017	08-05-2017
ENCONTRO PEDRAS NEGRAS	26-05-2017	28-05-2017
DIA INTERNACIONAL DA MÚSICA	01-10-2017	01-10-2017

S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D							
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7							
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14							
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21							
S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D							
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7							
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14							
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21							
S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D							
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7							
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14							
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21							

NOTA: As atividades apresentadas no calendário apenas representam as intervenções culturais de maior visibilidade no concelho da Madalena, sendo que o grupo desenvolve outras atividades com base na filarmónica nos municípios adjacentes, como também possui outras atividades, no âmbito da orquestra ligeira e de sopros, que não constam no presente calendário.

CAPÍTULO QUARTO

ARTIGO DÉCIMO QUINTO: — A execução social corresponde ao ano civil.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO: — Será feito um balanço anual, com referência a trinta e um de Dezembro e aos lucros líquidos apurados, deduzida a percentagem de cinco por cento para o fundo de reserva legal, enquanto ele não estiver integrado ou sempre que se torne necessário reintegrá-lo, será dado o destino que a Assembleia Geral deliberar por maioria simples.

CAPÍTULO V

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO: — A Assembleia Geral poderá ser convocada por um mínimo de dois sócios, por carta registada para os domicílios dos restantes sócios com oito dias de antecedência, com as indicações expressas dos assuntos que irão ser tratados.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO: — Haverá obrigatoriamente uma Assembleia Geral ordinária anual para discussão do balanço e aprovação de contas.

ARTIGO DÉCIMO NONO: — As decisões da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples de dois terços do capital, salvo quando a lei ou pacto social exigirem três quartos do capital.

CAPÍTULO VI

ARTIGO VIGÉSIMO: — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remunerações, conforme deliberação social tomada em Assembleia Geral por maioria simples, caberá ao sócio José Gonçalves Cerqueira.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO: — Para a sociedade ficar validamente obrigada é necessária a assinatura de pelo menos dois sócios.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO: — É proibido aos sócios obrigar a sociedade em quaisquer actos ou contratos que respeitem a negócios alheios à sociedade, tais como letras de favor, fiança ou abonações, respondendo directamente perante a sociedade pelos prejuízos que a sua actuação vier a causar.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO: — Em tudo o mais regerá a Lei de onze de Abril de mil novecentos e um.

Assim o disseram e outorgaram,

Arquivo uma certidão comprovativa de que na Conservatória do Registo Predial deste concelho não se encontra matriculada nenhuma firma com a agora indicada ou a ela igual ou por tal forma semelhante que se possa confundir.

Adverti os outorgantes da obrigatoriedade do registo do presente acto, na mencionada Conservatória Predial no prazo de três meses a contar de hoje.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo em voz alta e na presença simultânea de todos.

José Maria Gonçalves Cerqueira
Manuel Ferreira
Raimundo Fernandes Martins
Armindo Domingues Sá

O Notário,

Eduardo Manuel Tavares de Melo

SOCIEDADE FILARMÓNICA LIRA MADALENSE

Certidão

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e dois de Abril de mil novecentos e oitenta e dois, lavrada neste cartório e emendada de folhas quarenta e quatro verso a folhas quarenta e cinco, no livro de notas para escrituras diversas número quarenta e sete, foram alterados os estatutos da Sociedade Filarmónica Lira Madalense, com sede no lugar das Sete Cidades, freguesia e concelho de Madalena, a qual passará a reger-se pelos seguintes:

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO E FINS DA SOCIEDADE

Art.º 1: — A Sociedade Filarmónica LIRA MADALENSE, fundada em Setembro de 1933, no lugar das Sete Cidades, freguesia e concelho de Madalena do Pico, rege-se de harmonia com os presentes estatutos.

Art.º 2: — A Sociedade tem por fim o desenvolvimento cultural dos seus sócios, e do público em geral, através de manifestações diversas, tais como festas, conferências, fomento de leitura, realizações desportivas, e, sobretudo, através do estudo e difusão da música.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS E SUA ADMISSÃO

Art.º 3: — A Sociedade compor-se-á de três categorias de sócios: honorários, beneméritos e efectivos.

Art.º 4: — São sócios honorários os que a Sociedade pretenda distinguir, em virtude de relevantes serviços prestados à mesma, ou que a ela tenham dedicado significativas atenções.

Art.º 5: — São sócios beneméritos os que tenham realizado dádivas ou ofertas, nunca inferiores a cem mil escudos.

Art.º 6: — A designação de sócios honorários e beneméritos é da exclusiva competência da assembleia Geral, mediante proposta da Direcção.

Art.º 7: — São sócios efectivos os actuais tocadores da Filarmónica.

1.º — Os tocadores, que de futuro se inscrevam, só gozarão dos mesmos direitos, e serão considerados sócios efectivos, decorridos um ano após a sua inscrição.

Art.º 8: — A admissão de tocadores será feita pela Direcção, mediante proposta do Regente, ou por três sócios efectivos, ouvido, neste caso, o Regente.

Art.º 9: — Quando um tocador deixar de o ser, por razões devidamente justificadas, e depois de ter dado o seu contributo à Sociedade, por um período igual ou superior a 25 anos, poderá a Direcção, nos termos do artigo 6.º, propor, à Assembleia Geral, a sua nomeação para sócios honorários.

1.º — Quando, por razões devidamente justificadas, um tocador abandone a sua actividade, sem ter atingido aquele tempo, poderá ser mantido como sócio efectivo, caso a Direcção delibere nesse sentido.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS EFFECTIVOS

Art.º 10.º — O sócio efectivo tem direito a:

- a) — Participar nas sessões da Assembleia Geral;
- b) — Votar e ser eleito para os diferentes cargos da Sociedade;
- c) — Gozar de todas as regalias proporcionadas pela Sociedade;

Art.º 11.º — O sócio tem o dever de:

- a) — Cumprir os estatutos;
- b) — Aceitar os cargos para que seja eleito ou nomeado, pela primeira vez;
- c) — Trabalhar e zelar pelo bom nome e progresso da Sociedade.

Art.º 12.º — Quando o bem da Sociedade reclamar a saída de qualquer sócio, a Assembleia Geral pode determiná-lo, sob proposta da Direcção.

1.º — Até à decisão da Assembleia Geral, pode a Direcção usar da faculdade de suspensão preventiva.

Art.º 13.º — Quando um sócio abandonar a Filarmónica, por mais de um mês, sem ter justificado, convenientemente, essa ausência, perde o direito de sócio.

1.º — Se pretender regressar à Sociedade, sujeitar-se-á aos trâmites normais de admissão de sócios, previstos nos artigos 7.º e 8.º.

CAPÍTULO IV

DOS CORPOS GERENTES

Art.º 14.º — São Corpos Gerentes da Sociedade:

1.º — A Assembleia Geral, composta por um presidente, dois Secretários e todos os sócios efectivos, no uso pleno dos seus direitos;

2.º — A Direcção composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e dois Vógeis suplentes;

3.º — O Conselho Fiscal composto por um Presidente e dois Secretários.

Art.º 15.º — A Assembleia Geral reúne ordinariamente no terceiro Domingo de Dezembro, convocada pelo seu presidente, para apreciação e aprovação de contas e eleição dos Corpos Gerentes, e, extraordinariamente, todas as vezes que legalmente for convocada e o interesse da Sociedade o exija.

1.º — No impedimento do Presidente, as respectivas funções serão desempenhadas por um dos Secretários e, na falta destes, por um sócio efectivo escolhido no momento.

2.º — A convocação da Assembleia Geral obedecerá às disposições legais constantes dos artigos 173.º e 174.º do Código Civil, excepto no envio de postais de aviso, que serão substituídos por outros meios, julgados mais convenientes.

3.º — A Assembleia Geral não pode deliberar sem a presença de, pelo menos, metade dos seus sócios.

4.º — Quando à hora marcada na convocatória, não se verificar o «quorum» expresso no número anterior, a Assembleia Geral deliberará, passada uma hora, com qualquer número de sócios.

Art.º 16.º — Os corpos Gerentes tomam posse, logo após as eleições, e verificados os resultados pela mesa da Assembleia Geral;

Art.º 17.º — É da competência da Assembleia Geral:

- a) — Admitir novos sócios nos termos do artigo 6.º;

- b) — Aprovar os estatutos e regulamentos submetidos pela Direcção;

- c) — Aprovar anualmente o relatório de contas, apresentado pelo Conselho Fiscal;

- d) — Eleger anualmente os Corpos Gerentes;

- e) — Destituir a Direcção e despedir qualquer sócio, quando a presença deste se torne incompatível com os interesses da Sociedade;

- f) — Resolver todos os assuntos que forem submetidos pela Direcção.

Parágrafo único: — Para a destituição da Direcção serão necessários os votos expressos de 75% dos sócios, em actividade de funções.

Art.º 18.º — A Direcção reúne, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, todas as vezes que forem necessárias, só podendo tomar decisões, desde que, cumulativamente, se verifiquem as seguintes condições:

- 1.ª — Convocatória feita, oralmente ou por escrito, com 48 horas de antecedência;

- 2.ª: — Presença do Presidente ou do Vice-Presidente;

- 3.ª: — Presença de mais de metade dos seus membros.

Art.º 19.º — Compete à Direcção:

- a) Executar as Deliberações da Assembleia Geral;

- b) — Propor a admissão e exclusão de sócios, conforme os artigos 6.º e 12.º;

- c) — Admitir novos sócios e manter outros, conforme os artigos 7.º e 9.º — 1.º;

- d) — Fixar preços para qualquer serviço prestado pela Sociedade;

- e) — Ceder as instalações da Sede ou as desportivas, para fins não contrários aos da Sociedade, e mediante condições fixadas entre as partes;

- f) — Propor à Assembleia Geral a aprovação de Estatutos e regulamentos;

- g) — Propor à Assembleia Geral outros assuntos de interesse da Sociedade, pelo que poderá convocar a própria Assembleia Geral, se o assunto o exigir, ou tenha sido reclamado pelo Conselho Fiscal, ou, ainda, por 2/3 dos sócios efectivos;

- h) — Nomear comissões para a coadjuvarem nos seus trabalhos;

- i) — Dirigir toda a correspondência e tomar conhecimento de todo o expediente;

- j) — Aceitar a justificação de faltas dos sócios efectivos, devendo, para o efeito, ouvir o Regente;

- l) — Zelar pela conservação e reparação do património da Sociedade;

- m) — Tomar todas as iniciativas, julgadas convenientes, para o progresso da Sociedade e consecução dos fins para que foi criado.

Art.º 20.º — Compete ao Presidente da Direcção:

- a) — Representar a Sociedade em qualquer acto;

- b) — Assinar todos os documentos e correspondência;

- c) — Convocar as reuniões da Direcção.

Art.º 21.º — Compete ao Secretário da Direcção:

- a) — Elaborar as actas das reuniões da Direcção, elaborar os termos de posse, fazer o registo dos sócios e guardar os livros da Sociedade.

Art.º 22.º — Compete ao Tesoureiro da Direcção:

- a) — Arrecadar as receitas, efectuar os pagamentos, depois de visados pelo Presidente;

- b) — Guardar todos os haveres da Sociedade, entregues por balancete;

- c) — Manter actualizado o inventário;

- d) — Elaborar o relatório de contas.

Art.º 23.º: — O Conselho Fiscal reúne-se obrigatoriamente antes do terceiro domingo de Dezembro, e delibera com a presença de todos os seus elementos, competindo-lhe:

- a) — Assistir às reuniões da Direcção, quando necessário
- b) — Fiscalizar o cumprimento dos estatutos e regulamentos, e demais actos que ponham em risco o prestígio da Sociedade;
- c) — Comunicar à Direcção as faltas de que tenha conhecimento;
- d) — Reclamar a convocação da Assembleia Geral, sempre que os interesses da Sociedade o exijam;
- e) — Levar recurso das decisões da Direcção para a Assembleia Geral, quando elas sejam contrárias à finalidade dos estatutos, e possam entravar o progresso da Sociedade;
- f) — Examinar a caixa e os fundos da Sociedade, e apreciar o relatório de contas, para ser aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.º 24.º: — Todas as decisões serão tomadas pela maioria simples de votos, excepto, para a Assembleia Geral, as previstas legalmente no Código Civil, e as constantes do artigo 17.º, parágrafo único.

1.º — Em caso de empate, o Presidente do respectivo Corpo Gerente exercerá o direito de voto de qualidade;

2.º — O processo normal de votação será tomado por «sentados» e «levantados»;

3.º — O processo de votação será sempre por escrutínio secreto, desde que:

- a) — Se trate de eleição;
- b) — Se trate de decisão envolvente de nome de pessoa, nomeadamente nos casos previstos nos artigos 6.º, 8.º 9.º, 12.º e 17.º § único;
- c) — Um grupo de 20 sócios ou o presidente da mesa o julguem necessário.

4.º — Não é permitido o voto por correspondência ou por procuração.

Art.º 25.º: — A Sociedade terá obrigatoriamente os seguintes livros:

- a) — Livro de actas da Assembleia Geral;
- b) — Livro de termos de posse dos Corpos Gerentes;
- c) — Livro de actas da Direcção;
- d) — Livro de actas do Conselho Fiscal;
- e) — Livro de registo de sócios;
- f) — Livro de receita e despesa;
- g) — Livros de inventários.

Parágrafo único: — A escrituração destes livros compete ao elemento que secretaria cada Órgão Directivo, ou a outro elemento, a cujo cargo seja inerente a escrituração de determinado livro.

Art.º 26.º: Constitui o património da Sociedade:

- a) — Os imóveis:
 - aa) — Sede e casa anexa, localizadas na Rua Conselheiro Avelar;
 - aaa) — Campo de jogos, localizados na Rua Francisco, Inácio de Medeiros;
 - aaa) — Terrenos localizados na Rua Dr. Arriaga Nunes.
- b) — Os móveis:
 - bb) — Instrumental musical;
 - bbb) — Arquivo e Biblioteca;
 - bbbb) — Demais equipamento existente na Sede e Casa Anexa, e Campo de Jogos.

Parágrafo único: — Haverá um inventário de todos os bens devidamente numerado e classificado.

Art.º 27.º: — Quando, por qualquer circunstância, a Sociedade não possa continuar a funcionar, ou seja por falta de pessoal técnico, ou por qualquer outro motivo, continuará esta na posse de todos os seus haveres, e somente, quando restarem três sócios, estes deverão leiloar toda a existência, e entregar o produto do mesmo, pagas as dívidas, às instituições humanitárias existentes no lugar das Sete Cidades, ou, na inexistência destas, a outras do concelho da Madalena.

Art.º 28.º: — Os presentes estatutos revogam os anteriores.

Art.º 29.º: — Transitório: — Estes estatutos, depois de aprovados 3/4, no mínimo, de sócios presentes na Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, entrarão em vigor no dia 1 de Janeiro de 1983.

Está conforme.

Cartório Notarial de Madalena, vinte e sete de Abril de mil novecentos oitenta e dois.

A Ajudante,

Maria Noélia Sousa

MENEZES, RODRIGUES E BRAGA, LIMITADA

Certidão

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura, outorgada neste cartório em 15 de Abril de 1982 e exarada de fls. 49 v.º a fls. 51 do livro de notas para escrituras diversas número 226, deste cartório, foi constituída entre ANA PAULA MENEZES MACHADO DE CASTRO, MARIA NOÉLIA PEREIRA DE MEDEIROS RODRIGUES e MIGUEL ANTÓNIO RODRIGUEZ CASALS uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada nos termos constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO

A sociedade adopta a firma «MENEZES, RODRIGUES e BRAGA, LIMITADA» e tem a sua sede na dita vila de Madalena.

SEGUNDO

A sua duração é por tempo indeterminado iniciando no dia um de Maio próximo a sua actividade.

TERCEIRO

O objecto da sociedade é produção, comercialização e industrialização de produtos relacionados com agro-pecuária.

QUARTO

O capital social, integralmente realizado, é de trezentos mil escudos e foi subscrito pelos sócios, com uma quota cada um no valor nominal de cem mil escudos.

Parágrafo único: — Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital e os sócios poderão fazer também

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

___ No dia treze de Fevereiro de dois mil e doze, perante mim, Licenciada Vanda Lisa da Rosa Fraga, notária com Cartório sito na Rua Dr. Freitas Pimentel, nº 11 – B, freguesia e concelho da Madalena, compareceram como outorgantes: _____

___ Terry Costa, solteiro, maior, natural de Oakville, Ontário, no Canadá; _____

___ José Nunes da Costa, casado, natural da freguesia da Candelária, concelho da Madalena; _____

___ José da Silva Fontes Garcia, solteiro, maior, natural da mencionada freguesia da Candelária; _____

___ Telma da Conceição Goulart Santos da Costa, casada, natural da dita freguesia da Candelária; _____

___ Sancho Manuel Nunes Cardoso, casado, natural da mesma freguesia da Candelária; _____

___ David da Costa Jorge, casado, natural da referida cidade de Oakville; _____

___ Álvaro Nunes Cardoso, solteiro, maior, natural da citada freguesia da Candelária; _____

___ Gracinda Maria da Costa Jorge, solteira, maior, natural da freguesia e concelho da Madalena; _____

___ Faith Muthoni Kinge, casada, de nacionalidade queniana. ___

___ Todos os outorgantes são residentes na indicada freguesia da Madalena. _____

___ Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos Cartões de Cidadão nºs 15146151, válido até 28/09/2016, 02192234, válido até 09/05/2012, 10843064, válido até 01/02/2017, 02291691,

válido até 09/05/2012, 12430555, válido até 01/07/2014, 14310194, válido até 25/03/2014, 12877598, válido até 14/07/2014, do B.I. nº 10142770, de 03/03/2006, emitido em Angra do Heroísmo e do Título de Residência nº 010676, emitido no dia 13 de Fevereiro de 2008 pela Delegação Regional do Pico do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, válido até 8 de Fevereiro de 2013. _____

____ **Por todos foi dito:** _____

____ Que, pela presente escritura, constituem uma associação denominada "**ASSOCIAÇÃO MIRATECARTS**", com sede na Estrada Regional, número um – segunda, nº 29, freguesia da Candelária, concelho da Madalena, com o número de identificação de pessoa colectiva 510104371, a qual se vai reger pelos estatutos constantes de um documento complementar, parte integrante desta escritura, elaborado nos termos do número um, do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, pelo que dispensam a sua leitura. _____

____ Assim o disseram e outorgaram. _____

____ **Arquivo:** _____

____ O referido documento complementar _____

____ **Exibiram:** _____

____ Certificado de admissibilidade da denominação adoptada emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas em 16 de Dezembro de 2011 e válido até 16 de Março deste ano, com o código 5874-4524-0274. _____

____ Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea de todos.

Livro 46-C

Folhas 124

4

Jorge
José Carlos da Costa
José de Lila Santos Jorge
Helena da Conceição Goulart Santos da Costa
Santos Manuel Nunes Cardoso
Daniel Costa Jorge
Alvaro Nunes Cardoso
Gracinda Maria Costa Jorge
Faith Mwanoni Kinge

A notária

Paula Lisa de Fosa Foga

Emitida factura/recibo n.º 271

4

2046-C 105 123

ESTATUTOS ASSOCIAÇÃO MIRATECARTS

Handwritten signatures and initials:
Kau VC
y
D. B.
S. M.
J. M.

CAPÍTULO I- Denominação, Âmbito e Sede

Artigo 1

É constituída e reger-se-á pelos presentes estatutos, pelas disposições aplicáveis do Código Civil e seu regulamento interno uma Associação cultural e recreativa de carácter não lucrativo, denominada ASSOCIAÇÃO MIRATECARTS, com sede na Estrada Regional 1º- 2º nº29, freguesia da Candelária, concelho da Madalena a qual durará por tempo indeterminado. _____

Artigo 2

Esta Associação pode filiar-se em organizações regionais, nacionais e internacionais e firmar acordos de cooperação com empresas e organizações regionais nacionais e internacionais. _____

CAPÍTULO II- Finalidade

Artigo 3

A Associação tem por finalidade realçar o indivíduo, a equipa e a produtividade organizacional no mundo de artes e entretenimento. Produzir, promover e apresentar artistas, mostras e eventos abrangendo as várias disciplinas artísticas. Organizar concertos, espectáculos de dança, peças de teatro, galas, festivais e outros eventos artísticos. Realizar eventos educativos culturais para as várias gerações. _____

CAPÍTULO III- Associados

Artigo 4

Podem ser associados todas as pessoas singulares ou colectivas desde que aceitem os objectivos da associação, cumpram os estatutos, regulamento interno e sejam admitidos pela Direcção. _____

CAPÍTULO IV- Órgãos

Artigo 5

São órgãos da associação: A Assembleia-Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal. _____

Artigo 6

1º A Assembleia-Geral é constituída pelos sócios em pleno uso dos seus direitos, reunindo uma vez por ano. _____

2º A mesa da Assembleia-Geral é composta por um Presidente e dois secretários. _____

Artigo 7

- 1 - As Assembleias Gerais são convocadas por meio de correio electrónico ou aviso postal, expedido para cada um dos associados, com a antecedência mínima de oito dias. _____
- 2 - Da convocatória deverá constar o dia, hora e local da realização da reunião e respectiva ordem de trabalhos. _____
- 3 - A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto. _____
- 4 - Se à hora designada para a reunião não se verificarem as presenças previstas no número anterior, a assembleia reunirá uma hora mais tarde com qualquer número de presentes, desde que tal conste do aviso convocatório. _____

Artigo 8

- 1 - Cada associado efectivo dispõe de um voto. _____
- 2 - O direito de voto pode ser exercido presencialmente ou por correspondência através de carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral _____

Artigo 9

A Direcção é composta por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro. _____

Artigo 10

O conselho Fiscal é constituído por um presidente, um secretário e um vogal. _____

Artigo 11

A forma de funcionamento e competência dos órgãos sociais são as previstas na lei.


Artigo 12

O património da Associação é constituído por: _____

- 1 - Jóias de inscrição e quotas anuais. _____
- 2 - Contribuições voluntárias dos seus associados, subsídios e quaisquer heranças, legados ou doações de que venham a beneficiar. _____

Artigo 13

Todos os casos omissos nos presentes estatutos serão resolvidos de acordo com a lei ou decisão da Assembleia-Geral. _____


José Manuel da Costa
pai da Lila - Santa Maria
Helena da Conceição Guedes Santos de Costa
Santo Manuel Nunes Gomes